



CAMILA CANUTO DIAS DE MELLO

**Direções da Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Campinas:
Uma abordagem sociodemográfica a partir dos censos 2000 e 2010.**

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Demografia

Camila Canuto Dias de Mello

**Direções da Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Campinas:
Uma abordagem sociodemográfica a partir dos censos 2000 e 2010.**

Dissertação de Mestrado - apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas -,
como parte dos requisitos para obtenção
do grau de Mestra em Demografia.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA CAMILA CANUTO
DIAS DE MELLO E ORIENTADA PELO PROFº Drº ALBERTO
AUGUSTO EICHMAN JAKOB COM COORIENTAÇÃO PELO
PELO PROFº Drº JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA.**

Campinas

2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

M489d Mello, Camila Canuto Dias de, 1981-
Direções da Segregação Sócioespacial na Região Metropolitana de Campinas : Uma abordagem sociodemográfica a partir dos censos 2000 e 2010. / Camila Canuto Dias de Mello. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob.
Coorientador: Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Campinas, Região Metropolitana (SP). 2. Segregação Urbana – Campinas (SP). 3. Distribuição Espacial da População. I. Jakob, Alberto Augusto Eichman. II. Cunha, José Marcos Pinto da. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Directions of Socio-Spatial Segregation in the Metropolitan Region of Campinas : A sociodemographic approach from the 2000 and 2010 censuses

Palavras-chave em inglês:

Metropolitan Region of Campinas - São Paulo, Brazil
Segregation in housing - Campinas (SP)
Spatial Distribution of Population

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestra em Demografia

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob [Orientador]
Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo
Prof. Dr. Roberto Braga

Data de defesa: 05-11-2013

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 05 de novembro de 2013, considerou a candidata CAMILA CANUTO DIAS DE MELLO aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob

Handwritten signature of Alberto Augusto Eichman Jakob in blue ink, written over a horizontal line.

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

Handwritten signature of Roberto Luiz do Carmo in blue ink, written over a horizontal line.

Prof. Dr. Roberto Braga

Handwritten signature of Roberto Braga in blue ink, written over a horizontal line.

Agradecimentos

Agradeço a todos que direta ou indiretamente incentivaram e possibilitaram alcançar este grau de escolaridade - Aos professores da escola e da vida. Aos orientadores Alberto Jakob e José Marcos pela paciência e orientação. Ao Professor Roberto do Carmo pela gentileza e considerações na qualificação e defesa. Aos mestres da UNESP de Rio Claro, Dener Toledo e Cristiane Moura, pela ajuda com os mapeamentos. Luiz Henrique (SACI), pela força geral e hospedagem. A Dr^a Flávia Feitosa do INPE. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Aos amigos do curso de Demografia. Muitas saudades de nossa turma! Carla Craice, Natália Demétrio, Alessandra Simoni, Graziela Farina, a querida mexicana-brasileira, Rosário Aparício. Os “meninos” Luis Felipe Magalhães e Walter Paes. As queridas cariocas Vivian Costa e Rita Rocha. Valeu guerreiras ! As queridas Rosa Colman e Taciana Vitti. Os “meninos” Sérgio Avelar e Aparecido Cunha. (Aparecido, valeu a força na defesa !). A Jackeline Rômio pela amizade e carinho ! Agradeço a amiga Camila Falcão por compartilhar os dilemas de se trabalhar com esse tema (Valeu a força Mestra Camis). Ao Julio Cesar pelos cafezinhos! Agradeço a professora Tirza, pela compreensão e a todos os professores da Demografia.

Um agradecimento especial ao Professor Roberto Braga, da UNESP de Rio Claro, pela sua coragem de acreditar em mim quando eu mesma não conseguia. Muito Obrigada !

Agradeço a querida Lucilene Girardi, pela longa amizade, incentivo, apoio e exemplo. Muito obrigada!

Agradeço aos membros de minha família, que embora tenham vivenciados períodos de tantas tormentas mantiveram a fé que tudo iria ficar bem. Minha Grande Guerreira Mércia, pelo apoio, paciência e força admiráveis. Ao meu amigo e querido pai, Julio Canuto (em memória) obrigada por sua grandiosidade e simplicidade ! Saudades meu Pai ! Agradeço aos meus queridos irmãos: Cintia, Joelma, Franciernes Canuto e minha cunhada Rosely que sempre me ajudam nos apuros da vida. Meus sobrinhos lindos Felipe e Guilherme. E nosso danadinho querido, Igor Canuto.

Um agradecimento especial a minha irmã Cintia, em sua força para vencer um dos grandes vilões de nossos tempos (e ainda me agüentar) – sei que já venceu (mas, ainda vai me agüentar, por muito tempo)!!!

Agradeço a Deus!

*“O correr da vida embrulha tudo
A vida é assim...
Esquenta... Esfria ... Aperta... e daí Afrouxa ...
Sossega e depois desembesta
Mais sabe o que ela quer da gente ????
Coragem !”*

Mas não fui eu quem disse isso não !!!
*Foi o Jão !!!
É, o Jão !!!
Jão Guimarães Rosa
É, o Rosa. O Rosa.*

O Carlos também disse que:
*No meio do Caminho tinha uma pedra,
Tinha uma pedra no meio do caminho,*

*No meio do Caminho tinha uma pedra,
Tinha uma pedra no meio do caminho*

Quer Saber ???
Tinha um monte !!!

O sujeito meio ressabiado tropeça e cai
Tropeça e cai,
Tropeça e cai,

E a vida lá olhando pra cara dele !!!
Com cara de pidonha
Pedindo sabe o quê ?

Você Sabe ??? Você Sabe ?? Você sabe ??
Pedindo o que Rosa Falou !!!

O sujeito já cansado de tanto tropeço e queda
Resolve seguir a canção:

*“Levanta, sacode a poeira e dá volta por cima”
Por baixo, pelo lado, pelo outro*

Não importa !!!
Sabe porque ?
Porque chega sabe,
Chega de ficar a margem !!!

A margem Direita / À margem da direita
A margem Esquerda / À margem da Esquerda.

É ! Um Marginal !!!
Chega de ser um Marginal !!!
Chega sabe chega
Sabe chega Sabe
Chega sabe chega
Chega Sabe onde? Onde ele acredita.
Na terceira margem do Rio !!!

Resumo

Em estudos urbanos o termo “segregação” geralmente é utilizado na tentativa de explicar e verificar a existência da separação e concentração de grupos sociais em determinadas áreas das cidades. Uma maneira usual de abordar a segregação é a que considera o caráter socioeconômico, dos grupos sociais e sua distribuição espacial. Esta forma é a que comumente caracteriza a estruturação das nossas metrópoles. A forma de alocação das camadas populacionais de altos rendimentos acaba por forçar a os grupos populacionais de menor renda a localizar-se em outras áreas dos espaços intraurbanos. Dessa forma, procurou-se conhecer, as direções para onde se expande a região, e de que forma o espaço metropolitano vai sendo apropriado por uns e imposto a outros, criando o que se chama de segregação socioespacial. Parte-se da discussão em torno da relação entre as alterações populacionais e influência nos padrões de segregação socioespacial.

Palavras Chave: Região Metropolitana de Campinas; Segregação Urbana – Campinas -SP; Distribuição Espacial da População

Abstract

In urban studies the term "segregation" is usually used in an attempt to explain and verify the existence of the separation and concentration of social groups in certain areas of cities. A common way to approach is the segregation that considers the socioeconomic character of social groups and their spatial distribution. This form is that commonly characterizes the structure of our cities. The form of allocation of fish layers of high yields eventually force the lower income population groups to be located in other areas of intraurbanos spaces. Thus, we sought to know the directions to the region expands, and how the metropolitan space will be appropriate for a tax and the other, creating what is called a sociospatial segregation. Part of the discussion was around the relationship between population change and influence on patterns of socio-spatial segregation.

Keywords: Metropolitan Region of Campinas; Urban Segregation – Campinas -SP; Spatial Distribution of Population

Lista de Figuras

Figura 1- Modelo da Teoria Concêntrica	15
Figura 2 - Modelo da teoria concêntrica aplicado na cidade de Chicago em 1925.....	16
Figura 3 - Modelo dos Setores, Nova York, 1980.....	17
Figura 4 - Estruturas espaciais de algumas áreas metropolitanas, segundo o modelo de Hoyt.....	19
Figura 5 – Fotos da Região Metropolitana de Campinas	49
Figura 7 – Fotos - Transporte em Campinas	49
Figura 8 – Foto - Verticalização em Campinas	59
Figura 9- Fotos – Área segregada de baixa renda	70
Figura 10 – Fotos - Lixo Acumulado em Campinas	72
Figura 11 – Fotos - Esgoto a céu aberto em Campinas	74

Lista de Mapas

Mapa 1- Região Metropolitana de Campinas – Localização no Estado de São Paulo.....	37
Mapa 2 - - Distribuição dos Shoppings Centers no Município de Campinas, segundo Renda do Responsável de mais de 20 Salários Mínimos.....	42
Mapa 3 - Mancha Urbana Região Metropolitana de Campinas, 1991, 2000 e 2010.....	44
Mapa 4 - Vetores de expansão urbana – Região Metropolitana de Campinas	45
Mapa 5 - Setores urbanos Região Metropolitana de Campinas 2000 e 2010.....	47
Mapa 6- Taxa Média Geométrica Anual de Crescimento – RMC – 2000 e 2010.	52
Mapa 7 - Principais Fluxos Intrametropolitanos na RMC 2010.....	56
Mapa 8 - Domicílios do Tipo Casa – Região Metropolitana de Campinas- 2000 e 2010.....	58
Mapa 9 - Domicílios do Tipo Apartamento – Região Metropolitana de Campinas- 2000 e 2010.....	60
Mapa 10 - Porcentagem de domicílios sem rede de água encanada – Região Metropolitana de Campinas-2000 e 2010	62
Mapa 11 - Porcentagem de domicílios sem rede de esgoto – Região Metropolitana de Campinas- 2000 e 2010	63
Mapa 12 - Porcentagem de Domicílios sem Banheiro –Setores Censitários da Região Metropolitana de Campinas- 2000 e 2010.....	67
Mapa 13 - Porcentagem de Domicílios com Dois ou mais Banheiro-Setores Censitários Região Metropolitana de Campinas - 2000 e 2010.....	68
Mapa 14 - Porcentagem de domicílios sem Pavimentação no entorno – Região Metropolitana de Campinas 2010	70
Mapa 15 - Porcentagem de domicílios sem iluminação pública no entorno – Região Metropolitana de Campinas 2010.....	71
Mapa 16 - Porcentagem de domicílios que possuem lixo acumulado em seu entorno – Região Metropolitana de Campinas - 2010.	73
Mapa 17 - Porcentagem de domicílios que possuem esgoto a céu aberto em seu entorno – Região Metropolitana de Campinas -2010.	74
Mapa 18 - Porcentagem de responsáveis por domicílios com rendimentos de ½ até 1 Salário Mínimo – RMC -2000 e 2010.	77

Mapa 19 - Porcentagem de responsáveis por domicílios com rendimentos de 1 até 2 Salários Mínimos – RMC – 2000 e 2010.	78
Mapa 20 - Porcentagem de responsáveis por domicílios com rendimentos de 5 até 10 Salários Mínimos – RMC – 2000 e 2010.	79
Mapa 21 - Porcentagem de responsáveis por domicílios com rendimentos de 10 ou mais Salários Mínimos – RMC – 2000 e 2010.	80
Mapa 22 - Índice de Moran local para responsáveis por domicílios com rendimentos de mais de 10 salários mínimos – RMC – 2000 e 2010.	83
Mapa 23 - Índice de Moran Local para responsáveis por domicílios com rendimentos de 1/2 a 1 salário mínimo – RMC – 2000 e 2010.	84
Mapa 24 - Responsáveis por domicílios sem rendimentos na Região Metropolitana em 1991 e 2000.	85
Mapa 25 - Responsáveis por domicílios com rendimentos maiores que 10 salários mínimos na Região Metropolitana em 1991 e 2000.	85

Lista de Tabelas

Tabela 1 - População Residente, taxa de crescimento geométrica média anual e participação relativa dos componentes no crescimento populacional. RMC. 1991, 2000 e 2010.....	51
Tabela 2 Índice de dissimilaridade, segundo estratos de renda - RMC, 2000	81

Lista de Gráficos

Gráfico 2 Tipo de transporte utilizado na RMC: Motorizado/não Motorizado.....	53
Gráfico 3 - Tipo de transporte utilizado na RMC: Coletivo/ Individual	54
Gráfico 4 - Viagens (pessoa) por dia em relação aos rendimentos na RMC.....	54
Gráfico 5 - Nível de instrução em relação ao número de viagens por dia (por pessoa) na RMC.	55
Gráfico 6 - Porcentagem de população que realiza movimento pendular, por tipo de município, segundo origem e destino. RMC, 2010	57
Gráfico 7 - Porcentagem de domicílios sem banheiro - Municípios da RMC - 2000	64
Gráfico 8 - Porcentagem de domicílios com 2 ou mais banheiros – Municípios da RMC - 2000	64
Gráfico 9 - Porcentagem de domicílios sem banheiro – Municípios da RMC - 2010	65
Gráfico 10 - Porcentagem de domicílios com 2 ou mais banheiros – Municípios da RMC - 2010	65
Gráfico 11 - Porcentagem de responsáveis por domicílios segundo faixas de rendimentos em salários mínimos – Municípios da RMC – 2000.....	76
Gráfico 12 - Porcentagem de responsáveis por domicílios segundo faixas de rendimentos em salários mínimos – Municípios da RMC – 2010	76
Gráfico 13 - Eixos Socioeconômicos da Região Metropolitana de Campinas.....	86

Sumário

Introdução	1
1 Segregação socioespacial	6
1.1 Estrutura urbana e segregação	13
1.1.2 Procedimentos da Pesquisa.....	22
2 Região Metropolitana de Campinas	29
2.1 Sobre a Região Metropolitana	29
2.1.2 Sucinto histórico de ocupação de Campinas	32
2.1.3 Campinas: Uma Região Metropolitana	36
2.1.4 Eixos de Expansão.....	43
3. Direções da Segregação em Campinas.....	49
3.1.2 Mobilidade Intraurbana	49
3.1.3 As características da RMC por setores censitários 2000 e 2010.	57
3.1.4 Infraestrutura Habitacional	57
3.1.5 Infraestrutura Urbana : Algumas variáveis.....	61
3.2 Entorno dos Domicílios - Censo 2010.....	68
3.2.1 Condições Socioeconômicas.....	75
3.2.3 Índice de Dissimilaridade	81
3.2.4 Índice de Moran Local.....	82
Considerações finais	89
Bibliografia	91

Introdução

Notoriamente o Brasil é um país que concentra a maior parte de sua população vivendo em cidades. Dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE mostram que é de 160,5 milhões a população urbana em oposição a 29,8 milhões da população rural, uma proporção de quase 84,4 % de pessoas vivendo em cidades.

O aumento acentuado da população urbana e das cidades brasileiras, sobretudo a partir da segunda metade do século XX tem sido caracterizado por desigualdades em termos de distribuição espacial dos grupos socioeconômicos. As cidades tornaram-se expressão máxima da desigualdade social, em que pese a má distribuição de renda e os seus impactos no espaço urbano. As desigualdades são, portanto um dos maiores problemas dos espaços urbanos a serem enfrentados. Neste sentido, os estudos sobre segregação na análise do espaço urbano ganham importância, pois a segregação é a mais importante manifestação espacial urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade.

Segregação socioespacial é um conceito utilizado geralmente para explicar e verificar a existência da separação residencial entre os grupos sociais no espaço urbano. Há diversos tipos de segregação espacial, como, por exemplo, as de caráter biossociocultural - de raças, etnias, língua, nacionalidade, religião, castas - e, principalmente, a de caráter socioeconômico, de camadas sociais distintas, que é a que domina a estruturação das nossas metrópoles

A definição de segregação que é abordada nesta dissertação é defendida por Villaça (2001) como um “ *processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole*”. (VILLAÇA, 2001, p.141).

Para Villaça (2011; p.37): “*Nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias*”.

A segregação urbana é um fenômeno cuja intensidade varia ao longo do espaços intraurbanos e as informações a respeito destas variações são de grande valia no processo de formulação e implantação de políticas públicas que as minimizem, uma vez que a segregação está relacionada à inúmeros prejuízos a grupos populacionais mais desfavorecidos, tais como dificuldade de acesso a infraestruturas, serviços e equipamentos públicos, redução de oportunidades de emprego, acentuada discriminação e uma maior exposição à violência, desastres

naturais e problemas de saúde. (CUNHA, JAKOB, JIMÉNEZ, TRAD, 2006; FEITOSA, 2007; FLORES, 2006; TORRES, MARQUES, BICHIR, 2006).

Em todas as metrópoles as camadas de alta renda apresentam a tendência a se segregarem, e, em geral, sempre em uma única região, mantendo a mesma direção em seu deslocamento. Na Região metropolitana de Campinas não é diferente, uma vez que tanto em 1990 quanto dez anos depois se observava a configuração do que foi chamado por Cunha, Jakob, Jiménez e Trad, de “cordilheira da riqueza”, na porção leste da região, em oposição à maior concentração de população de mais baixa renda à oeste. (CUNHA, JAKOB, JIMÉNEZ, TRAD, 2006).

Para Correa (2013): *“a espacialidade da segregação residencial manifesta-se por meio de áreas nas quais concentram-se, em cada uma, um grupo social dotado de relativa homogeneidade, a qual viabiliza a existência e reprodução de cada grupo”*. As áreas segregadas, por outro lado, estão dispostas de acordo com uma lógica espacial variável, que as inserem no espaço urbano, gerando padrões espaciais de segregação ou modelos. *“Os modelos são entendidos como construções teóricas que abordam a realidade com significativo nível de abstração, constituindo representações da realidade”* (CORREA, 2013 p.45).

O primeiro modelo de segregação foi formulado por J. G. Kohl em 1841, geógrafo alemão. Segundo este modelo, a cidade se caracterizava por estar dividida em anéis, onde a classe alta habitava o centro enquanto que na periferia viviam os pobres (CORREA, 2013 p.45).

Na década de 1920, surge o modelo de E. W. Burgess que segue o caminho inverso ao de Kohl, as camadas mais ricas passam a viver nas periferias em busca de qualidade de vida e segurança, enquanto que as camadas mais pobres migram em direção ao centro da cidade em busca de minimizar as distâncias do trabalho (CORREA, 2013 p.46).

As polêmicas surgidas em torno desses dois modelos são em parte absorvidas pelo aparecimento do modelo do economista norte-americano Hoyt em 1939. Segundo este autor, o padrão de segregação não seguia um tipo concêntrico, mas em setores a partir do centro, onde a região de maiores amenidades era ocupada pela classe de mais alta renda, sendo circundada pela classe média e estando a classe pobre localizada diametralmente oposta (CORREA, 2013 p.48). Na Região Metropolitana de Campinas foi possível identificar o padrão de segregação tipo setores de círculos conforme será abordado, sobretudo no capítulo referente à segregação na RMC.

A Região Metropolitana de Campinas teve seu crescimento acelerado, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980 no contexto do processo de interiorização do desenvolvimento do Estado de São Paulo, momento no qual a região apresenta um intenso crescimento populacional. Neste período houve substanciais investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais para alocação de indústrias e desta forma a região se transforma em um importante pólo industrial em nível nacional.

Formada por 19 municípios e núcleo metropolitano representado pela cidade de Campinas, a Região Metropolitana de Campinas - RMC – com cerca de 2,8 milhões de habitantes em 2010 (censo 2010) é considerada uma das mais importantes regiões metropolitanas do país em virtude de sua força econômica e também por ser um significativo pólo tecnológico:

Sua invejável infra-estrutura – rodovias, ferrovias, aeroportos, gasoduto -, a qual lhe assegura a articulação com os principais mercados e cidades brasileiras, associada à presença de moderno parque industrial e à variada gama de instituições de ensino, contribuíram para que a região recebesse grande parte de investimentos mais intensivos em tecnologia realizados no país nos últimos dez anos. As empresas já instaladas no município e na região constituem um ambiente extremamente favorável à atração de novas unidades empresariais. [...] Campinas é uma cidade onde são criadas novas empresas de base tecnológica, onde se faz ensino e pesquisa de qualidade e que polariza uma vasta área industrial e agroindustrial rica e diversificada.

(CAIADO, PIRES, 2006, p.292 e 294).

Embora seja considerada uma Região rica e abrigar importante parque industrial e tecnológico, assim como na maioria das metrópoles do país, a RMC continua apresentando alta concentração de pobreza, desemprego, violência, desenvolvimento socioeconômico desigual, e, sobretudo, um forte grau de segregação social em seu território. “Aquele Campinas da população mais abastada não apenas é muito distinta daquela reservada para a população de mais baixa renda, em termos das disponibilidades de infraestrutura e serviços, como também o é em termos dos espaços ocupados por ambas as camadas sociais.” (CUNHA, 2006; p. 338).

Seguindo uma lógica da localização industrial ao longo das rodovias, as áreas de expansão da RMC acompanharam estes “eixos” e produziram uma forma específica de alocação populacional, bem como uma conurbação em torno destes eixos, que inclui os municípios de Valinhos, Vinhedo, Monte Mor, Sumaré, Hortolândia, Indaiatuba, Paulínia, Nova Odessa, Santa Bárbara D’Oeste e Americana, além do município de Campinas, situados ao longo da Rodovia Anhanguera, que liga a Grande São Paulo ao interior do estado.

A temática da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Campinas, sobretudo em meados dos anos 2000 foi abordada em diversos trabalhos entre eles os de Cunha et al (2006), Caiado (1998), (2006), (2007) Cunha, Jakob, Jimenez, Trad, (2006), que buscaram caracterizar este processo na região.

Neste trabalho procurou-se captar as homogeneidades espaciais, considerando importante identificar a segregação por grandes regiões, conforme será abordado no capítulo inicial referente à discussão de temas, definições e questões metodológicas.

Buscou-se conhecer as direções para onde o espaço metropolitano vai sendo apropriado por uns e imposto a outros, criando o que se chama de segregação socioespacial. Parte-se da discussão em torno da relação entre as alterações populacionais e influência nos padrões de segregação socioespacial.

O período temporal escolhido para as análises espaciais refere-se ao intervalo censitário dos censos 2000 e 2010, para o qual algumas variáveis foram selecionadas visando identificar algumas características populacionais da Região Metropolitana de Campinas. Neste período o país, de uma forma geral, alcançou melhores médias em termos de distribuição de renda e infraestrutura.

Considerando as mudanças em termos de crescimento e alocação populacional e melhorias infraestruturais procurou-se caracterizar através de variáveis censitárias como as condições de infraestrutura habitacional, renda dos responsáveis entre outras, estariam relacionadas, potencializando uma tendência espacial da segregação na Região Metropolitana de Campinas.

Optou-se por realizar uma caracterização espacial a partir do uso de variáveis em nível censitário que buscam identificar perfis ou áreas mais homogêneas da RMC. Dentre as variáveis escolhidas explicitaremos renda, para o período de 2000 e 2010 e características de infraestrutura domiciliar que permitiram caracterizar a observação de mudanças nos níveis e padrões de segregação da Região Metropolitana. Priorizou-se a apresentação dos dados a partir de cartogramas, sobretudo, porque o conceito por nós trabalhado ancora-se em sua dimensão espacial, a representação por meio de mapas torna-se fundamental para subsidiar as considerações tecidas.

O trabalho foi dividido em três capítulos, sendo que o primeiro refere-se a questões conceituais. Inicia-se com uma abordagem da segregação e traça algumas dificuldades de ordem metodológica, bem como apresenta os caminhos a serem desenvolvidos neste trabalho.

O segundo capítulo aborda a caracterização da Região Metropolitana de Campinas, sobretudo a partir de pesquisas já realizadas para esta região. Assim, consideram-se os estudos históricos sobre o município de Campinas, e as análises feitas sobre a região metropolitana.

O terceiro capítulo procura mostrar através do uso de SIG (Sistema de Informações Geográficas), um mapeamento de algumas variáveis que tornem possível visualizar transformações de perfis socioespaciais (no recorte temporal de 2000 e 2010) da alocação da população da região, buscando evidenciar as homogeneidades em termos de ocupação. Homogeneidades que podem ser caracterizadas por segregação tanto das camadas (extratos socioeconômicos) de alta ou baixa renda.

1 Segregação socioespacial

Em estudos urbanos, o termo “segregação” geralmente é utilizado na tentativa de explicar e verificar a existência da separação e concentração de grupos sociais em determinado espaço. Uma maneira usual de abordar a segregação é a que considera o caráter socioeconômico dos grupos sociais e sua distribuição espacial. Esta forma é a que comumente caracteriza a estruturação das nossas metrópoles.

Uma dessas aproximações entre características socioeconômicas e relação espacial pode ser encontrada na definição utilizada por Villaça (2001, p.141), que considera a segregação como *“um processo segundo o qual diferentes camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros”*.

Nesta perspectiva, o autor considera que a análise da segregação segundo bairros ou grandes regiões torna-se mais abrangente porque ela permite uma melhor explicação da estrutura urbana como um todo e de suas articulações com os processos sociais fundamentais e do próprio processo de segregação. Villaça (2001) faz uma analogia entre segregação e conceitos de “sítio natural e sítio social”, atribuídos a Santos (2001). Para este autor, haveria a superposição de um “sítio social”, ao “sítio natural” e a disputa entre atividades e pessoas por determinadas localizações. Assim, os chamados “sítios sociais”, seriam lugares que foram transformados seletivamente pela sociedade urbana a fim de atender suas exigências funcionais, tornando certos lugares mais acessíveis, atraentes, e também mais valorizados, sendo instaladas nessas porções, atividades mais dinâmicas:

Para Santos (2001, p.96):

Criam-se sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, umas e outras, mais valorizadas. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas. Quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo. O planejamento urbano acrescenta um elemento de organização ao mecanismo de mercado. O *marketing* urbano (das construções e dos terrenos) gera expectativas que influem nos preços.

Cabe ressaltar que a relativa homogeneidade de determinada camada social não impede a presença e o crescimento de camada diferente no mesmo espaço. *“Não existe presença exclusiva das camadas de mais alta renda em nenhuma região geral de nenhuma metrópole brasileira*

(embora haja presença exclusiva de camadas de baixa renda em grandes regiões urbanas)”
(VILLAÇA, 2001 p.142).

Corrêa (2000), ao retomar uma discussão sobre os atores da segregação derivada de camadas sociais, diferencia ‘auto-segregação’ e ‘segregação imposta’. A auto-segregação acontece na busca das camadas dominantes em tomar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população. Disso decorre a existência de bairros luxuosos, dispondo de áreas de lazer e certos serviços de uso exclusivo, como escolas públicas eficientes, e também a existência de diversas obras de infraestrutura básica para atender os anseios e manter suas necessidades.

A partir do momento que a camada dominante ou uma de suas frações se concentra em pontos estratégicos do meio urbano, controlando o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção acabam por segregar os demais grupos sociais do espaço urbano ao direcioná-los seletivamente a certas localidades, constituindo a chamada segregação imposta. A segregação assim apresenta-se como tendo um duplo papel, o de ser um meio de *“manutenção dos privilégios por parte da classe dominante”* e o de um meio de *“controle social por esta mesma sobre os outros grupos sociais”*. Assim, *“A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca a segregação de outros”* (VILLAÇA, 2001, p.148).

Em nossas cidades, os grupos não apenas se localizam separados entre si em espaços homogêneos internamente e distantes uns dos outros, mas também, ocorre um acesso diferenciado desses grupos às oportunidades e aos equipamentos vigentes na cidade, com muitas conseqüências negativas para os grupos sociais segregados, como dificuldade ou mesmo falta de acesso aos serviços básicos e infraestrutura, problemas em termos de deslocamento, (...) os diferenciais de acesso também são causa de segregação (MARQUES, 2005, p.35).

Assim, pode-se considerar que o processo de segregação vincula-se com aspectos relacionados à distribuição de renda e de acesso a serviços que distinguiriam os grupos sociais nos espaços intra-urbanos. Para Torres et al (2003, p.100):

Geralmente, a segregação nas cidades brasileiras é semelhante, com a pobreza tendendo a ser altamente concentrada em termos espaciais. No entanto, no Brasil a ênfase da literatura sempre esteve mais na existência de desigualdades e injustiças na distribuição da renda e dos serviços públicos do que na separação dos grupos sociais. Esses dois elementos estão obviamente associados empiricamente, assim como se imbricam nos processos que produzem o espaço urbano.

Buscando uma aproximação entre os processos de caráter macroeconômico que interferiram ou podem interferir nos rumos e formas urbanas, remete-se à leitura da intensificação

da urbanização em meados do século XX, que no Brasil esteve ligado à política de substituição de importações e às exportações de matérias-primas. Esse processo consistia em produzir internamente o que antes era importado, principalmente dos países de economia central.

O desenvolvimento econômico do Brasil, que durante essa fase se baseou no modelo de substituição de importação, possibilitou a modernização econômica do país, por um lado, e o acirramento das desigualdades sociais, por outro. O país experimentou um grande período de crescimento econômico, no início dos anos 1970 o momento mais expressivo desse processo, conhecido como o milagre econômico brasileiro (RIBEIRO e RIBEIRO, 2013).

Embora a modernização econômica realizada tenha possibilitado a ampliação das camadas médias da população, tendo em vista o aumento da demanda por profissionais nas indústrias, serviços privados, ou mesmo serviços em empresas públicas, uma parcela importante da população foi realocada da condição de trabalho manual no campo para trabalho manual urbano, porém grande contingente que não conseguiu se incorporar nesta dinâmica sobreviviam na informalidade do trabalho ou sujeitavam-se a relações de trabalho precárias (RIBEIRO e RIBEIRO, 2013).

As cidades como lócus da reprodução do sistema manifestavam, (manifestam ainda) na organização do seu território essa realidade social. Além do crescimento de favelas e cortiços em alguns desses centros urbanos, ocorreu também o crescimento das periferias das cidades, considerando também o grande aumento populacional. Esta periferia em termos de localização aglutinou também populações com baixas condições socioeconômicas, por não terem condições suficientes para poderem se estabelecer nas proximidades do local de trabalho, que normalmente se concentram nas áreas centrais (RIBEIRO e RIBEIRO 2013).

É nesse contexto que as metrópoles dos países periféricos experimentaram uma “explosão”, decorrente também do próprio período de transição demográfica com fecundidade ainda muito alta e diminuição da mortalidade. Esse período também foi marcado por expressivas migrações internas, especialmente com deslocamentos em direção às grandes cidades, o que contribuiu para ampliar o mercado de consumo urbano. Entretanto, essa “inserção urbana” ocorreu de forma muito precária para amplas camadas da população (SILVA, 2012).

No que diz respeito à relação entre demografia e migração, Singer (1980), afirma que uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas. Assim, para o autor o crescimento demográfico da cidade torna-a, por sua

vez, um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas. SINGER 1980).

O autor afirma que os mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimentos às cidades e ao mesmo tempo criam os incentivos econômicos às migrações do campo à cidade, não fariam mais que exprimir a racionalidade macro-econômica do progresso técnico que constituiria a essência da industrialização. No entanto, o autor nos alerta para a necessidade de examinar como tais características influenciam no processo de industrialização para verificar se realmente as migrações não passam de consequências demográficas da mudança técnica (SINGER, 1980).

Outro aspecto interessante destacado pelo autor é que qualquer processo de industrialização implica numa ampla transferência de atividades do campo às cidades. Mas, nos moldes capitalistas, tal transferência tende a se dar em favor de apenas algumas regiões em cada país, esvaziando as demais. Tais desequilíbrios regionais são bem conhecidos e se agravam na medida em que as decisões locais são tomadas tendo por critério apenas a perspectiva da empresa privada (SINGER, 1980).

No Brasil, a elevada migração campo-cidade acabou concentrando-se em algumas áreas que foram tornando-se grandes aglomerados urbanos, apresentando um caráter cada vez mais metropolitano, já que em 1970 quase um terço dos 93 milhões de brasileiros residia em aglomerações metropolitanas. Se esse total fosse considerado apenas sobre a população urbana, a proporção subiria para quase 50% (SILVA, 2012).

Neste sentido, o urbano logo se tornou metropolitano, fazendo com que no Brasil os processos de urbanização e metropolização acontecesse quase de forma simultânea. Assim tivemos uma urbanização rápida e uma “metropolização precoce” (SILVA, 2012). O processo de urbanização concentrou, por um lado, grandes contingentes populacionais em um número reduzido de metrópoles e grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, outros espaços metropolitanos e capitais regionais e sub-regionais. Por outro lado, alimentou o crescimento da população urbana de um número grande e crescente de cidades de diferentes tamanhos, gerando um complexo sistema urbano (FARIA, 1995).

A tendência recente em discussão nos últimas décadas refere-se às mudanças no processo de acumulação de capital, denominado por “acumulação flexível”. Segundo Lencioni (1999), o processo de valorização do capital cria novas formas de reprodução do mesmo. Dessa forma,

ocorre a reestruturação industrial e também mudanças que interferem nas dinâmicas urbanas e na realocação das atividades, que produzem novas relações. Nesse sentido a autora define desconcentração produtiva da seguinte maneira.

A desconcentração produtiva e a expansão do sistema financeiro, constituindo-se um único mercado mundial de valores e crédito, inscrevem a hegemonia dos fluxos imateriais em várias direções e sentidos, em que as sedes supranacionais das empresas se situam em algumas metrópoles, as chamadas cidades globais, e regionalizam o comando da acumulação mundial. A produção se desterritorializa para produzir e reproduzir tanto condições locais como condições globais de acumulação capitalista (LENCIONI, 1999. p. 178).

O modelo das Cidades Globais tem sido a base para a análise das transformações recentes na estrutura social e espacial das cidades (SASSEN, 1991). De acordo com Caiado (2006), ancorados neste pressuposto teórico surgem conceitos e expressões como “cidade dual”, “metrópoles fragmentadas”, “cidade partida”, entre outros. As evidências de alteração na organização funcional das cidades e metrópoles contemporâneas podem ser observadas a partir das mudanças na distribuição da população e da localização de atividades econômicas (CAIADO, 2006).

A segregação socioespacial dos segmentos populacionais de menor poder político e econômico, em áreas específicas do território intrametropolitano- onde o acesso a moradia, à infraestrutura urbana e aos serviços básicos é restrito, muitas vezes implicando grandes deslocamentos diários para o atendimento das demandas por trabalho, educação, saúde constitui a principal faceta espacial da desigualdade social (CAIADO, 2006).

Para Villaça,(2001), a segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço, através do controle do tempo de deslocamento. Através da segregação socioespacial, as camadas de alta renda controlariam e produziram o espaço intra-urbano segundo seus próprios interesses. Segundo Negri (2008, p. 4), *“as camadas de mais alta renda que consomem e produzem o espaço intra-urbano de forma diferenciada produzem a segregação socioespacial que permite à classe dominante continuar a dominar o espaço produzido”*. Em outro trabalho, Villaça (2011) demonstra que a dominação ocorre pela desigual distribuição das vantagens e desvantagens do espaço produzido.

Caldeira (2000), analisando as regras que organizam o espaço urbano da cidade de São Paulo e os padrões sociais de ocupação do solo urbano, coloca que: *“ao longo do século XX, a*

segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo” (CALDEIRA, 2000 p.48).

No início do século até os anos 40, a cidade de São Paulo era concentrada e os distintos grupos sociais se comprimiam numa área pequena e densa, separados pelos tipos de moradia. Para a autora, a segunda forma, a centro-periferia, teria dominado o desenvolvimento urbano entre 1940 e 1980. Sobretudo a partir dos anos 1990 e 2000 uma terceira forma estaria se configurando, gerando espaços onde os diferentes grupos sociais estão cada vez mais próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança, tendendo a não interagir, embora próximos.

Tem sido cada vez mais comum encontrarmos em nossas regiões metropolitanas exemplos de ocupações periféricas (no sentido geográfico) por parte da população mais abastadas: é o fenômeno dos condomínios horizontais fechados, ou “enclaves *fortificados*” na definição utilizada por Caldeira, 2000). Por estas razões, a autora sugere uma mudança nas qualidades da concepção de periferia, não sendo necessariamente uma relação centro-periferia, mas uma relação entre o que está dentro e o que está fora das centralidades, e estas estão sendo redefinidas de acordo com os interesses dos grupos dominantes que produzem ou reproduzem os espaços intraurbanos.

Sabatini e Sierralta (2006) consideram três dimensões da segregação. A primeira dimensão refere-se à tendência de certos grupos se concentrarem em algumas áreas da cidade, a segunda trata-se da conformação das áreas com alto grau de homogeneidade social e a terceira relacionada à percepção subjetiva sobre a segregação, tanto dos que pertencem a bairros ou grupos segregados como para os que estão fora deles. Para os autores, enquanto a primeira dimensão refere-se ao grau de concentração ou à dispersão de cada grupo na cidade, a segunda examina cada área, em termos da homogeneidade ou heterogeneidade social que a caracteriza.

A primeira analisa grupos sociais em termos de sua posição espacial; a segunda, as áreas da cidade com relação à sua composição social; a terceira sobre como os indivíduos segregados se percebem, ou mesmo como são vistos pelo outro. Desta dimensão decorre a idéia de estigma social, sobretudo das populações segregadas que têm menor poder político e econômico e que dialogam com as perspectivas que analisam os efeitos do lugar sobre as perspectivas das pessoas (SABATINI e SIERRALTA 2006).

Villaça (2011) considera que a segregação nos espaços metropolitanos amplia os abismos sociais entre ricos e pobres e defende que a elucidação das mazelas dos espaços urbanos só pode ser compreendida da perspectiva da segregação.

No caso das metrópoles brasileiras, a segregação urbana tem uma outra característica, condizente com nossa desigualdade: o enorme desnível que existe entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres. Transferido para o campo do urbano, a premissa dada passa a ter o seguinte enunciado: nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias. (VILLAÇA, 2011, p.6).

A acentuação ou atenuação no processo de segregação socioespacial e a consequente localização da população no espaço urbano perpassam várias dimensões que estão estritamente relacionadas ao papel do Estado, às decisões locacionais públicas ou privadas em áreas como transporte, zoneamento, localização dos bens públicos e de moradias etc. Entre essas dimensões, a capacidade do capital de exercer maior seleção sobre a localização destaca a importância das condições de produção de um lugar – diferenças na oferta de mão-de-obra, na infraestrutura e nos recursos, na regulação e tributação governamental, assumem relevância bem maior (SILVA, 2012).

Sendo assim, o fator complicador para as cidades consideradas como um conjunto é que o objetivo dessa reorganização territorial não é a composição de uma política ou projeto nacional de desenvolvimento, mas manter a competitividade de um lugar específico, ou seja, as escalas não convergem em uma escala nacional. Portanto, enquanto as cidades operam como nós urbanos em uma hierarquia mundial, os Estados se reorganizam para melhorar a competitividade de suas grandes cidades e regiões, em que as próprias escalas se tornam objeto de disputa (SILVA, 2012).

Segundo Caiado (2007 p . 1):

O processo de desigualdade e segregação territorial da urbanização no Brasil tem apresentado novas características nas últimas décadas. As metrópoles, aglomerações urbanas e mesmo cidades médias brasileiras vêm apresentando um crescimento territorial urbano marcado pela implantação de grandes equipamentos de comércio, serviços de lazer e habitação voltados para as camadas de médio e alto poder aquisitivo, distantes dos centros urbanos tradicionais, que embora dispersos, apresentam uma grande integração espacial. Essa forma de expansão urbana difere daquela que resultou na formação das periferias pobres, também comum às cidades brasileiras, e tem gerado dinâmicas que ampliam as formas de segregação socioespacial.

Dessa forma, as preocupações voltadas para um interesse explicitamente competitivo são focadas em megaprojetos, visando à melhoria da capacidade produtiva dos lugares e não melhoria das condições de vida da população. As cidades, enquanto lugar de sobrevivência se tornam fragmentadas e deficientes, não são pensadas enquanto um sistema onde se localizam atividades produtivas, postos de trabalho, e também pessoas com recursos e oportunidades diferenciados (SILVA, 2012).

No próximo item abordaremos a uma discussão referente à estrutura urbana visando abarcar contextos que foram pensados os estudos sobre segregação e posteriormente elencar algumas tendências.

1.1 Estrutura urbana e segregação

Para Lefebvre (1974) o espaço urbano capitalista refere-se ao lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam com todas as suas manifestações de conflitos e contradições. Neste estariam envolvidos em sua produção forças políticas e ideológicas que produziriam a articulação entre estrutura e ação. De acordo com Gottdiener (2001, p.200):

Forças políticas e ideológicas são igualmente importantes na produção do espaço. [...] já que a interseção dessas forças sociais envolve um processo contingente, muitas vezes com resultados contenciosos, a produção de espaço é bem mais apreendida como complexa articulação entre estrutura e ação, que está sempre em movimento.

Villaça (2001) refere-se à estrutura como sendo um todo dotado de movimento constituído de elementos que se relacionam entre si. Desse modo, a estrutura urbana tem como elementos:

O centro principal (a maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior aglomeração de comércio e serviços) os subcentros de comércio e serviços (réplicas menores do centro principal) os bairros residenciais, ou melhor, os conjuntos de bairros residenciais segundo as camadas sociais e as áreas industriais. Essa estrutura está imbricada de outras estruturas territoriais, como os sistemas de transportes e de saneamento Entretanto consideramos ser a primeira mais importante, pois inclui, incorpora e subjuga as demais, mais do que o contrário, embora não possa existir sem elas (VILLAÇA 2001, p.12).

Os produtos específicos resultantes da produção do espaço intraurbano não são os objetos urbanos em si; as praças, as ruas ou os edifícios, mas suas *localizações* (VILLAÇA, 2001). Para a compreensão da produção dos objetos urbanos, é preciso considerar as suas localizações e as

relações de determinado ponto ou conjunto de pontos com todos os demais pontos do espaço urbano. Assim, para o estudo da estrutura urbana interessa saber por que bairros e centros exibem certo arranjo e verificar a inter-relação entre eles e quais os seus papéis espaciais (VILLAÇA, 2001).

Neste sentido, Castells (1983), ao escrever que o espaço urbano é estruturado, significa que apresenta uma organização não aleatória, “os processo sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social” (CASTELLS, 1983, p. 182).

Para Correa (2013): *“a espacialidade da segregação residencial manifesta-se por meio de áreas nas quais concentram-se, em cada uma, um grupo social dotado de relativa homogeneidade, a qual viabiliza a existência e reprodução de cada grupo”*. As áreas segregadas, por outro lado, estão dispostas de acordo com uma lógica espacial variável, que as inserem no espaço urbano, gerando padrões espaciais de segregação ou modelos. *“Os modelos são entendidos como construções teóricas que abordam a realidade com significativo nível de abstração, constituindo representações da realidade”* (CORREA, 2013 p.45).

O primeiro modelo de segregação foi formulado por J. G. Kohl em 1841, geógrafo alemão. Segundo este modelo, a cidade se caracterizava por estar dividida em anéis, onde a classe alta habitava o centro enquanto que na periferia viviam os pobres (CORREA, 2013 p.45). Trata-se de modelo pré-industrial relativo às cidades da Europa Continental, em um momento que antecedia às grandes transformações econômicas sociais e políticas que a partir da segunda metade do século XIX, iriam alterar sua organização espacial (CORREA, 2013 p.46)

Para o autor as implicações econômicas, sociais e políticas deste padrão espacial de segregação são dramáticas, particularmente porque ocorrem, na atualidade, em cidades da periferia do capitalismo. Na periferia de muitas cidades localizam-se os loteamentos populares, frutos da autoconstrução, as favelas e precários conjuntos habitacionais, onde ficam segregados as populações de baixa renda (CORREA, 2013 p.46)

As constatações empíricas da estruturação urbana e a distribuição/segregação da população em determinadas regiões dentro da cidade podem ser observadas em grande medida pelas pesquisas desenvolvidas pela Escola de Chicago. A cidade, nesta perspectiva, constituiria em si mesma uma variável isolada passível de ser estudada a partir de conceitos inerentes à sua

morfologia, baseada, sobretudo, em preocupações concretas de problemas urbanos visíveis e contundentes na cidade de Chicago (OJIMA, 2007).

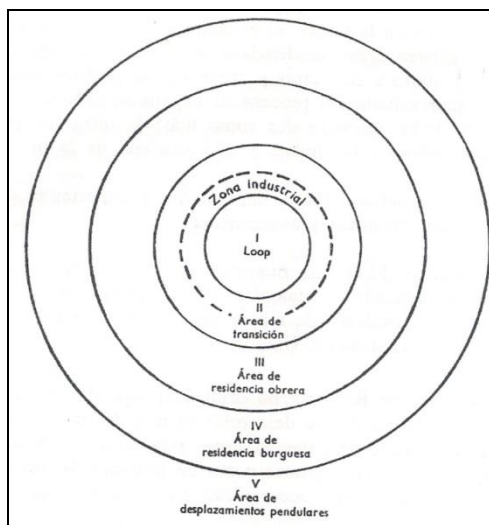
A Escola Sociológica de Chicago tem seus pressupostos baseados inicialmente nas teorias evolucionistas com origem no darwinismo. Mais tarde, incorporaria elementos oriundos da filosofia (o pragmatismo na pesquisa empírica) e da psicologia (com vistas à vertente comportamentalista), que impactaria diretamente na Sociologia Urbana e logo, em outras ciências como a Economia e a Geografia (GONÇALVES, 2012)

Robert Ezra Park, considerado fundador da Escola de Ecologia Humana de Chicago, publicou no ano de 1916 um artigo sob o título “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, esboçando as linhas gerais da segregação, ao colocar a cidade como organismo, no qual os meios de comunicação, a infraestrutura, entre outros geram movimento à população, objetivando o agrupamento de indivíduos (GONÇALVES, 2012).

Na década de 1920, surge o modelo de E. W. Burgess que segue o caminho inverso ao de Kohl, as camadas mais ricas passam a viver nas periferias em busca de qualidade de vida e segurança, enquanto que as camadas mais pobres migram em direção ao centro da cidade em busca de minimizar as distâncias do trabalho (CORREA, 2013 p.46).

O modelo de Burgess (Figura 1), se baseia na divisão da cidade em zonas concêntricas a partir de uma área central ocupada por um centro (Central Business District).

Figura 1- Modelo da Teoria Concêntrica

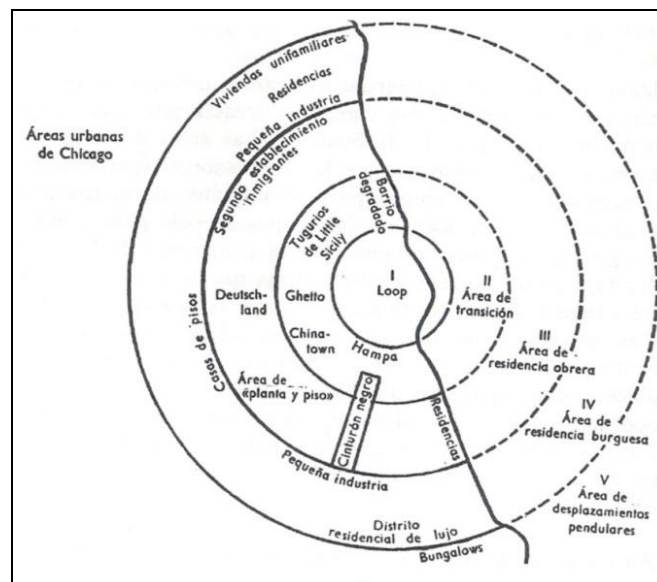


Fonte: Zarate, 1984

Segundo Zarate (1984) o CBD, Distrito Central de Negócios, corresponde ao centro comercial e social da cidade, para onde convergem a dinâmica econômica local e os transportes. Em torno ao CBD segue uma zona de transição, mais complexa, composta de usos diversos, tanto voltados ao comércio como à pequena indústria, e ocupações residenciais que apresentam graus de deterioração. A zona seguinte abriga residências de trabalhadores do comércio, dos serviços e operários de fábricas, que ocupam residências antigas. As famílias de maior poder econômico ocupam a zona residencial de alta categoria onde ocorre o predomínio de residências unifamiliares e apartamentos de médio e alto padrão, além de centros comerciais mais modernos situados em pontos estratégicos. A zona suburbana que está localizada mais distante em relação ao CBD constitui uma zona dormitório, pois quase todos os moradores se deslocam diariamente para o trabalho e regressam a seu domicílio pela noite.

Este modelo foi elaborado a partir da análise da cidade de Chicago nos Estados Unidos (Figura 2) e tem sofrido muitas críticas que apontam muitos defeitos como a ausência de universalidade e anacronismo (ZARATE, 1984).

Figura 2 - Modelo da teoria concêntrica aplicado na cidade de Chicago em 1925.

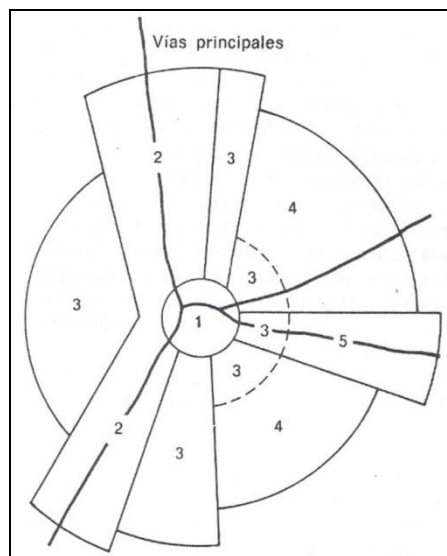


Fonte: Zarate, (1984)

A ausência de universalidade deste modelo refere-se ao fato dele ter sido formulado num contexto histórico e geográfico específico. Sua validade encontra-se apenas para as cidades de maior crescimento e industrialização dos Estados Unidos na 1920. Assim este modelo torna-se insuficiente para explicar a estrutura urbana de outras partes do mundo. As críticas sobre o anacronismo do modelo são feitas no sentido em que este se tornou pouco eficiente para explicar a as alterações de ordem política, social e econômicas posteriores a sua elaboração que incide sobre as cidades modificando as disposições em relação ao uso do solo.

Elaborado em 1959 por Homer Hoyt, o modelo de setores foi concebido como resultado de um estudo sobre as características das tendências de crescimento das áreas residenciais dos Estados Unidos. Baseia-se em aspectos relativos à distribuição de áreas residenciais de alto padrão. Segundo este modelo, (Figura 3) a expansão das áreas de alto padrão tende a realizar-se em outros núcleos comerciais e residenciais localizando-se em terrenos livres de perigo de inundações e riscos ambientais.

Figura 3 - Modelo dos Setores, Nova York, 1980



Fonte: Zarate, (1984)

Os apartamentos de luxo tendem a situar-se próximo ao centro de negócios, sobre o espaço ocupado pelas áreas residenciais mais antigas (ZARATE, 1984).

A crítica em relação a este modelo baseia-se no fato deste considerar aspectos econômicos sobrepujados às questões de cunho social e cultural da organização e distribuição dos diferentes usos do solo. Apontam também como características negativas deste modelo a falta de universalidade e o anacronismo verificados também na teoria concêntrica da estrutura urbana.

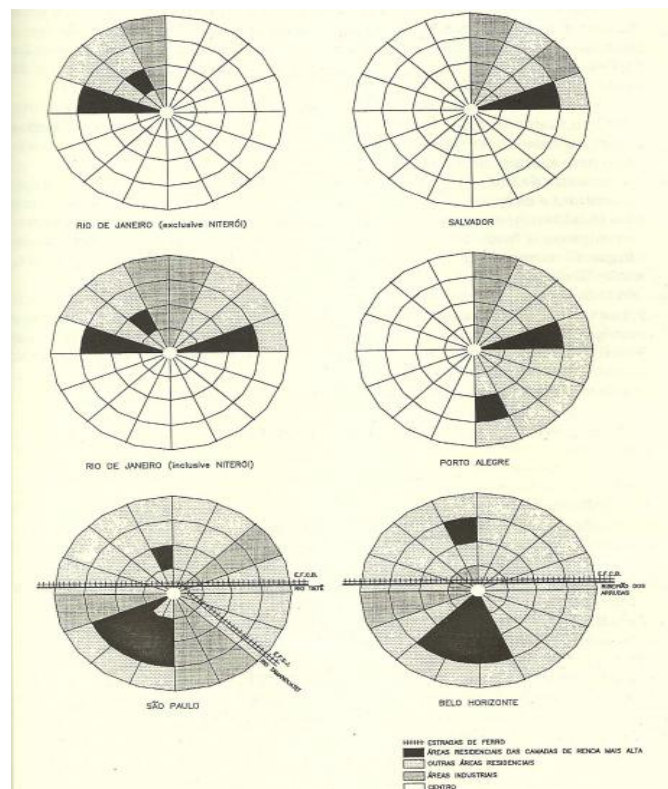
A perspectiva funcionalista desenvolvida nestes estudos tratou da segregação, dispersão e as desigualdades urbanas sob análises centradas no indivíduo, tendo por base a noção de que as suas decisões locacionais de moradia seriam pautadas pelos gostos, preferências e redes de sociabilidade (OJIMA, 2007).

Villaça, (2001), ao discutir a concepção da Escola de Chicago, atenta para o fato que a maioria das concepções oriundas desta escola não identificam as diferenciações dos processos de ocupação em termos de luta de classe. “Em referência à concepção da Escola de Chicago que considera “a segregação ecológica, ou seja, a concentração dentro de uma mesma área residencial, de pessoas que reúnem características semelhantes entre si”, Villaça (2001, p.147) questiona” É curioso que, embora se trate nitidamente de um processo de classe, esses autores insistem em falar de “pessoas” ou indivíduos”

Segundo Velho (2005), esta corrente de pensamento sofreu certa resistência por parte das ciências sociais brasileiras, especialmente entre 1950 e 1970, embora tenha conseguido deixar implícitos uma parte de seus modelos teóricos.

Apesar de algumas críticas as concepções da Escola de Chicago, o próprio autor, Villaça (2001) utiliza alguns modelos de síntese (Figura 4) baseados em tais concepções, para caracterizar a estrutura urbana de algumas metrópoles brasileiras.

Figura 4 - Estruturas espaciais de algumas áreas metropolitanas, segundo o modelo de Hoyt



Fonte: VILLAÇA (2001)

Neste sentido, podemos considerar que apesar das críticas, em determinados casos, estes modelos são válidos. Assim, Villaça nos coloca que:

Na verdade, nossas metrópoles tem uma organização interna que é um pouco misto de círculos concêntricos e de setores de círculos, apesar de os últimos predominarem sobre os primeiros e apresentarem maior potencial explicativo- até hoje pouco utilizado – dos processos espaciais intraurbanos.

(VILLAÇA, 2001, p. 114)

A constatação de que a estruturação espacial básica da metrópole brasileira tende a se realizar a partir de setores de círculo, mais do que de acordo com círculos concêntricos, facilmente nos remete a um processo espacial urbano bastante conhecido: o de que os bairros residenciais de alta renda “andam ou deslocam-se” sempre na mesma direção. Assim, formam evidentemente um setor, e não uma coroa de círculos (VILLAÇA, 2001).

A base do sentido radial e, portanto dos setores é a necessidade de manter o acesso ao centro da cidade. O “peso espacial” da atividade - moradia – comércio- ou indústria – também conta na otimização do acesso ao centro. Quanto mais restrita espacialmente alguma atividade, maior sua tendência a se concentrar num setor (VILLAÇA, 2001).

É essa linearidade, associada aos sistemas viários fortemente radiais que se sobressai em nossas metrópoles, e ainda o desnível social entre camadas e a enorme dimensão das camadas populares e miseráveis que levam nossas metrópoles a apresentar destacado padrão espacial segundo setores de círculos (VILLAÇA, 2001).

Villaça considera então a tendência a um padrão de segregação do tipo setores de círculos o que evidenciaremos, sobretudo no capítulo 3, ao considerar a Região Metropolitana de Campinas. A questão colocada pelo autor é que a análise do padrão de segregação segundo setores de círculos aparece com enorme importância e potencial explicativo e revela a natureza profunda da segregação. O autor enfatiza que *“A segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço”* (VILLAÇA, 2001, p.148).

Assim, a desigualdade na sociedade se manifesta numa desigualdade do espaço que vai além da oposição centro x periferia. Em referência aos trabalhos de Hoyt (1959), Villaça considera que em cada cidade a direção e o padrão de futuro crescimento, sobretudo as áreas residenciais das camadas de alta renda, tendem a ser direcionados por alguma combinação das seguintes considerações:

1. A prosseguir a partir de um dado ponto de origem ao longo de determinadas vias, ou em direção a outro núcleo existente de edificações, ou centros comerciais.
2. A progredir em direção a terrenos altos, livres de riscos de inundações e a se espalhar ao longo das bordas dos lagos, baías, rios ou oceanos, nos locais onde tais bordas não são ocupadas por indústrias.
3. A crescer em direção às áreas que apresentam uma região rural livre e aberta, afastando-se dos “becos sem saída” bloqueados por barreiras naturais ou artificiais.
4. A crescer na direção dos líderes da comunidade.
5. As tendências de movimento de escritórios, bancos e lojas puxam os bairros residenciais mais caros na mesma direção geral da cidade.
6. A crescer ao longo das linhas mais rápidas de transportes.
7. O crescimento das áreas residenciais de alta renda permanece numa mesma direção, por um longo período de tempo.
8. As áreas de apartamentos de luxo tendem a se estabelecer próximo ao centro, em antigas áreas residenciais.
9. Promotores imobiliários podem desviar a direção de crescimento das áreas residenciais de alta renda.

(VILLAÇA, 2001, p. 317 - 318)

Consideramos que os itens 1, 2, 5, 6, 7 e 9 aproximam-se das metrópoles brasileiras. Sobretudo o sistema viário opera como uma espécie de barreira física nos espaços intra-urbanos. Na Região Metropolitana de Campinas é possível observar a relação entre o sistema rodoviário e a disposição de grupos populacionais. Neste sentido, outros estudos (CUNHA, 2006, CAIADO, 2007) identificaram essas associações e consideraram os eixos de crescimento das cidades que constituem a RMC, a partir das rodovias principais.

A constituição das formas urbanas vem se alterando ao longo do tempo devido a redefinições no tecido interno das cidades. Com isso, podemos citar aqui alguns elementos constitutivos para o desenvolvimento de novas morfologias urbanas que acabam por redefinir a relação centro-periferia.

Para Sposito (2007), o primeiro deles trata da instalação de grandes conjuntos habitacionais, com diferentes níveis de infraestrutura que vêm com o intuito de criar uma solução para a moradia da classe média baixa. Juntamente com esses empreendimentos surgem os equipamentos comerciais e de serviços para o atendimento do consumo imediato. O segundo diz respeito à instalação de cidades satélites que vêm como uma solução aos altos preços imobiliários. E por fim, o terceiro elemento fala da abertura de novos loteamentos urbanos para as camadas média e média alta, trazendo consigo idéias, como viver dentro e fora das cidades (neo-villages), de segurança e distinção social (enclaves fortificados), e de segunda moradia, associada ao lazer (loteamentos e chácaras).

Para Lago (2006, p.47)

[...] “Há uma idéia de que tanto nos países centrais quanto nos periféricos, de que um novo padrão de segregação urbana emerge nas nossas grandes e médias cidades, alterando a forma/aparência da “segregação” e as relações sociais que as produzem e reproduzem. Os dois símbolos dessa nova configuração são os condomínios cercados e as favelas, entendidos como expressão desse novo padrão, mais excludente e polarizado do que o anterior. Ou seja, os condomínios e as favelas estariam exprimindo a crescente aproximação geográfica entre os locais de moradia dos ricos e dos pobres, ou dos dominantes e dominados, ou, ainda, dos cidadãos e não-cidadãos [...]”.

Embora sejam percebidas estas tendências, ocorre a concomitância entre processos novos e a permanência de processos antigos na estruturação do espaço intrametropolitano que remetem-nos à noção de que ainda permanecem incertezas sobre a afirmação de que estas transformações representem uma reestruturação do espaço urbano nacional (CAIADO, 2004).

As transformações na estrutura socioespacial das cidades ainda não são suficientes para caracterizar uma reestruturação. Não existem indícios de alteração no padrão espoliativo do processo de apropriação do espaço urbano característico da urbanização brasileira. Todas estas formulações só têm sentido na análise sobre as alterações no processo de estruturação das metrópoles brasileiras se levarmos em consideração o fato de o moderno e o antigo conviverem simultaneamente no espaço urbano atual (VILLAÇA, 2001).

No próximo item abordaremos algumas discussões em torno das formas de análise da segregação, bem como nossa forma de referenciá-la.

1.1.2 Procedimentos da Pesquisa

Diversas são as dificuldades em termos metodológicos em se analisar a segregação urbana. Em debate realizado pela revista *Espaços e Debates* em 2004, foram apontadas algumas dificuldades que vão desde a definição das categorias sociais a partir das quais se indaga sobre o maior ou menor grau de segregação de umas em relação a outras. Dificuldades em termos da definição dos recortes urbanos a serem utilizados ou até quais métodos estatísticos melhores para serem empregados.

Em relação às categorias sociais, são levantadas questões sobre quais indicadores de descrição da estrutura social adotar considerando os dados existentes. Nos estudos brasileiros, na grande maioria dos trabalhos sobre a segregação são abordadas as relações pertinentes às diferenças socioeconômicas. Contudo, a segregação é, sobretudo, analisada nos estudos sobre as cidades brasileiras a partir das categorias mais pobres de um lado, e os mais ricos de outro, mais raramente, sem que a localização residencial das categorias intermediárias seja considerada de modo sistemático. (PRÉTECEILLE, 2004).

Préteceille (2004) considera que estas dificuldades da ordem das categorias sociais estejam relacionadas pelo fato de estarem enquadradas pelas definições político-administrativas, sobretudo considerando que as pesquisas sobre segregação são intimamente dependentes dos dados censitários. Neste sentido, poderíamos pensar que este seria um problema metodológico que outros tipos de pesquisa enfrentam, na medida em que a maioria delas utiliza os censos como fonte de dados.

Em relação ao recorte espacial, o autor considera que este é um duplo problema. A primeira questão se refere ao conjunto a ser estudado, a segunda, às unidades espaciais elementares espaciais a serem comparadas (PRÉTECEILLE, 2004).

A diversidade das definições dos espaços urbanos e dos recortes intra-urbanos constitui também uma fonte de dificuldades na comparação da segregação entre cidades e mais ainda entre países diferentes (PRÉTECEILLE, 2004).

A questão dos recortes espaciais também tem ligação com a fonte de dados a ser utilizada, que geralmente são oriundas de instituições governamentais.

Em numerosos casos, os pesquisadores não têm outra escolha a não ser o uso de recortes institucionais segundo os quais os dados censitários estão organizados: municipalidades, eventualmente bairros das municipalidades quando tal recorte existe de modo oficial e sistemático

(PRÉTECEILLE, 2004 p.15).

O autor orienta que para este tipo de dificuldade, da mesma forma que não existem categorias sociais mais pertinentes a priori, não há recorte espacial que se imponha a priori. É preciso escolher quando se tem oportunidade aquele cuja escala corresponde à prática social da qual se quer privilegiar a análise.

Ainda no escopo do debate sobre segregação realizado pela revista *Espaços e Debates*, Flávio Villaça coloca um pouco de sua metodologia:

Eu estudei a segregação inclusive e principalmente a sua história em seis metrópoles brasileiras e acredito que modéstia a parte – abordei questões vitais, fundamentais (no sentido dos fundamentos mesmo, da base), desse processo cujo maior mérito está nas possibilidades que minhas explicações de segregação apresentam, de articulá-las com processos políticos (localização dos aparelhos de Estado, produção de infra-estrutura urbana, principalmente a de transportes e legislação urbanística, por exemplo); com processos econômicos (o mercado imobiliário, o preço da terra etc.) e com a ideologia (ideologias da deterioração do centro da cidade, da idéia de centro velho, ideologia do que é a cidade etc.). Tudo isso foi estudado com poucos dados estatísticos, mas com muita história, geografia, crônicas, relatos de viajantes e até mesmo literatura (Lima Barreto, Érico Veríssimo etc.).

(VILLAÇA, 2004. p. 4)

Para Villaça (2011), o mais importante é explicar a segregação, estabelecendo as relações entre a estrutura urbana e social. Considera que nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado ou compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias. Enfatiza ainda que o

estudo da segregação por camadas sociais e por bairros ou grandes regiões tornam-se mais abrangentes e explicam as segregações em menores escalas.

Temos insistido que a abordagem da segregação por região da cidade tem um poder explicativo muito maior do que sua abordagem por bairro. Isso porque ela permite uma melhor explicação da estrutura urbana como um todo e de suas articulações com os processos sociais fundamentais e do próprio processo de segregação.

(Villaça 2011, p. 6)

A preocupação em mensurar a segregação nas cidades está presente em trabalhos como de Massey e Denton, (1988), de forma que foram utilizadas metodologias que buscam trazer uma aproximação da homogeneidade ou mesmo da heterogeneidade da localização de grupos populacionais.

Sabatini e Sierralta, (2006), analisaram as metodologias mais usuais de medição da segregação de forma a elucidar suas potencialidades e fragilidades. Dentre as metodologias estudadas, destaca-se o índice de dissimilaridade (concentração espacial dos grupos) e o índice de exposição (isolamento social dos grupos) proposto inicialmente por Duncan e Duncan (1955) Massey e Denton (1988), - distinguiram cinco dimensões de segregação, classificando os diferentes índices em relação à homogeneidade, exposição, concentração, centralização e agrupamento.

Assim, um grupo social segregado seria aquele que não está uniformemente distribuído no espaço urbano; está minimamente exposto ao contato físico com membros de outros grupos; está espacialmente concentrado (em termos de uma alta densidade geográfica); é fortemente centralizado (no sentido de viver próximo à área central da cidade); e apresenta um marcado agrupamento territorial. (SABATINI e SIERRALTA, 2006, p.173).

O índice de dissimilaridade visa demonstrar a porcentagem de pessoas de determinado grupo que devem se mudar para que ocorra uma distribuição uniforme dos grupos em todas as áreas. Nos termos dos autores temos:

O índice de dissimilaridade corresponde à proporção de famílias de um determinado grupo social que deveria mudar o local da residência para que sua presença relativa em cada uma das subáreas da cidade fosse uniforme, isto é, para que tivesse peso proporcional na população inteira da cidade. (SABATINI e SIERRALTA, 2006, p.171).

As críticas em relação a este índice estão no fato de que segregação apresenta escalas distintas em uma mesma cidade. Assim, uma determinada cidade, pode estar segregada no que se refere ao micro local, mas não com relação às grandes áreas ou ao conjunto de áreas urbanas. A população de um dado grupo social pode viver no interior de um único condomínio ou dispersa por todo distrito, e o indicador é ser mesmo para aquele distrito. O indicador varia segundo o tamanho da unidade de análise. Geralmente, o nível de dissimilaridade tende a ser mais baixo para áreas grandes (como distritos) do que para áreas menores (como setores censitários), no chamado problema do *grid* (SABATINI, 2006).

Vignoli, (2001, p.22) também atenta para este tipo de problema metodológico e salienta dificuldades em termos de elucidação do fenômeno através deste índice.

Ele apresenta alguns problemas metodológicos com a medição, pois, além de não captar a segregação espacial no interior das áreas de medição (por exemplo, as famílias de igual condição social residentes em uma área poderiam ser aglomeradas ou dispersas nela e a dissimilaridade seria a mesma), o índice ainda varia segundo a escala utilizada (por isso que se deve especificar a escala de análise, geralmente utilizada em nível de setores censitários, pois o censo é a principal fonte de dados usada nos estudos sobre segregação). Além do que não servem para explicar a origem do fenômeno, reduzindo as relações socioespaciais a médias, porcentagens ou probabilidades.

O grande problema desses procedimentos metodológicos, entretanto, é justamente a suposição de que a segregação se dá apenas entre dois grupos, geralmente entre a maioria e a minoria da população, excluindo os demais grupos sociais. Préteceille (2004) levanta esta questão e indica outros tipos de medição, como as análises fatoriais e as análises tipológicas, que dão conta da distribuição de todo o conjunto das categorias sociais no espaço urbano, considerando a complexidade das estruturas socioespaciais em vez da oposição binária “favela e não favela”. *“Um dos efeitos das análises tipológicas consiste em salientar a relativa continuidade de variação das distribuições sociais quando se passa de um extremo a outro da tipologia, contrariamente à caricatura dual da seleção dos espaços mais contrastados”*. Préteceille (2004, p.17) Porém sua complexidade torna mais difícil a interpretação, sendo por esse motivo pouco usada nos estudos de segregação.

Tendo ciência das dificuldades apresentadas seja qual for a metodologia empregada, para alcançar os objetivos propostos, optou-se pela utilização de dados dos censos demográficos brasileiros de 2000 e 2010, em nível de setores censitários, bem como revisões da literatura e estudos já realizados, além de outros tipos de informações que julgamos pertinente ao estudo,

como exemplo as pesquisas de origem destino realizadas em 2003 e 2012, relatório sobre mobilidade pendular, entre outros.

Como foi mencionado acima, esse fenômeno pode ser examinado sob várias dimensões (renda, grupos sociais, religião, condição migratória etc.). No entanto, no Brasil, não há muitas dúvidas de que este fenômeno se manifeste, principalmente, por meio da posição socioeconômica das famílias ou indivíduos.

Entretanto, um único indicador não seria capaz de revelar as significantes diferenças entre as pessoas residentes em uma região como Campinas. Além disso, os indicadores frequentemente usados, como os de linha de pobreza, são problemáticos. Inclusive, porque no Brasil não existe um valor padrão, em nível federal, para delimitar a linha de pobreza.

Dessa forma, optou-se por realizar uma caracterização espacial a partir do uso de variáveis em nível censitário que buscam identificar perfis ou áreas mais homogêneas ou heterogêneas da cidade. Dentre as variáveis escolhidas explicitaremos a variável rendimentos do responsável por domicílios renda para o período de 2000 e 2010 e características de infraestrutura domiciliar que permitiram caracterizar a observação de mudanças nos padrões de segregação da Região Metropolitana de Campinas. Priorizamos a apresentação dos dados a partir de cartogramas, sobretudo, porque o conceito por nós trabalhado ancora-se em sua dimensão espacial, a representação por meio de mapas torna-se fundamental para subsidiar as considerações tecidas.

A utilização de algum método de interpolação espacial de dados está se tornando cada vez mais frequente nas análises sociodemográficas (CUNHA, JAKOB e YOUNG, 2006 ;JAKOB e YOUNG, 2006; CUNHA, JAKOB, JIMENEZ e TRAD, 2006). Em função de que, atualmente, diversos *softwares* já contêm vários destes métodos, permitindo análises bem mais detalhadas do que há algum tempo atrás. A interpolação de dados é importante para eliminar o chamado “efeito mosaico” ou “efeito xadrez” presentes em geral na visualização de mapas temáticos e para chamar a atenção para as principais concentrações espaciais de determinado atributo, suavizando suas diferenças e apontando os pontos mais fortes (*hot spots*), ou mais fracos (*cold spots*) de determinadas variáveis. (JAKOB e YOUNG, 2006).

Um segundo diferencial para o tratamento dos dados a partir deste método (interpolação), é que não leva em conta as amarras dos limites das fronteiras municipais para analisar a

distribuição de variáveis. Essa abordagem permite identificar a distribuição de grupos e seus atributos com melhor observância da complexidade dessa distribuição.

Neste trabalho, optou-se por trabalhar em alguns mapeamentos realizados com o uso de interpolação através da técnica de krigagem* através do Software de mapeamento Arc GIS 10.1.

De acordo com Jakob (2003) a krigagem é considerada uma boa metodologia de interpolação de dados. Ela utiliza o dado tabular e sua posição geográfica para calcular as interpolações. Utilizando o princípio da Primeira Lei de Geografia de Tobler, que diz que unidades de análise mais próximas entre si são mais parecidas do que unidades mais afastadas. Esta técnica utiliza funções matemáticas para acrescentar pesos maiores nas posições mais próximas aos pontos amostrais e pesos menores nas posições mais distantes, e criar assim os novos pontos interpolados com base nessas combinações lineares de dados (JAKOB, 2003).

É mais comumente usada para identificar e mapear padrões espaciais da superfície terrestre. Pode ser usada para determinar se existe autocorrelação espacial entre dados de pontos. Para isso, a função mais comum utilizada é o (semi)variograma. O variograma é a descrição matemática do relacionamento entre a variância de pares de observações (pontos) e a distância separando estas observações (h). A autocorrelação espacial pode então ser usada para fazer melhores estimativas para pontos não amostrados (inferência = krigagem) (JAKOB, 2003). Foram criados mapas de pontos e interpolados por meio de krigagem no Arc GIS 10.1, em especial com o módulo *Geostatistical Analyst* do ArcMap (JAKOB, 2003).

Também foi utilizado o Índice de Moran, uma medida de autocorrelação espacial que considera os padrões de vizinhança da variável de interesse, apontando para a existência de agrupamentos espaciais de vizinhos, com valores similares ou não, segundo o indicador de interesse. Grosso modo, este índice permite avaliar se um determinado polígono (no caso setor censitário) está ou não rodeado por outros semelhantes, o que no caso configuraria a segregação. Espera-se que se houver autocorrelação espacial (isto é, segregação) as áreas com maiores proporções da variável estejam mais próximas.

Jakob, Cunha e Young, (2006, p.445) consideram que o Índice de Moran:

Corresponde a uma combinação entre as características de cada setor censitário em termos do indicador utilizado e sua correlação espacial com respeito aos setores censitários vizinhos. Assim, uma legenda do tipo 'alto-alto' significaria que o setor censitário possui um valor alto do indicador em questão e, ao mesmo tempo, estaria cercado por setores que também apresentam valores altos para este indicador.

*Para detalhes sobre esta técnica, ver Jakob e Young (2006).

Ao utilizar na análise o Índice Moran Local, é possível visualizar onde estão localizadas e relativamente agrupadas a riqueza e a pobreza na Região Metropolitana de Campinas. Nessa análise, os hot spots (em preto) são áreas (setores censitários) onde os valores das variáveis consideradas seriam elevados, as áreas em azul e cinza representam as áreas apresentam os valores com menor elevação.

Em relação as siglas utilizadas neste indicador, estão em inglês: Not Significant, HH (High- High); (LL Low Low), LH (Low High), e HL (High Low) expressam o nível de auto correlação espacial, sendo que HH (High- High), HL (High Low) apresentam forte correlação e (LL Low Low), LH (Low High), e HL (High Low) possuem as mais fracas correlações considerando as variáveis utilizadas.

2 Região Metropolitana de Campinas

2.1 Sobre a Região Metropolitana

O processo de metropolização ocorre a partir da polarização de uma região em torno de uma grande cidade em dimensões físicas e, sobretudo, populacionais, caracterizando-se pela alta densidade demográfica e alto grau de urbanização. Essa grande cidade constitui um núcleo, ao redor do qual há várias outras cidades sob sua direta influência, mantendo forte relação de interdependência econômica e notório movimento pendular de sua população (FREITAS, 2009).

Segundo Braga e Carvalho (2004, p. 8):

Uma região metropolitana é um aglomerado urbano composto por vários municípios administrativamente autônomos, mas integrados física e funcionalmente, formando uma mancha urbana praticamente contínua (...). O conceito de região metropolitana deve ir além da mera definição legal. Para Santos (1998), o fenômeno da metropolização corresponde à macroubanização e apenas as aglomerações urbanas com mais de um milhão de habitantes deveriam merecer tal denominação.

Para Santos, (2001, p.76) as atuais Regiões Metropolitanas têm como pontos comuns dois elementos essenciais: a) são formadas por mais de um município, com o município núcleo – que lhes dá o nome – representando um área bem maior que as demais; b) são objeto de programas especiais, levados adiante por organismos regionais especialmente criados, com a utilização de normas e de recursos em boa parte federais.

No Brasil, o processo de metropolização evidenciou-se, sobretudo, a partir de meados do século XX, destacadamente em São Paulo e Rio de Janeiro e, nos anos seguintes, em várias outras localidades. Segundo, Silva (2012), os processos de urbanização e metropolização foram muito próximos, tivemos uma urbanização rápida e uma “metropolização precoce”. Por outro lado, alimentou o crescimento da população urbana de um número grande e crescente de cidades de diferentes tamanhos, gerando um complexo sistema urbano (FREITAS, 2009).

Sobretudo nos anos de 1960 e 1970, a migração interna para as cidades levou a uma concentração elevada de população, dinâmica econômica, trabalho e recursos em grandes aglomerações urbanas – que geraram ou fortaleceram os espaços metropolitanos. O rápido processo de urbanização pelo qual passou o país, juntamente com adensamento demográfico, tornava evidente a necessidade de planejamento para resolver problemas de forma integrada de unidades político-administrativas interdependentes (ROCHA, 2000, p.7). Neste contexto foram criadas oficialmente as primeiras regiões metropolitanas, a fim de possibilitar melhor conhecimento e atuação sobre essas unidades espaciais (SILVA, 2012).

O sistema de cidades tornou-se bastante heterogêneo, “dentro das cidades – e tanto mais quanto mais complexa sua estrutura ocupacional e social – acentuou-se a segregação espacial e generalizou-se a existência de periferias urbanas” (FARIA, 1991, p. 105).

Em termos legais, a Região Metropolitana foi instituída através da lei complementar nº 14, em 8 de junho de 1973, com objetivo de promover o planejamento integrado e a prestação de serviços comuns de interesse metropolitano.

A Constituição Federal, em 1988, em seu artigo 25 passou aos Estados a competência de poder criar regiões metropolitanas. Uma vez que cada Unidade da Federação estabelece os seus próprios critérios referenciais para instituir uma Região Metropolitana. (FREITAS, 2009).

Constituição Federal, Art. 25, § 3o: “Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”

(BRASIL, 1988).

Neste contexto o “urbano”, sobretudo para os países latino americanos foi impulsionado pelo rápido crescimento das cidades nas décadas de 1960 e 1970. Os migrantes que se dirigiam para as cidades não dispunham de recursos suficientes para formar um mercado para o setor imobiliário (estatal ou privado). A consequência disso foi que boa parte dessa população construiu suas moradias ocupando terrenos de forma ilegal ou semilegal ou mesmo áreas ambientalmente sujeitas a perigos.

Foi nessa situação que boa parte das periferias das cidades latinoamericanas foi edificadas. Assim foram acentuadas as distorções em relação ao acesso as infraestruturas. As parcelas da população de baixa renda que estão nas porções distantes dos centros (situados na periferia) ficam sujeitas a um tipo de transporte precário; saneamento deficiente; drenagem insuficiente; dificuldade de abastecimento; difícil acesso aos serviços de emprego formal, baixa remuneração; maior exposição à violência (marginal ou policial); discriminação residencial, social; difícil acesso a justiça oficial etc. (MARICATO, 2003).

Para Silva (2012), em termos de estrutura urbana, nesta fase do processo de metropolização brasileiro, eram distintas as formas de apropriação do espaço intra-urbano. Tal apropriação era proporcionada pelas desigualdades nas condições de vida entre as áreas apropriadas pelos estratos de alta renda e o conjunto da cidade formado pelas áreas mais precárias

e com dificuldades de acesso a diversos serviços. Essa distinção teve expressivo reflexo na estrutura urbana da metrópole, pois ao mesmo tempo em que surgia uma classe média economicamente, fazendo com que a cidade traduzisse suas demandas e necessidades, também crescia o contingente de pobres urbanos (SILVA, 2012).

Para Vitte (2010), o crescimento periférico foi a manifestação mais evidente da segregação, uma marca da urbanização brasileira. Por isso nos anos 1970/1980 ganhou importância nos estudos urbanos o tema da periferização como a morfologia reveladora da segregação urbana e cuja causa principal é a manutenção da propriedade privada.

A cidade ficou nas mãos das elites, gerando uma política de proteção e favorecimento dos setores imobiliários, de obras públicas, de concessão de serviços e aos segmentos das camadas médias considerável da cidade ilegal (SILVA, 2012). Sposito (2007) considera que um dos mercados que mais cresceu e se diversificou desde os anos de 1970, em especial no estado de São Paulo, é o de terras e de imóveis urbanos.

Esse novo urbano também levou a alterações nas componentes demográficas, pois a fecundidade em geral começou a declinar consideravelmente no país, a esperança de vida continuou a aumentar e as taxas de mortalidade que já vinham em declínio diminuíram ainda mais, especialmente as taxas de mortalidade infantil. Em relação à migração, Cunha e Baeninger (2004) consideram que as migrações internas no Brasil adquiriram maior complexidade a partir dos anos oitenta e elevaram o grau de urbanização que atualmente supera 84%.

Dentre as mudanças discutidas por Cunha e Baeninger (2004), sobretudo nos anos noventa, destacava-se a tendência a uma diferenciação de modalidades migratórias, que se refletiram na articulação da migração de longa distância e os movimentos de retorno, da migração de longa distância e os movimentos intra-regionais, assim como das migrações oriundas das metrópoles com direção ao interior e as migrações interestaduais.

A desconcentração populacional realmente se coloca como um fenômeno característico da conformação do espaço urbano brasileiro, mas não foi e nem vem se processando de maneira tão pulverizada quanto muitas vezes se coloca. Desde os anos 1970, já se identificava que a maior parte dessa desconcentração ocorria para núcleos urbanos próximos e/ou com dinâmica econômica bastante atrelada às metrópoles (SILVA, 2012). Em muitas Regiões Metropolitanas, os municípios pólos ou áreas centrais têm crescido a taxas bem mais modestas do que o entorno.

Considerando a importância do município de Campinas enquanto pólo regional, procura-se a partir de uma noção histórica iniciar a caracterização da região metropolitana a partir do mesmo. Considera-se que em cada cidade é possível observar tendências distintas de segregação socioespacial. Neste tópico é traçado também, um recorte deste processo na “escala” municipal que está relacionada com a escala metropolitana conforme visualizaremos nos itens seguintes.

2.1.2 Sucinto histórico de ocupação de Campinas

A fundação oficial da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, que atualmente conhecemos como município de Campinas, surgiu no contexto da descoberta das minas goianas por volta de 1720. De forma a facilitar o acesso às minas, foi construída uma trilha que ficou conhecida como “Caminho dos Goiaes”.

O longo Caminho dos Goiaes passava pelas terras do atual município de Campinas antes de chegar nas minas de ouro do interior paulista. Esse caminho exigia dias de trilha em meio a densas florestas (como sugere o nome mato grosso) e morros com inclinação de moderada a forte.

Campinas do Mato Grosso era um bairro rural do distrito de Jundiá e ficava a beira do caminho da estrada para as minas de Goiás. De acordo com PUPO (1969), uma contagem populacional realizada em 1767 atesta que no bairro do Mato Grosso tinham 38 domicílios e 185 habitantes estavam espalhados pela região.

Com o aumento do fluxo de pessoas que passavam pelo Caminho de Goiaes, logo começaram a aparecer pousos e um tímido comércio local. Esta intensificação, tanto de pessoas, quanto de comércio influenciou também o surgimento de uma agricultura de subsistência. Devido à boa produtividade do solo, iniciou-se a exploração da cana de açúcar logo substituída pela cultura do café (PEREZ FILHO e CESAR, 2009).

Em 1773, comprovando habitação de forma mais fixa na região, é edificada a primeira igreja, conhecida como Velha Matriz, na qual em 1774 celebrou-se missa oficializando a fundação da Freguesia Nossa Senhora de Conceição de Campinas, sendo Francisco Barreto Leme reconhecido como seu fundador, além de que, em 1797, a freguesia é elevada à categoria de vila, intitulada Vila de São Carlos (MIRA, 2006).

Em 1842, estimando uma população de mais de 10.000 habitantes, a Vila São Carlos é elevada à categoria de cidade com o nome Campinas. Nesse período, a cultura cafeeira já

predominava nas paisagens da região. Em torno de 1850 registra-se cerca de 300 produtores de café (IBGE, 1952), a cidade sofre um surto de desenvolvimento econômico e urbano por conta da infra-estrutura criada pelo cultivo de tal produto. O café de Campinas passou a ser reconhecido no mundo todo pela sua qualidade (PEREZ FILHO e CESAR, 2009).

Nesse período, barões e fazendeiros começaram a vender terras localizadas no centro para comprar outras localizadas no norte e assim expandir suas produções, pois no norte estão presentes *os solos mais férteis do município*. As terras vendidas no centro eram compradas principalmente por imigrantes que vinham trabalhar na atividade industrial, suscitando o surgimento de muitos cortiços nessa localidade. Com o aumento da produção de café em direção ao norte, a quantidade de fazendas aumentou significativamente, o produto apresentava alto preço no mercado internacional e as áreas rurais do município se tornaram as mais valorizadas (PEREZ FILHO e CESAR, 2009).

Segundo Semeghini (2006), durante a economia cafeeira o município de Campinas rivalizava a centralidade econômica e populacional com São Paulo. A capital do estado passou a ser a “metrópole do café” apenas na metade da década de 1880.

O desenvolvimento das atividades comerciais e agrícolas possibilitou investimento em infra-estrutura das regiões onde estas atividades estavam localizadas. O centro e o norte do município, nesse momento, se tornaram dotados de serviços, desde saneamento básico até disposição de linhas férreas, o que valorizou essas terras consideravelmente (PEREZ FILHO e CESAR, 2009).

Em 1870, Campinas já era o mais rico município paulista. Ainda que a elite cafeeira local fosse bastante conservadora, permitiu-se grande desenvolvimento e progresso técnico, já que estes favoreciam cultivo e escoamento da produção. Nesse período criou-se o Instituto Agrônomo de Campinas, instalaram-se diversas indústrias na região, foi fundada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a Companhia Campineira de Iluminação à Gás e considerável quantidade de bancos (MIRA, 2006).

A chegada de mão de obra imigrante correspondia ao crescimento industrial de Campinas. Quando houve desenvolvimento da indústria houve também crescimento do terceiro setor, o que possibilitou a prosperidade de muitos imigrantes que trabalhavam com o comércio. As terras do centro voltaram a valorizar devido à prosperidade da atividade comercial que lá se fazia,

principalmente quando adotado o Plano de Melhoramentos Urbanos criado por Prestes Maia com intenção de “revitalizar” o centro (PEREZ FILHO e CESAR, 2009)..

Com a instantânea valorização das terras localizadas no centro e no norte, verifica-se segregação socioespacial e conseqüente periferização (física e social) das habitações, pois aqueles que chegaram à cidade neste momento, ou que não prosperaram economicamente, não obtiveram possibilidades de custear altos preços de moradia cobrados nas áreas das regiões do município. Têm-se então extensão das habitações em direção às regiões sul e sudoeste, de terrenos arenosos improdutivos que desenvolvem facilmente processos erosivos como ravinas e voçorocas. Por esses motivos essas regiões não apresentaram atrativos para as atividades agrícolas e residenciais realizadas até o momento (PEREZ FILHO e CESAR, 2009).

No início do século XX, a economia brasileira começa a dar sinais de decadência e a economia cafeeira não resiste à crise de 1929, o que levou à queima e eliminação de milhões de sacas e pés de café. No entanto, estudos realizados no Instituto Agrônômico de Campinas possibilitaram a expansão do cultivo de algodão, incentivando a indústria têxtil e estimulando o desenvolvimento industrial que era incipiente em outros tempos (PEREZ FILHO e CESAR, 2009).

Em 1939, o município já contava com quase uma centena de fábricas, e da década de 1930 à década de 1960, presencia-se predominância econômica da atividade industrial na região. Os autores PEREZ FILHO e CESAR, (2009) verificam nesse período a pavimentação da Rodovia Anhanguera e um grande desenvolvimento na infra-estrutura de transportes, o que estimula a produção agrícola e industrial e realiza grande articulação entre atividades agropecuárias, industriais e terciárias. O setor terciário se expande e desenvolve fortemente serviços financeiros, de transporte e comércio (PEREZ FILHO e CESAR, 2009).

A indústria na região se torna atividade predominante nesse período fazendo com que a cidade receba expressiva quantidade de migrantes a partir da década de 70, ocasionando também um expressivo aumento das condições precárias de vida.

Nesse período, 8% da população campineira residia em autoconstruções, de forma que, a partir da década de 70, a população favelada apresenta índices de crescimento maiores que a da população total, aumentando as habitações em áreas de risco (FERNANDES, CANO e BRANDÃO, 2002).

Santos (2002) identifica que a partir desta década de 1970, a atuação dos governos locais fundamentou uma política urbana que valoriza as localidades de negócio. Com a crise da década anterior, esgota-se o padrão de urbanização que vinha sendo adotado. O Estado permanecera décadas aplicando investimentos públicos fora das cidades. Tomando partido da crise, as frações do capital de setores da indústria da construção civil, principalmente de obras públicas vitimadas pela arrastada recessão, passaram a deslocar seu interesse em construir infraestrutura interurbana para as de natureza intraurbana, localizadas nos centros de mando das grandes cidades brasileiras.

A partir da década de 80, Campinas apresenta grande crescimento do terceiro setor. Todo esse processo de crescimento econômico, demográfico e urbano gerou conurbação que inclui Campinas e seus municípios vizinhos. Essa urbanização, que foi acentuada a partir da década de 70, obteve como característica a periferização dos espaços urbanizados (PEREZ FILHO e CESAR, 2009).

A partir desse período, obteve-se expressivo crescimento da região sudoeste do município devido à instalação industrial que privilegiou grandes eixos rodoviários, à abertura do aeroporto de Viracopos, à implantação do Distrito Industrial de Campinas e à construção de vários conjuntos habitacionais populares.

Houve também grande crescimento do vetor Anhanguera sentido interior, essa região:

Caracteriza-se pela localização de populações pobres, expulsas de áreas urbanas mais valorizadas, principalmente nos municípios de Hortolândia e Sumaré, limítrofes de Campinas na sua porção oeste. Ao contrário deste vetor, em direção a Valinhos e Vinhedo verifica-se uma ocupação diferenciada de padrão médio e alto. (Prefeitura Municipal de Campinas, Plano Diretor, 1995, p.10).

Já a expansão norte-nordeste é incentivada pela construção da Rodovia D. Pedro I, pela instalação da Unicamp, do campus 1 da Puccamp, da refinaria Replan e outros.

O processo de ocupação desta porção do município apresenta uma dinâmica diferenciada da apresentada pela região sudoeste do município, limitando intensa ocupação urbana devido à grande quantidade de áreas agrícolas ainda produtivas, da presença de grandes instituições e principalmente devido ao alto valor da terra (PEREZ FILHO e CESAR, 2009).

Enquanto a região centro-leste do município, e os distritos de Sousas e Joaquim Egídio, apesar de abrigarem um conjunto de moradias populares da Cohab, a urbanização se expandiu com a presença majoritária de condomínios e loteamentos de alto padrão, que tiveram os seus lotes valorizados com a implantação de APA (área de proteção ambiental), de forma que sua

ocupação refere-se principalmente ao residencial de alto padrão, além de ainda possuir extensas áreas rurais (PEREZ FILHO e CESAR, 2009).

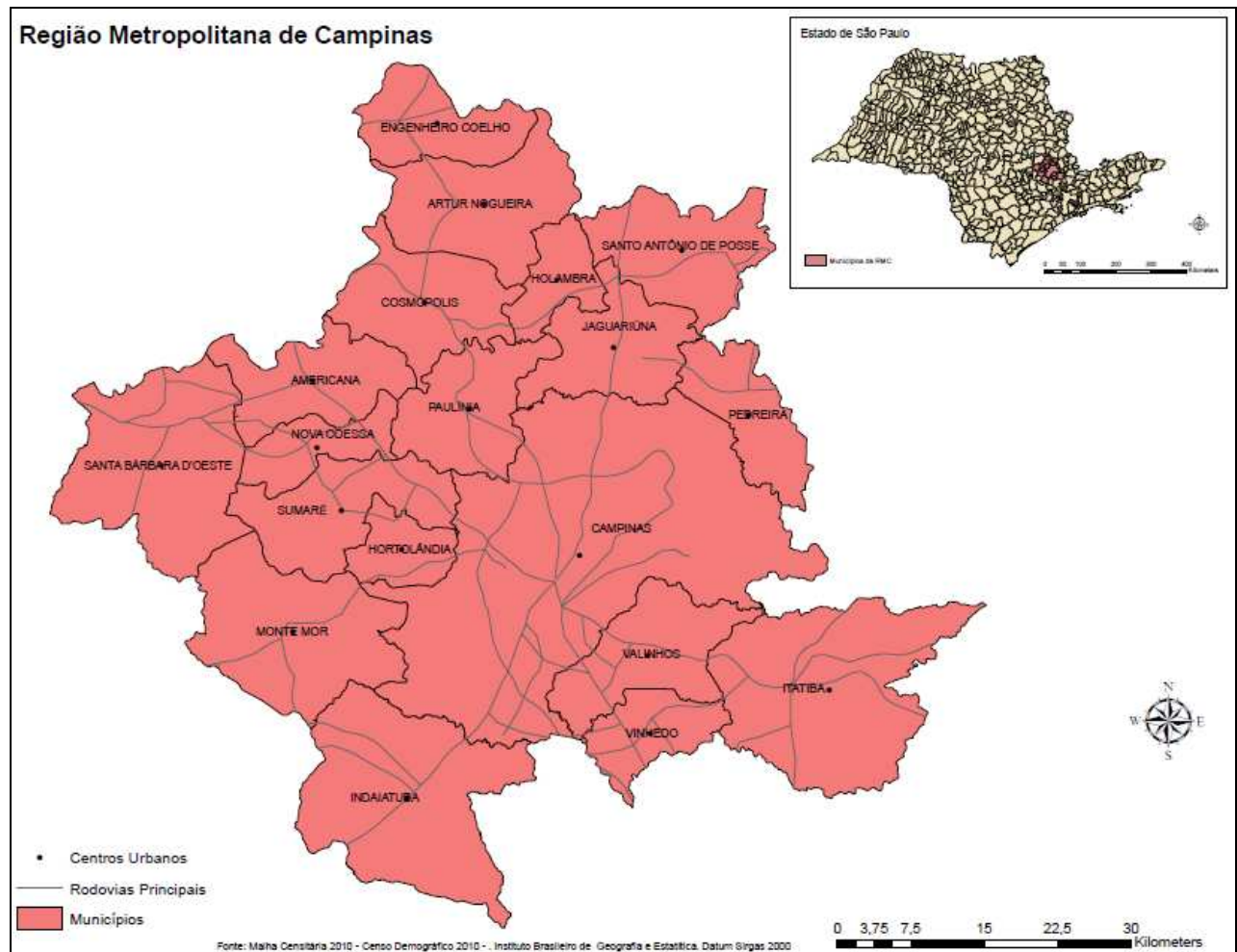
O desenvolvimento das atividades comerciais e agrícolas possibilitou investimento em infraestrutura das regiões onde estas atividades estavam localizadas. O centro e o norte do município, nesse momento, se tornaram dotados de serviços, desde saneamento básico até disposição de linhas férreas, o que valorizou essas terras consideravelmente (PEREZ FILHO e CESAR, 2009).

2.1.3 Campinas: Uma Região Metropolitana

A Região Metropolitana de Campinas teve o seu processo de urbanização inserido no contexto do processo de interiorização do desenvolvimento experimentado pelo Estado de São Paulo, onde os investimentos governamentais realizados através da oferta de incentivos e de infra-estrutura somaram-se à existência de uma base agrícola moderna fortemente articulada ao setor industrial, e à existência de uma rede urbana bem estruturada. A região desenvolve-se e expande seu dinamismo em função da desconcentração das atividades produtivas em direção ao interior paulista (CAIADO, 1998).

Em termos oficiais, foi constituída pela Unidade regional do Estado de São Paulo criada pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de Junho de 2000. Hoje é constituída por 19 municípios paulistas (Mapa 1): Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio da Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Localiza-se a cerca de 100 km do município de São Paulo. Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, foram enumerados neste ano 2. 845. 035 habitantes, o que corresponde a uma densidade demográfica de 780,39 habitantes por km².

Mapa 1- Região Metropolitana de Campinas – Localização no Estado de São Paulo



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010

Constitui-se como importante pólo industrial e tecnológico do Estado de São Paulo, com destaque para os municípios de Campinas, Paulínia, Sumaré, Santa Bárbara D'Oeste e Americana, o que tem impulsionado ganhos de competitividade nos mercados internos e externos (AGEMCAMP, 2012).

O crescimento e a expansão da RMC estiveram diretamente ligados à migração. A partir dos anos 60, e principalmente depois dos anos 1970, Campinas e outros municípios da região, tais como Americana, Paulínia, Valinhos, Sumaré e Indaiatuba, recebem grandes investimentos governamentais, tornando-se um dos maiores eixos de expansão industrial no interior do estado,

devido em grande parte a desconcentração verificada na Região Metropolitana de São Paulo, o que elevou bastante o ritmo de crescimento populacional em toda a região, com todos os problemas das grandes metrópoles: falta de moradia e o consequente processo de favelização, loteamentos irregulares e clandestinos, especulação imobiliária desenfreada, baixos salários, entre outros (CUNHA et al; 2006).

Além do extensivo crescimento da região metropolitana como um todo durante a década de 1970, este período foi marcado por um forte crescimento industrial, tanto para Campinas, quanto para Paulínia, Valinhos, Sumaré, e Indaiatuba.

Nos anos 1970, com a desconcentração industrial da capital - São Paulo se intensifica ainda mais a implantação de estabelecimentos industriais na região. Muitos deles se – dispõem ao longo da rodovia Anhanguera, começando na capital do estado e atravessando a RMC. Nesta região, a maior parte das indústrias está entre Campinas e Limeira, passando por Sumaré, Hortolândia e Americana (SEMEGHINI, 2006).

Nesse contexto de expansão, são construídas também a rodovia Santos Dumont, segundo eixo fabril (ligando Campinas a Indaiatuba), a ligação entre Campinas e Paulínia (município que sedia usinas e refinarias), a ligação entre Campinas, Sumaré e Monte-Mor e a rodovia Dom Pedro I (que corta Campinas ao norte e liga a Anhanguera à via Dutra, passando por Itatiba).

Este processo gerou um padrão de crescimento físico horizontal com espaços descontínuos, de ocupação rarefeita, principalmente nas direções sudoeste e sul, estendendo a periferia para além dos limites municipais, absorvendo progressivamente porções dos municípios vizinhos. Este tipo de expansão urbana resulta tanto do impacto das políticas públicas setoriais, como, por exemplo, a de transportes, como, em grande parte, pela ação especulativa mercantil dos mercados imobiliários.

Mesmo em meio a este tipo de ocupação sendo a característica do período em questão é possível identificar “sinais” que indicariam novas formas de ocupação que se tornaram mais evidentes, sobretudo a partir da década e 90. Segundo Caiado e Pires (2006, p. 286):

Já na década de 70, surgem os primeiros sinais de alteração no tecido urbano tradicional de Campinas. A inauguração do Shopping Iguatemi, em 1979, em área pouco urbanizada, distante da área central, próxima à Rodovia Dom Pedro I, e a aprovação do loteamento San Conrado, no distrito de Sousas, com mais de dois mil lotes, destinado ao mercado de média e alta renda, podem ser considerados, marcos das transformações que irão consolidar-se nos anos 90.

Durante a década de 1980, a população desconcentra-se da cidade de Campinas, dirigindo-se para os municípios vizinhos. Fatores como a ausência de alternativas de habitação, tanto de condomínios fechados como loteamentos populares, no município-sede, fizeram com que a região incorporasse novas áreas para abrigar a população. E, apesar de serem vistos como cidades-dormitórios, vários desses municípios vizinhos acabam desenvolvendo dinâmica própria, instalando novas indústrias e desenvolvendo suas próprias periferias, como o caso do município de Americana que já possui uma dinâmica mais autônoma em relação a Campinas, tendo incorporado os municípios de Santa Barbara d'Oeste e Nova Odessa como suas próprias periferias, formando assim um subcentro regional (CUNHA et al, 2006).

Nos anos 1990, a Região Metropolitana de Campinas passa a apresentar novas características em seu tecido urbano (embora já apresentasse sinais desde a década de 1970) . Caiado e Pires (2006, p.302), destacam:

O processo de abandono da área central pelas camadas de renda mais elevada e pelo comércio e serviços destinados a essa população, localização de grandes empreendimentos de comércio, serviços e habitação de médio e alto padrão construtivo ao longo das principais rodovias, que articulam o abandono do espaço público e a privatização do espaço coletivo.

Villaça (2001) ao analisar os mecanismos da segregação em algumas metrópoles brasileiras, abordou questões de caráter ideológico, econômico entre outros que elucidam como as camadas de alta renda, juntamente com as infra-estruturas, ou mesmo o deslocamento das atividades “abandonam os centros antigos” das cidades e criam novas centralidades. Para o autor, esta mudança de localização é manifestada pela ideologia na medida em que transforma-se no processo pelo qual a classe dominante representa seu interesse particular como o interesse geral. A produção ideológica lança mão de alguns mecanismos, entre eles a naturalização dos processos sociais, um exemplo disso é a expressão “deteriorização do centro”.

O processo rotulado de “deteriorização” pela idéia dominante refere-se ao estado de quase ruína em que são deixados muitos edifícios dos centros tradicionais, em virtude de seu abandono pelas camadas de alta renda, que produziram novos centros. Como o centro é uma área importante da metrópole, a classe dominante não pode assumir esse fato, e precisa ocultá-lo, formulando uma versão que não comprometa sua posição de classe dominante. Cria-se, então, a ideologia da “deteriorização”, que é uma versão que “naturaliza” um processo social.

(VILLAÇA, 2001, p. 344)

Em Campinas podemos perceber esse processo através de notícias veiculadas pelos jornais locais:

Há quase duas décadas, a revitalização do Centro de Campinas integra a pauta de propostas de sucessivos governos municipais. Símbolo de pujança econômica no século passado, a região espelhava, até o início dos anos 80, o melhor que uma metrópole pode oferecer nos setores de comércio, serviços e lazer. Salas de cinemas, praças bem-estruturadas, freqüentadas por famílias, e grandes redes varejistas faziam da área central o destino preferido para compras e passeios. Época que ficou na memória dos moradores mais antigos e chega a despertar sentimento de saudosismo em quem testemunhou o apogeu desse lugar agora desfigurado.

... Por duas semanas, a reportagem percorreu o Centro. Entrou em redutos de prostituição, tráfico de drogas e territórios dominados por camelôs no coração da cidade. Bares e hotéis de alta rotatividade servem ao baixo meretrício em uma região marcada pela *deterioração*. A *degradação* urbana é acentuada pela intervenção de gangues de pichadores em fachadas de prédios residenciais, comerciais e equipamentos públicos. Nesse cenário, forjado nos últimos 25 anos, o comércio formal e os serviços migraram para shoppings em regiões periféricas, próximas aos eixos rodoviários.

(Marcelo Villa, Jornal Correio Popular, 09 de setembro de 2008)

Neste trecho é possível observar os termos como “deteriorização”, “degradação do centro” e uma menção a mudança de localização do comércio formal e dos serviços para áreas arredores aos eixos rodoviários. Dessa, forma dissemina-se a idéia de um “centro novo”, em oposição ao “centro velho”, ou então que os centros da metrópole estão se transformando, se deslocando no espaço.

Assim, a noção de centro fica relegada a visão das camadas dominantes:

O centro tradicional enquanto foi centro da minoria – das elites- era o centro da cidade. Hoje ele é centro da maioria popular. Justamente agora o centro “velho” é o centro da cidade – pois agora ele é o centro da maioria – a ideologia dominante declara que a cidade tem um novo centro. É curioso. O centro novo, segundo a ideologia dominante, passa a ser o centro da minoria. É o processo de universalização do particular por parte da classe dominante. O “seu” centro deve ser sempre o centro da cidade.

(VILLAÇA, 2001, p. 347-348).

Transportando esta maneira de identificar os processos de dominação dos espaços intra-urbanos, poderíamos estabelecer uma analogia também com idéia de “moderno” e “precário”, considerando o escopo da Região Metropolitana de Campinas como um todo e não apenas a “escala” do município. As chamadas “novas centralidades”, referem-se às ocupações urbanas associadas à “modernização”, e assim figurariam como comprometido com o processo global de reestruturação produtiva e as formas precárias estariam associadas à fase do sistema produtivo identificado como ciclo industrial.

Assim, conforme indica Caiado e Pires (2006, p.301), no período recente, com as transformações na estrutura produtiva, a ampliação das condições gerais de infra-estrutura, especialmente o sistema viário, como o desenvolvimento de novas tecnologias da informação, “há maior possibilidade de escolha da localização de moradia pelas camadas de mais alta renda”, bem como para as empresas. Dessa forma, o mercado imobiliário investe na venda de um novo estilo de vida – loteamento fechado. Áreas distantes do núcleo central, com acessibilidade garantida pelo sistema rodoviário, passam a receber empreendimentos destinados às camadas de renda média e alta.

Em outro trabalho Caiado (2007) analisou a expansão urbana desta Região metropolitana e sua configuração espacial a partir da análise da legislação urbanística e do processo de aprovação de grandes empreendimentos nos municípios de Campinas e Sumaré. Dentre suas considerações, em relação à legislação, a autora demonstrou que o Estado atua no favorecimento do mercado imobiliário, numa espécie de parceria que também pode ser observada nos investimentos públicos, especialmente na melhoria das condições do sistema viário do entorno.

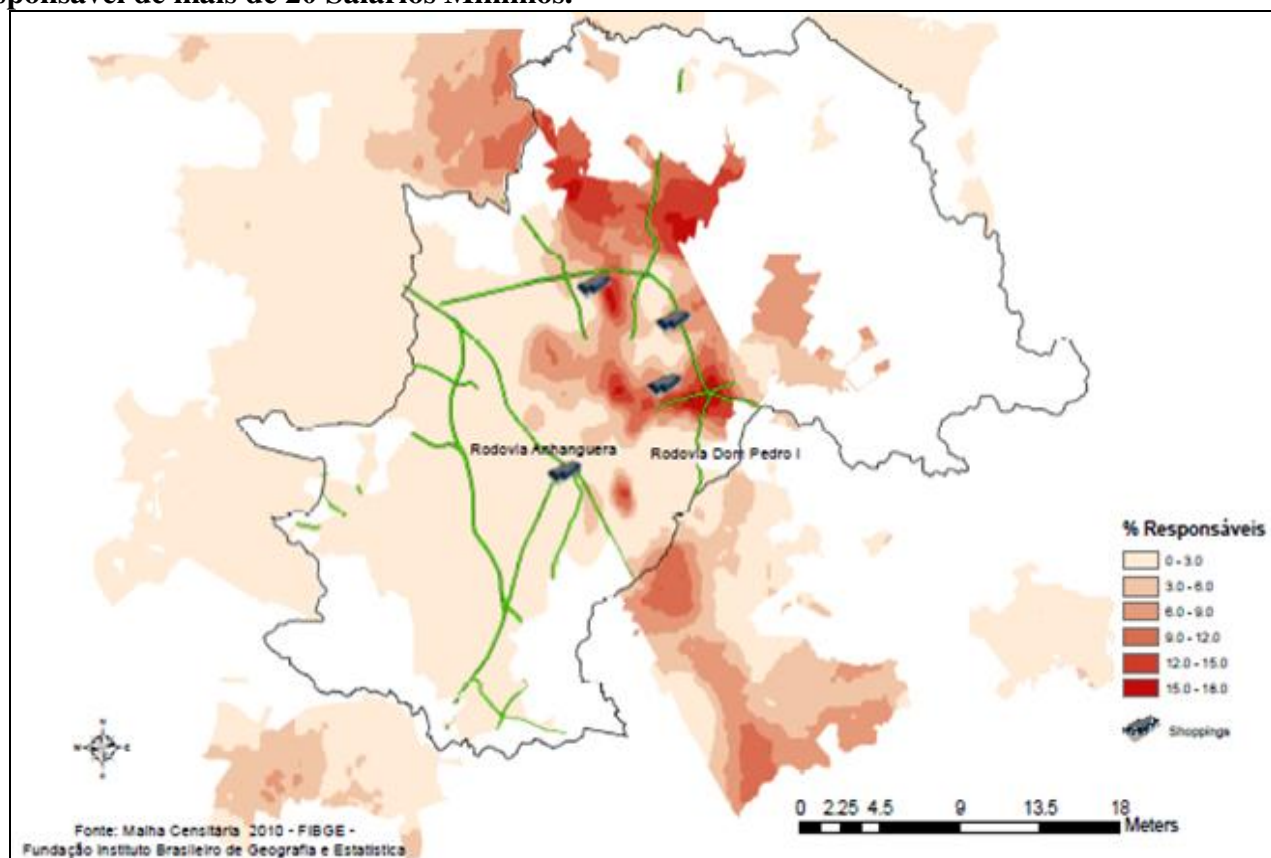
Segundo a autora, esse processo de expansão urbana envolve a disputa por recursos públicos limitados. Estes novos empreendimentos (condomínios fechados) pressionariam para a criação de uma infra-estrutura e equipamentos em seus arredores que propiciariam a valorização. A questão colocada é se esta demanda é suprida pelo setor público em detrimento da melhoria de infra-estrutura nos assentamentos populares. Assim, a autora coloca que:

Esse processo de expansão urbana envolve a disputa por recursos públicos limitados. No caso dos novos empreendimentos não se trata mais da infra-estrutura interna, que é por lei obrigação do empreendedor e condição fundamental para atingir as camadas de renda média e alta. A pressão passa a se concentrar, principalmente, em obras de infra-estrutura e equipamentos que possam viabilizar e valorizar os novos empreendimentos em áreas de interesse de determinados segmentos do mercado imobiliário. O atendimento a essas demandas ocorre em detrimento às demandas por melhoria da infra-estrutura e dos serviços públicos, nos assentamentos populares, bem como à necessidade de investimentos na ampliação e qualificação de equipamentos e de espaços públicos para população de baixa renda.

(CAIADO, 2007, p.165)

Conforme apontado anteriormente em relação à tendência de localização de grandes empreendimentos nas adjacências de rodovias, o Mapa 2, apresenta a distribuição dos Shoppings Centers na metrópole de Campinas e ressalta as áreas nas quais os responsáveis por domicílios possuem renda mensal acima de 20 salários mínimos.

Mapa 2 - - Distribuição dos Shoppings Centers no Município de Campinas, segundo Renda do Responsável de mais de 20 Salários Mínimos.



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

Os pontos mais fortes que representam as áreas onde existe maior concentração de responsáveis com renda de mais de vinte salários mínimos coincidem com a localização destes empreendimentos.

Essa nova estrutura, em muitos casos, aumenta a distância das áreas de localização de empregos das áreas de concentração da população de baixa renda, bem como das áreas de consumo, que passam a localizar-se, principalmente, nos shopping centers, que também se hierarquizam conforme a faixa de renda do seu consumidor-alvo, resultando em uma multiplicidade de tecidos urbanos mais homogêneos e no aumento da mobilidade, como conseqüências na estruturação das metrópoles e também no que se refere à construção da cidade como um espaço democrático (CAIADO, 2007).

Em termos econômicos a Região Metropolitana de Campinas, possui um forte parque industrial, onde aufere uma posição de destaque no cenário nacional. Tem ainda uma boa

infraestrutura que possibilita a articulação com as principais cidades do país. Possui um moderno, parque industrial e grandes instituições educacionais como a Universidade Estadual de Campinas.

A autora constata ainda que:

A RMC é uma região equilibrada, se comparada às demais metrópoles nacionais. Apesar de a região central de Campinas, aqui denominada centro metropolitano, ser a maior aglomeração industrial, de serviços e comercial, seu peso percentual no conjunto da região metropolitana é menor do que aquele que se verifica nas RMs de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Salvador, Recife; e, o que é mais importante, a geração de renda na região está se dispersando pelos demais municípios da região.

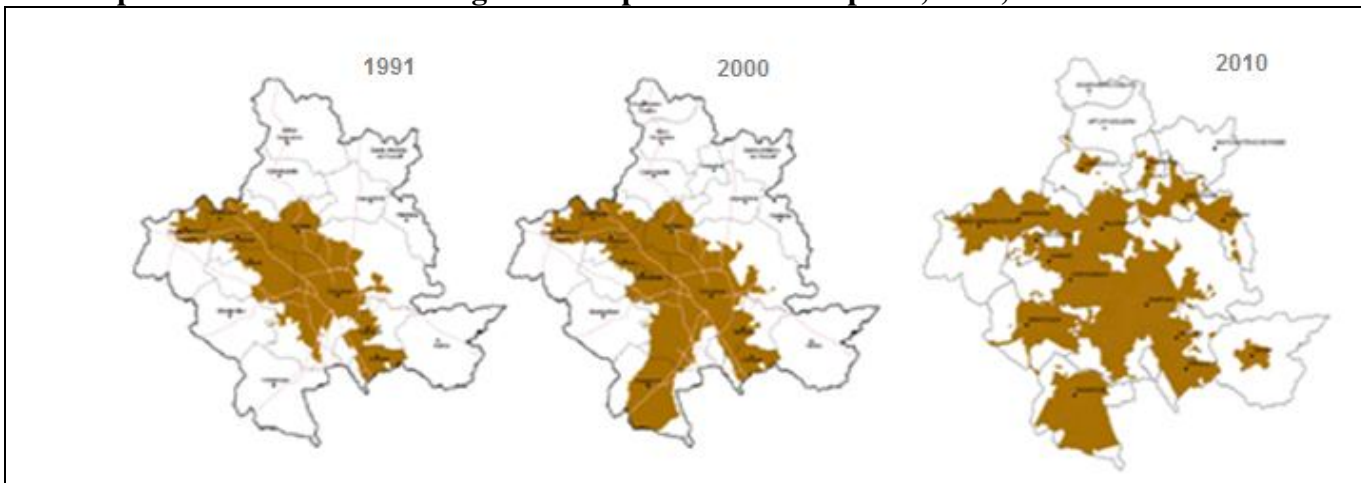
(CAIADO, 2006, p.292)

Considera ainda que a redistribuição das atividades no território metropolitano não é uma exclusividade da Região Metropolitana de Campinas, mas sim um a tendência internacional de dispersão da indústria e das atividades de comércio e serviços do núcleo central em direção aos municípios arredores da região metropolitana (CAIADO, 2006). Em Campinas, no que se refere à localização das atividades produtivas, observa-se que a dispersão em direção aos demais municípios da região, constitui uma segunda centralidade formada pelos municípios de Americana, Santa Barbara d'Oeste e Nova Odessa (embora com baixa frequência de indústrias modernas). Sobretudo nos arredores da rodovia Anhanguera e Dom Pedro I, ocorre uma maior alocação das indústrias de ponta (CAIADO, 2006).

2.1.4 Eixos de Expansão

O crescimento demográfico da Região Metropolitana de Campinas apresenta queda de 2,5% a.a. dos anos 1991/2000 para 1.83 % no período 2000/ 2010. Este dado indica alterações na dinâmica populacional da região. Neste sentido, cabe buscar a relação entre essas mudanças na configuração espacial deste crescimento. Abaixo podemos identificar o padrão espacial de crescimento populacional entre 1991 2000 e 2010 (Mapa 3).

Mapa 3 - Mancha Urbana Região Metropolitana de Campinas, 1991, 2000 e 2010*



Fonte: Mancha Urbana 1991 e 2000 - Campinas Metropolitana: Diversidades Sócio-espaciais – Núcleo de Estudos de População – NEPO. Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional – NESUR-IE. Mancha Urbana 2010 IBGE-Censo demográfico 2010.

De acordo com o Atlas da Região Metropolitana de Campinas, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de População (Nepo) e pelo Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur) da Universidade Estadual de Campinas:

A comparação entre as manchas de 1991 e 2000 mostra a expansão da *mancha urbana metropolitana*, em especial na direção de Indaiatuba, bem como a ocupação de partes das áreas vazias no seu interior. Houve uma compactação da mancha com redução de área não urbana no seu interior. As áreas urbanas dos municípios de Americana, Sumaré, Hortolândia, Santa Bárbara d'Oeste, Vinhedo e Nova Odessa mantiveram-se as mesmas, ou apresentaram pequena variação, entre 1991 e 2000, muito embora se tenha observado um aumento de densidade demográfica. Campinas e Paulínia foram os municípios que apresentaram maior ganho de área urbana no período respectivamente.

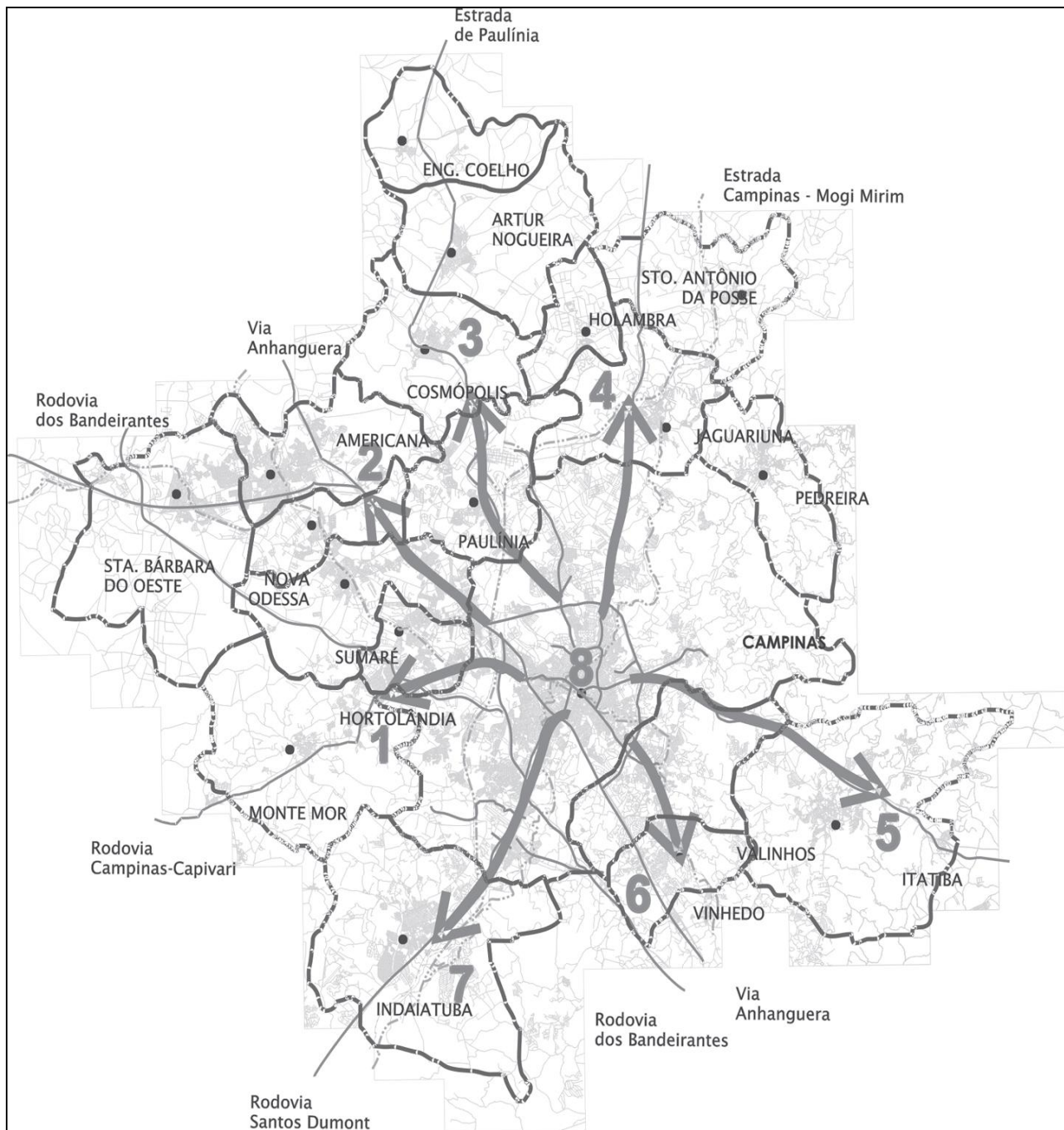
Comparando-se 2000 com 2010, a expansão é verificada, sobretudo nas partes sudoeste da Região Metropolitana de Campinas, com a nítida aproximação dos municípios de Hortolândia e Monte Mor. Na parte nordeste do município verifica-se a aproximação entre os municípios de Jaguariúna e Pedreira com Paulínia.

Existem várias direções para as quais a população expande-se, porém estas não são homogêneas, tanto no que diz respeito ao ritmo de crescimento demográfico e características socioeconômicas como em termos de suas funções metropolitanas. Com base em estudo

* Para caracterização da “mancha urbana” para ano de 2010 foram considerados os limites dos setores censitários urbanos. Desta forma aparecem também setores urbanos de forma descontínua o que difere portanto das manchas urbanas nos períodos 1991 e 2000 que para sua caracterização também levaram em consideração os setores censitários porém com destaque para as continuidades.

realizado por Cunha et al (2006), destacam-se sete direções para as quais a população (Mapa 4) da RMC tem crescido de maneira mais intensa, acompanhando os principais eixos rodoviários:

Mapa 4 - Vetores de expansão urbana – Região Metropolitana de Campinas



Fonte: Nepo/Nesur/Unicamp, 2006.

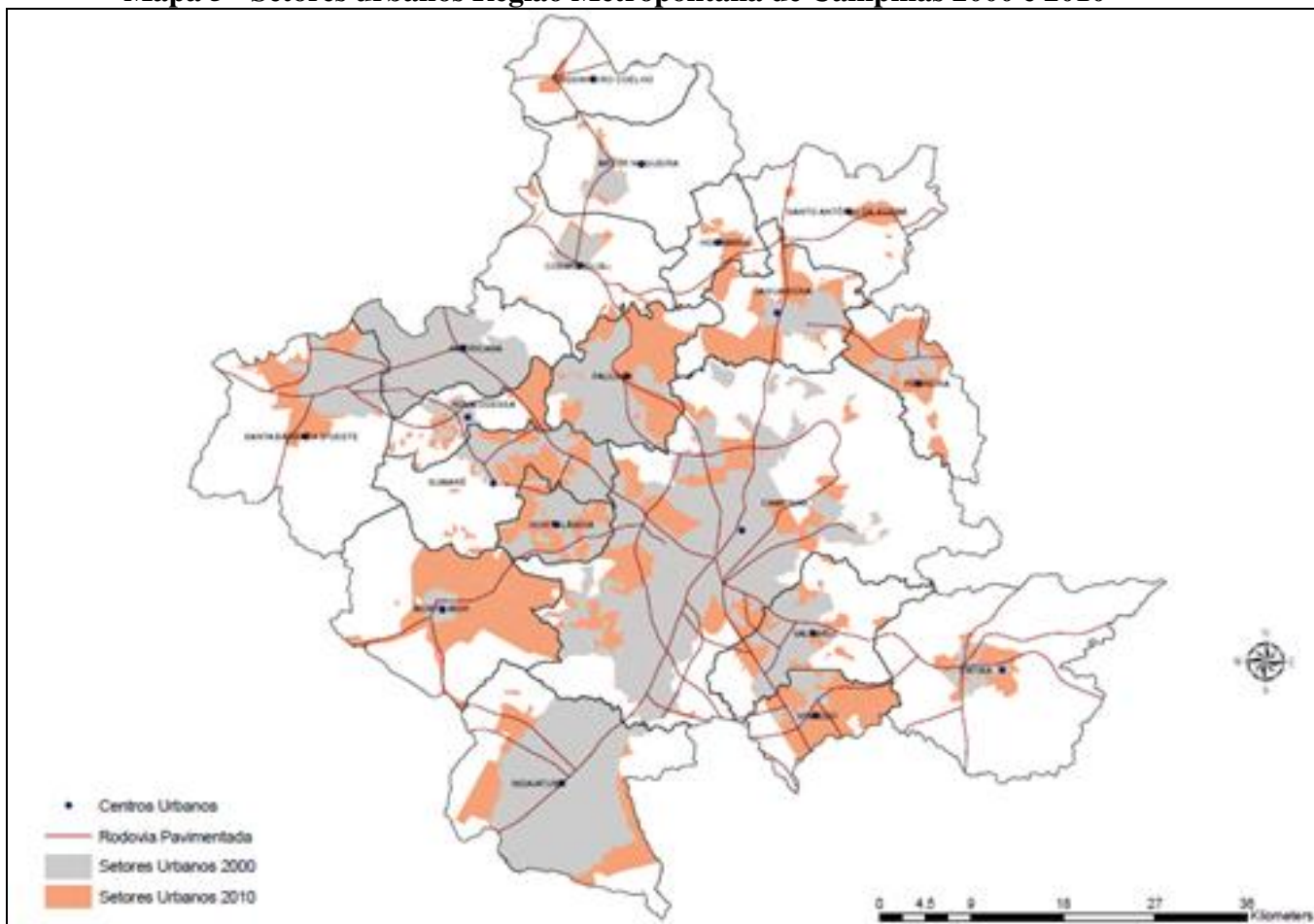
- À oeste, especialmente no município de Hortolândia, caracterizado pela precariedade dos assentamentos urbanos e pela implantação de indústrias e equipamentos de grande porte ao longo da rodovia da SP 101/Campinas-Monte Mor (**vetor 1**);
- Ao longo da Via Anhanguera, onde a ocupação é praticamente ininterrupta até Americana, cuja dinâmica impactou diretamente no crescimento de Santa Barbara d'oeste e Nova Odessa (**vetor 2**);
- Ao norte, em direção a Paulínia (**vetor 3**), ligada a Campinas pela rodovia Milton Tavares – SP 332, onde fica localizada a refinaria da Petrobras, Replan, e do pólo petroquímico de Paulínia, que tiveram impacto direto sobre sua expansão urbana;
- Na direção nordeste do município de Campinas, rumo aos distritos de Barão Geraldo, Sousas e Joaquim Egídio, Jaguariúna e Itatiba, (**vetores 4 e 5**), articuladas pela rodovia Dom Pedro I, com predomínio de habitações das camadas de média e alta renda e a localização de grandes centros de consumo (shopping centers, hipermercados, casas noturnas, entre outros), além de grandes universidades, como a Unicamp e PUC-Campinas e outras instituições de pesquisa como a CPqD e o CTI, e também indústrias de alta tecnologia;
- Ao sudeste, em direção à Valinhos, ligada à Campinas pela Avenida Francisco de Paula Sousas, separada fisicamente pelo anel viário Magalhães Teixeira, e que, se nesta região em Campinas predomina a ocupação de padrão médio, médio-baixo, já em Valinhos e Vinhedo há o predomínio de loteamentos fechados, destinados à população e maior poder aquisitivo (**vetor 6**);
- E por fim, ao sudoeste, em direção a Indaiatuba, acompanhando o eixo da Rodovia Santos Dumont, onde se localiza o aeroporto de Viracopos e uma concentração fabril de importância regional (**vetor 7**). E novamente, se o padrão de loteamentos precários e de favelas predomina nesta região em Campinas, o mesmo não se estende até Indaiatuba, onde predomina chácaras de recreio e moradia.

(CUNHA et al, 2006, p.283)

Em uma tentativa de atualizar os eixos de expansão, foi criado o mapa abaixo, que mostra a evolução dos setores censitários urbanos entre 2000 e 2010, que representariam uma aproximação dos locais de crescimento populacional do período.

Entre 2000 e 2010, na Região Metropolitana de Campinas (Mapa 5), os setores urbanos são ampliados e já é possível verificar pontos urbanos separados da mancha contígua.

Mapa 5 - Setores urbanos Região Metropolitana de Campinas 2000 e 2010



Fonte: IBGE-Censo demográfico 2010.

Desta forma, em 2010 *é possível identificar uma ampliação do tecido urbano na Região Metropolitana de Campinas, onde verifica-se uma maior ligação entre Monte Mor e Hortolândia, nas porções sudoeste da região. E também entre Paulínia e Jaguariúna, na parte nordeste da Região Metropolitana.

* Na caracterização de mancha urbana em questão foram considerados os setores censitários urbanos para os períodos de 2000 e 2010. A escolha por setores urbanos foi feita, considerando que a segregação é um fenômeno típico de áreas urbanas. Assim procurou-se destacar uma certa, continuidade deste urbano, a partir dos setores censitários, também por que é a menor unidade espacial com disponibilidade de dados enquanto fonte de dados, o censo demográfico.

3. Direções da Segregação em Campinas



Figura 5 – Fotos da Região Metropolitana de Campinas

Fonte: <http://www.portalcampinas.com.br>

Visando identificar as direções da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Campinas, foram elencadas, neste capítulo, algumas características em nível de setores censitários, aspectos relacionados mobilidade intraurbana, deslocamentos diários, a infraestrutura habitacional, características populacionais como, responsável pelo domicílio e sua renda mensal em salários mínimos entre outras variáveis censitárias que permitam caracterizar e identificar padrões de segregação entre os anos de 2000 e 2010. Para melhor visualização das informações, em algumas variáveis, optou-se pela técnica de Krigagem, citada no capítulo metodológico, que permite identificar os áreas mais fortes, ou hot spots (pontos quentes) das variáveis selecionadas.

3.1.2 Mobilidade Intraurbana

Se antes havia fluxos migratórios massivos, com grandes eixos de movimento (sobretudo nos anos 1970), nas últimas décadas passa-se a ter uma diversidade de fluxos, com origens e destinos diferenciados e ao mesmo tempo, a dimensão da mobilidade também se torna relevante na própria estrutura urbana da metrópole (SILVA, 2012).



Figura 6 – Fotos - Transporte em Campinas

Fonte: Camila Mello

Quanto à mobilidade cotidiana, Palomares (2008) afirma que passamos do contexto de uma mobilidade de massas para uma mobilidade singular. Já em termos de mobilidade espacial pelas migrações, uma “regionalização dos fluxos” tem sido observada, levando ao encurtamento de distâncias.

Sobre os movimentos em espaços metropolitanos, segundo Brito e Marques (2005), na sua grande maioria os imigrantes interestaduais preferem as capitais e os imigrantes provenientes do interior do estado preferem as periferias metropolitanas (SILVA, 2012).

A informação de deslocamento pendular é um importante indicador de integração regional e tem sido alvo de pesquisas no Brasil desde a década de 70, principalmente em razão da demanda por definições das regiões metropolitanas. Mas foi só mais recentemente, a partir da divulgação dos resultados do Censo 2000, que passou a ser mais explorado em termos analíticos (OJIMA, 2007).

De acordo com o Relatório sobre Mobilidade Pendular na Macrometrópole Paulista, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp- em parceria com a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - EEMPLASA -, a Região Metropolitana de Campinas obteve o maior crescimento populacional, entre 1991 e 2000, dentre as demais regiões metropolitanas do Estado de São Paulo. Deste crescimento, a migração representou metade do incremento conforme observado na (Tabela 1).

A migração representou metade do crescimento observado tanto no primeiro quanto no segundo período. Já no caso específico dos municípios, chegou a representar até 67,3% do incremento em Vinhedo entre 1991 e 2000, assim como menos de 23% para Campinas no mesmo período. Entre 2000 e 2010 a migração representou 72,8% do incremento para Paulínia e Jaguariúna e 73,3% para Holambra, todos eles entre os municípios que mais cresceram no período. A menor importância da migração para o incremento entre 2000 e 2010 se deu em Campinas, onde esta representou 24,5%, e em Santa Bárbara d'Oeste, onde a migração líquida foi negativa, o que revela ser esse município uma área de perdas populacionais.

(CUNHA et al, 2013, p.50)

Tabela 1 - População Residente, taxa de crescimento geométrica média anual e participação relativa dos componentes no crescimento populacional. RMC. 1991, 2000 e 2010.

Município	População residente			Taxa de crescimento (% a.a.)		Participação relativa dos componentes			
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010	1991-2000		2000-2010	
						Vegetativo	Migração	Vegetativo	Migração
RM Campinas	1.852.813	2.332.988	2.797.137	2,59	1,82	50,2	49,8	50,0	50,0
Americana	153.273	182.300	210.638	1,95	1,44	65,3	34,7	51,2	48,8
Artur Nogueira	27.811	32.965	44.177	1,91	2,95	64,6	35,4	37,3	62,7
Campinas	843.516	968.160	1.080.113	1,54	1,09	77,2	22,8	75,5	24,5
Cosmópolis	36.421	44.250	58.827	2,19	2,86	64,4	35,6	35,9	64,1
Engenheiro Coelho	*	10.000	15.721	*	4,59	*	*	26,7	73,3
Holambra	*	7.195	11.299	*	4,58	*	*	31,8	68,2
Hortolândia	*	151.697	192.692	*	2,40	*	*	46,9	53,1
Indaiatuba	99.949	146.530	201.619	4,34	3,22	35,1	64,9	31,7	68,3
Itatiba	61.236	80.987	101.471	3,15	2,26	40,2	59,8	36,4	63,6
Jaguariúna	24.819	29.533	44.311	1,95	4,11	70,1	29,9	27,2	72,8
Monte Mor	25.291	37.207	48.949	4,38	2,76	40,4	59,6	43,6	56,4
Nova Odessa	33.876	41.987	51.242	2,41	2,00	55,8	44,2	43,2	56,8
Paulínia	36.298	51.163	82.146	3,89	4,81		58,0	27,2	72,8
Pedreira	27.653	35.141	41.558	2,70	1,68		62,4	44,7	55,3
Santa Bárbara d'Oeste	143.945	169.818	180.009	1,85	0,58		32,3	133,1	-33,1
Santo Antonio de Posse	14.272	18.074	20.650	2,66	1,33	44,1	55,9	66,8	33,2
Sumaré	223.553	196.099	241.311	-1,45	2,08	**	**	54,4	45,6
Valinhos	67.545	82.817	106.793	2,29	2,55	46,7	53,3	30,3	69,7
Vinhedo	33.355	47.065	63.611	3,90	3,03	32,7	67,3	31,0	69,0

Fonte: Extraído de Nepo/Unicamp e Emplasa, 2013. Projeto mobilidade pendular na Macrometrópole.

O município de Campinas cresceu a uma taxa de 1,54% a.a. no período de 1991-2010, e 1,09 % no período 2000-2010. O diferencial da taxa de crescimento representado por 0,45 % reforça a tendência de maior crescimento das áreas de entorno do municípios sedes das regio metropolitana, assim como observa-se a redução da necessidade e dependência absoluta de um centro polarizador (OJIMA 2007).

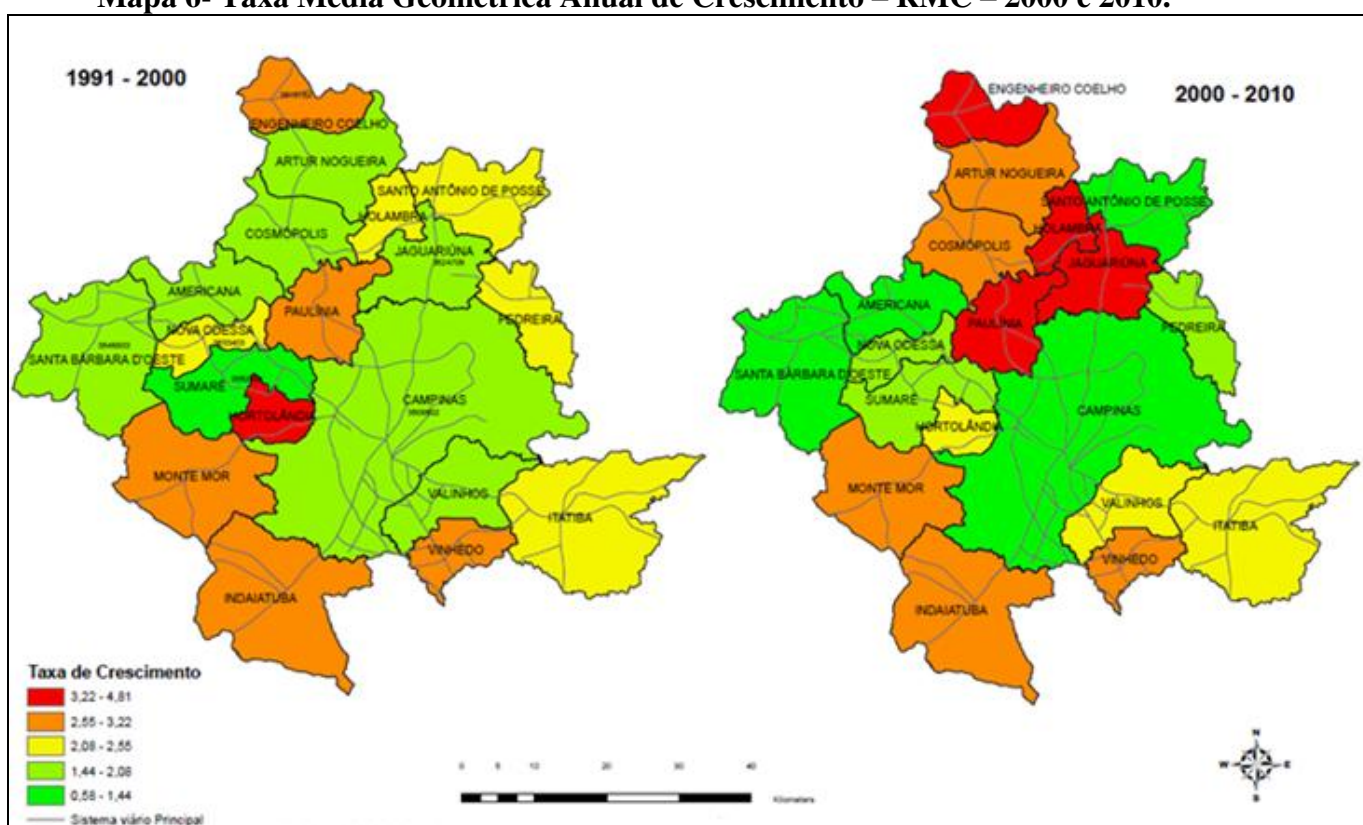
Isto reflete o quadro geral das regiões metropolitanas do país, onde o centro apresenta perda populacional relativa em favor das áreas mais periféricas. Esta tendência é reforçada em função das transformações recentes na distribuição de atividades econômicas no território metropolitano, que redefiniram as relações de concentração e centralidade entre os municípios (CAIADO, 2004).

Até as décadas de 1970 e 1980, a circulação intra-urbana nessas cidades articulava-se em torno de um centro principal, compondo estruturas monocêntricas fortemente integradas a uma única área importante de concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços. Nos últimos vinte anos, observou-se multiplicação de áreas de concentração dessas atividades (eixos comerciais, centros comerciais em bairros de alto poder aquisitivo e *shopping centers*), bem como se verificou o fenômeno de diversificação delas, acompanhado de segmentação dos

mercados consumidores, segundo diferentes padrões de consumo e maior ou menor facilidade para se locomover por automóvel. (SPOSITO, 2007).

Dentre os municípios que fazem divisa entre si, Paulínia, Jaguariúna e Holambra apresentaram as maiores taxas de crescimento em 2010. Engenheiro Coelho, também apresenta uma taxa de crescimento superior às apresentadas pelos demais municípios. (Mapa sete). Assim, os municípios com maior crescimento nos períodos elencados, eram os municípios com menor população.

Mapa 6- Taxa Média Geométrica Anual de Crescimento – RMC – 2000 e 2010.



Fonte: Nepo/Unicamp e Emplasa, 2013 - Projeto mobilidade pendular na Macrometrópole.

Procurando caracterizar as condições de deslocamento da população na Região Metropolitana de Campinas, apresentam-se alguns resultados do relatório da Pesquisa Origem/Destino realizada nos anos de 2003 e 2011, pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM- do Estado de São Paulo, que trazem informações sobre os deslocamentos realizados pela população em um dia útil típico. Segundo esta pesquisa, 64,2 % das viagens eram realizadas de modo motorizado em 2003. Este percentual aumentou para 72,6 % das viagens em

2011 (gráficos 2 e 3), o mesmo ocorreu com as viagens utilizando meios de transporte do tipo individual. Em 2003, representavam 35,7 % e em 2011 43,7 % sugerindo que o aumento da mobilidade se deve especialmente às viagens feitas em automóveis ou motocicletas.

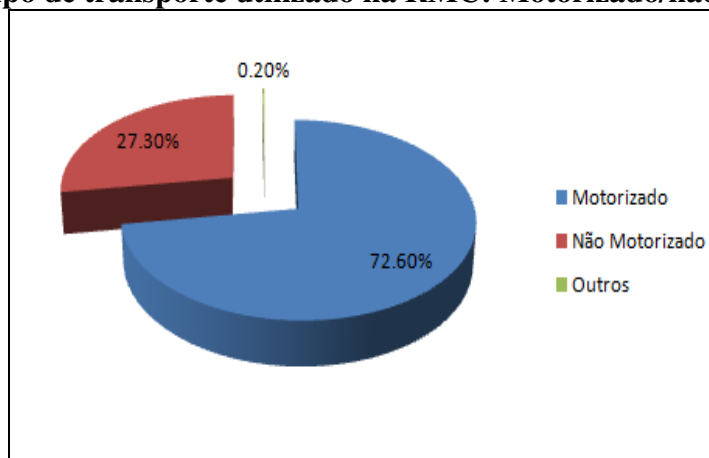
Santos (2001) considera que o modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e do espraiamento da cidade. Em analogia ao processo de especulação imobiliária, o autor identifica os sistemas de transportes como participantes da mesma lógica:

Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferação da população mais pobre, e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobre os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias de baixa renda.

(SANTOS 2001, p. 96)

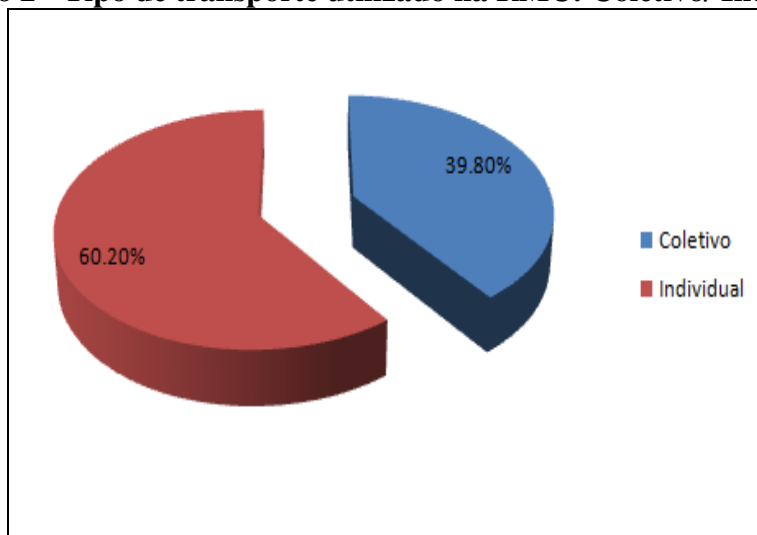
Assim, o uso da matriz rodoviária enquanto transporte leva a uma maior segregação em termos de deslocamentos intraurbanos metropolitanos, considerando que o transporte individual, não abarca toda a população, sem contar que se esta fosse a realidade, teríamos mais acentuados os problemas ambientais ou mesmo na esfera da própria mobilidade.

Gráfico 1 Tipo de transporte utilizado na RMC: Motorizado/não Motorizado.



Fonte: Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM. Pesquisa Origem/Destino de 2011

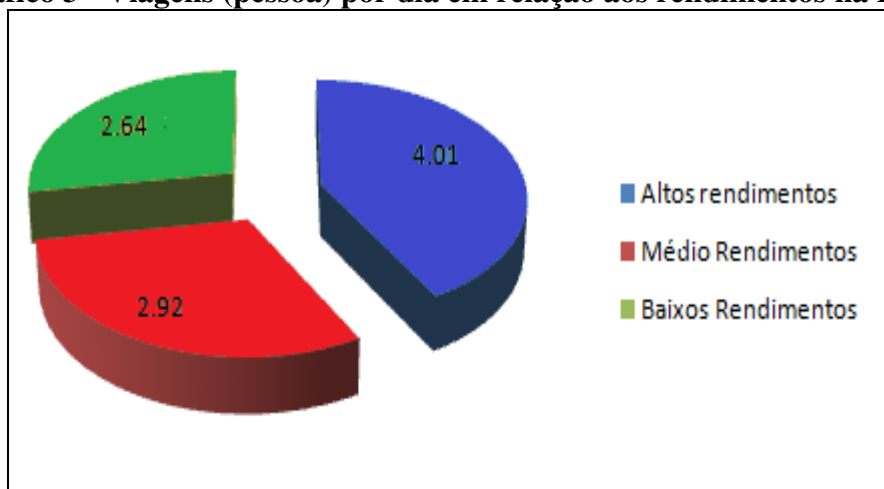
Gráfico 2 - Tipo de transporte utilizado na RMC: Coletivo/ Individual



Fonte: Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM. Pesquisa Origem/Destino de 2011

Conforme apontado no relatório de Origem/Destino de 2011, quanto maior a renda familiar, maior o número de viagens diárias realizadas por pessoa. Nota-se que a mobilidade varia de um mínimo de 2,64 viagens/pessoa/dia para pessoas pertencentes a camadas econômicas de baixos rendimentos* até um máximo de 4,01 viagens/pessoa/dia para pessoas pertencentes a camadas de alto rendimentos (Gráfico 4).

Gráfico 3 - Viagens (pessoa) por dia em relação aos rendimentos na RMC



Fonte: Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM. Pesquisa Origem/Destino de 2011

* Este tipo de abordagem por classe, utilizada no relatório Origem/Destino considera as camadas de mais alta renda as Classes A e B. Em nosso trabalho procuramos designar como camadas de altos rendimentos, médios rendimentos ou baixos rendimentos.

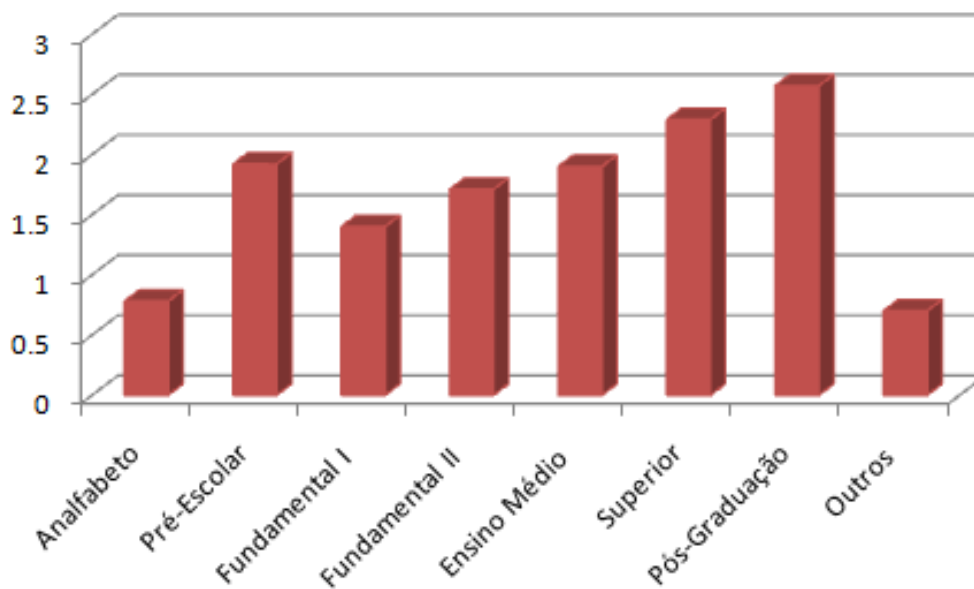
Neste sentido, Villaça (2001) considera importante ser destacado que quando se analisa a segregação, esta se refere também aos deslocamentos espaciais pendulares, considerando o transporte como força dominante da estruturação espacial urbana. Assim, as necessidades e condições de deslocamento, como também a tecnologia de transportes variam conforme as camadas sociais.

Quem é obrigado a morar longe do emprego e das compras é forçado a condições mais penosas de deslocamento. Se o Estado privilegia o transporte individual construindo vias expressas, está privilegiando as condições de deslocamento dos proprietários de automóveis. De maneira geral, as camadas populares são mais prisioneiras do espaço do que as camadas de mais alta renda, pois a mobilidade dessas camadas é bem maior.

(Villaça, 2001 p. 181)

Em relação à escolaridade pode-se verificar uma forte correlação com a mobilidade (Gráfico 5). Assim, quanto mais elevado o nível de instrução maior a mobilidade. As pessoas analfabetas têm mobilidade de 0,78 viagens diárias por pessoa. O maior valor da mobilidade ocorre para pessoas com pós-graduação, com 2,57 viagens diárias por pessoa.

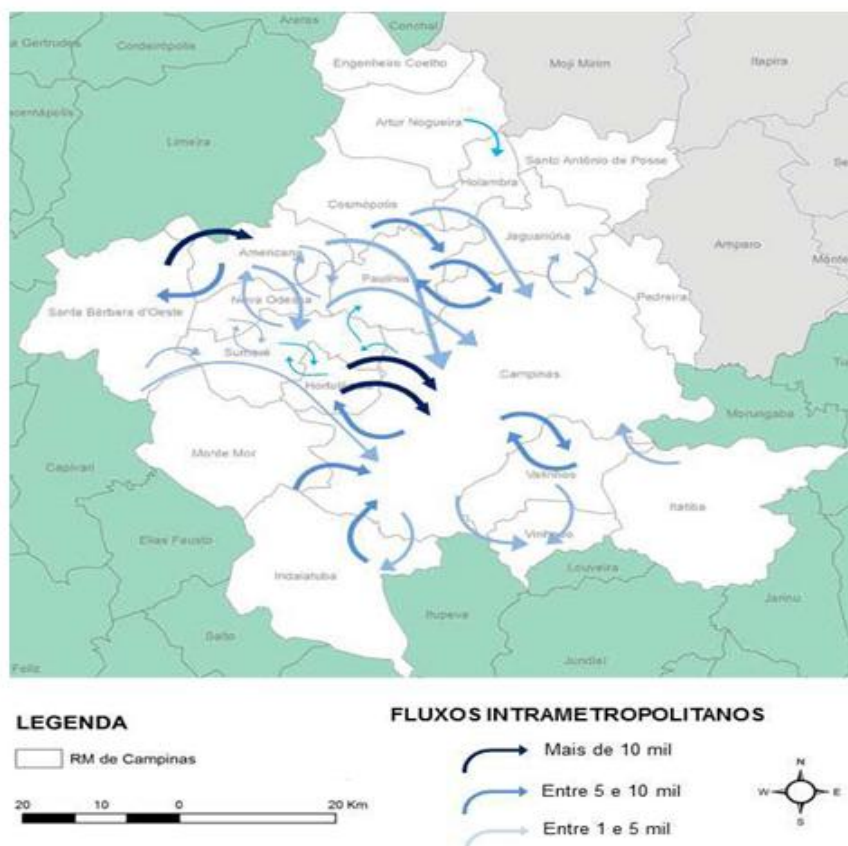
Gráfico 4 - Nível de instrução em relação ao número de viagens por dia (por pessoa) na RMC.



Fonte: Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM. Pesquisa Origem/Destino de 2011.

Em relação aos fluxos intrametropolitanos pode-se observar que, apesar de o município sede campinas não crescer significativamente em termos de acréscimo populacional, sua importância enquanto atrativo para os demais municípios da região ainda perdura (Mapa 7). Pode-se, verificar também um maior dinamismo em relação aos demais municípios, com fortes fluxos entre Santa Bárbara do Oeste e Americana.

Mapa 7 - Principais Fluxos Intrametropolitanos na RMC 2010



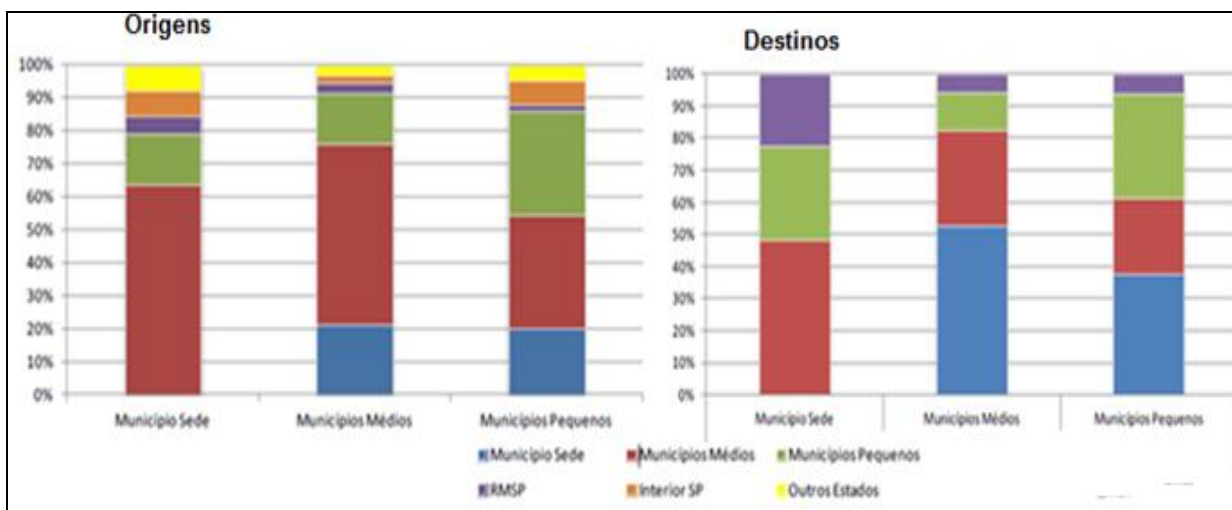
Fonte: Nepo/Unicamp e Emplasa. Projeto mobilidade pendular na Macrometrópole, 2013.

O papel do município de Campinas enquanto pólo de atração da mobilidade pendular regional denotado no mapa acima pode se compreendido pelo seu papel predominante na economia da RMC. Assim, apesar da redução de participação do município de Campinas no conjunto da população desta metrópole, este ainda mantém parte relevante das riquezas regionais (CUNHA et al, 2013).

Os movimentos observados nos gráficos de origem / destino (Gráfico 6) demonstram uma centralidade do município de Campinas e dos municípios médios em relação aos fluxos de

origem e destino. De acordo com o relatório sobre mobilidade pendular, dos pendulares que se dirigem à sede, cerca de 50 % são dos municípios médios e 30 % dos pequenos.

Gráfico 5 - Porcentagem de população que realiza movimento pendular, por tipo de município, segundo origem e destino. RMC, 2010



Fonte: Nepo/Unicamp e EMPLASA. Projeto mobilidade pendular na Macrometrópole, 2013.

A origem dos pendulares que se dirigem para os municípios médios e pequenos da RMC é semelhante, sendo que naqueles de porte médio a sede representa cerca de 21%, os municípios pequenos 15 % e os outros municípios médios, os mais representativos, 55 %. (CUNHA et al,2013).

3.1.3 As características da RMC por setores censitários 2000 e 2010.

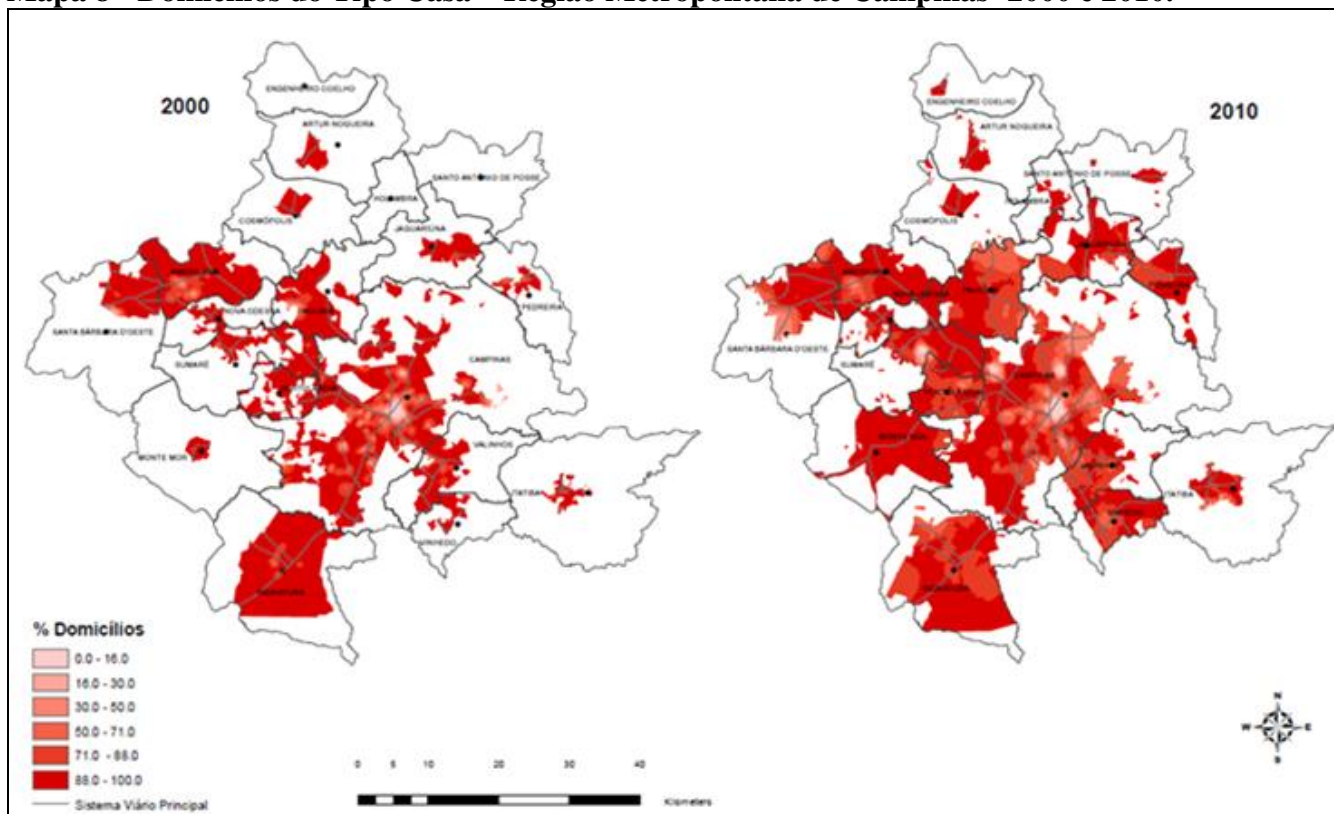
Nos próximos tópicos, procuraremos abordar a partir de cartogramas comparativos de 2000 e 2010, algumas variáveis em nível de setores censitários, que possam trazer elementos para a discussão da segregação neste período.

3.1.4 Infraestrutura Habitacional

O Mapa 8 mostra uma predominância dos domicílios do tipo casa na Região Metropolitana de Campinas. Em 2000, nas zonas periféricas, sobretudo de Campinas, e face à forma de ocupação a partir de loteamentos populares e autoconstrução, ainda fica claro o

predomínio de casas. Em 2010, observa-se uma ampliação deste tipo construtivo pela região metropolitana como um todo.

Mapa 8 - Domicílios do Tipo Casa – Região Metropolitana de Campinas- 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Em relação à verticalização do município, identifica-se o aumento do peso relativo dos apartamentos nas áreas urbanas (Mapa 9). Os setores mais próximos às sedes municipais tendem a concentrar cada vez mais ocupações deste tipo, demonstrando um tipo de urbanização mais verticalizada. Entre 2000 e 2010 pode-se observar uma maior proporção de apartamentos nos eixos Campinas, Valinhos, Vinhedo.

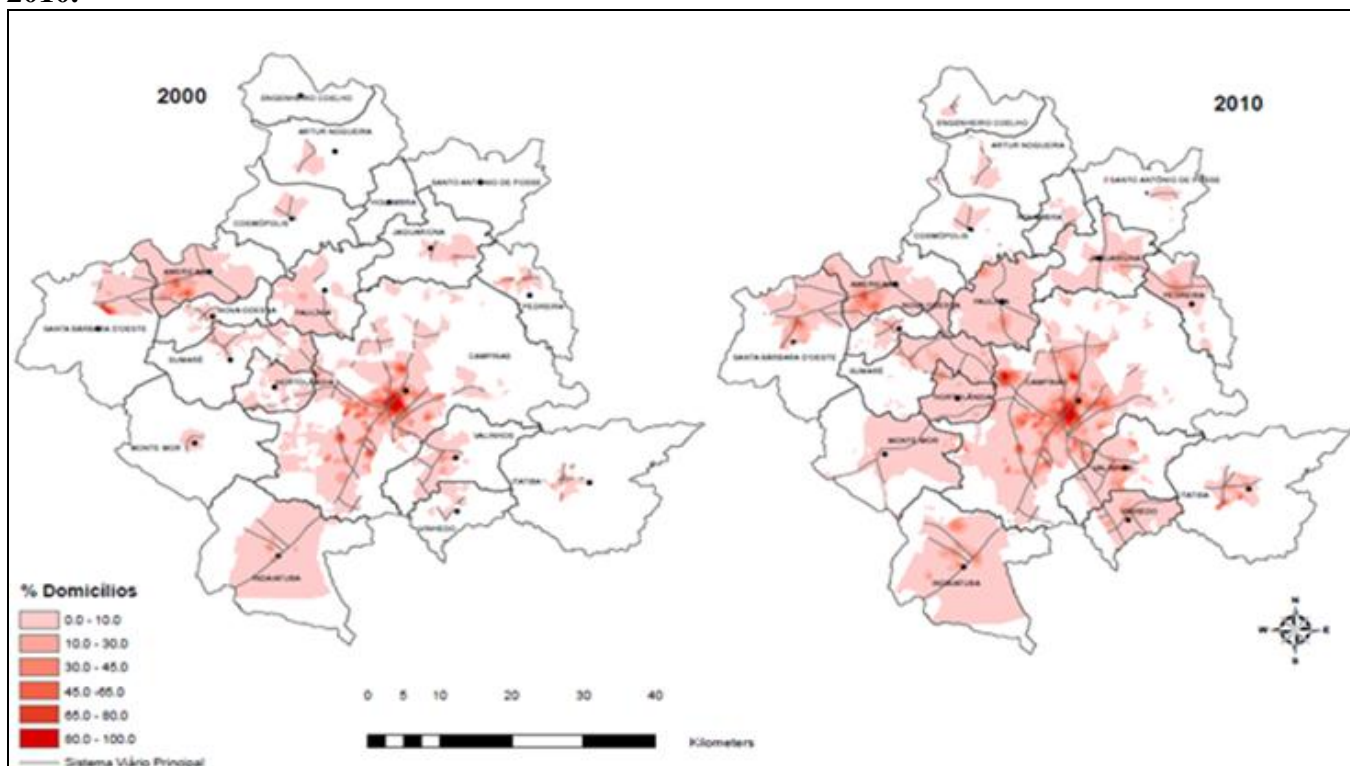


Figura 7 – Foto - Verticalização
Fonte: [http:// www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1150428](http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1150428)

A temática da verticalização aparece em estudos como de Tows e Mendes (2011) que abordaram a relação entre este processo e a intensificação da urbanização e procuraram elencar diversas pesquisas já realizadas sobre o tema.

A intensificação da urbanização resultou na vertiginosa verticalização urbana em algumas cidades médias brasileiras, a partir da década de 1980, sobretudo pelo contexto de crise que propiciou a expansão da construção civil, tendo na produção de edifícios a sua maior expressão, facilitada pelos intrincados mecanismos da ciranda financeira, sobretudo da década de 1980 (TOWS e MENDES, 2011).

Mapa 9 - Domicílios do Tipo Apartamento – Região Metropolitana de Campinas- 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Um segundo aspecto vincula-se à dinâmica socioespacial brasileira, que possibilitou a conformação de inúmeras aglomerações urbanas a ultrapassar a barreira dos cem mil habitantes e dezenas de novas cidades milionárias. Nessa intensificação da urbanização, segundo Fresca (2009), a construção de edifícios foi um dos destaques na produção do espaço urbano, onde distintos agentes sociais fizeram uso de tal processo para continuidade da reprodução do capital e da manutenção dos processos de segregação socioespacial, dentre outros (TOWS e MENDES, 2011).

As cidades brasileiras, especialmente as de médio e de grande porte passaram e passam por um rápido e intenso processo de crescimento físico-territorial, populacional e de renovação urbana, sobretudo a partir da metade do século XX, renovação tal para atender aos interesses da classe dominante e de grandes empresas ((TOWS e MENDES, 2011).

Frente às diferentes possibilidades de produção e reprodução do espaço urbano, ocorre inicialmente à expansão físico-territorial por intermédio de terras de uso rural ao uso urbano, via loteamentos, conjuntos habitacionais, entre outros. Contudo, dentre as inúmeras estratégias

utilizadas para a reprodução do capital, tem se destacado a verticalização, cujo crescimento quantitativo e espacial apresenta características que ao longo de seu processo vem alterando a paisagem urbana e o modo de viver nas cidades (TOWS e MENDES, 2008).

Nesse contexto, o espaço urbano é produzido e reproduzido, administrado e utilizado pelos agentes modeladores de maneira a reproduzir as estruturas de poder e de dominação na sociedade, levando a regramentos de comportamento e impondo modos de vida.

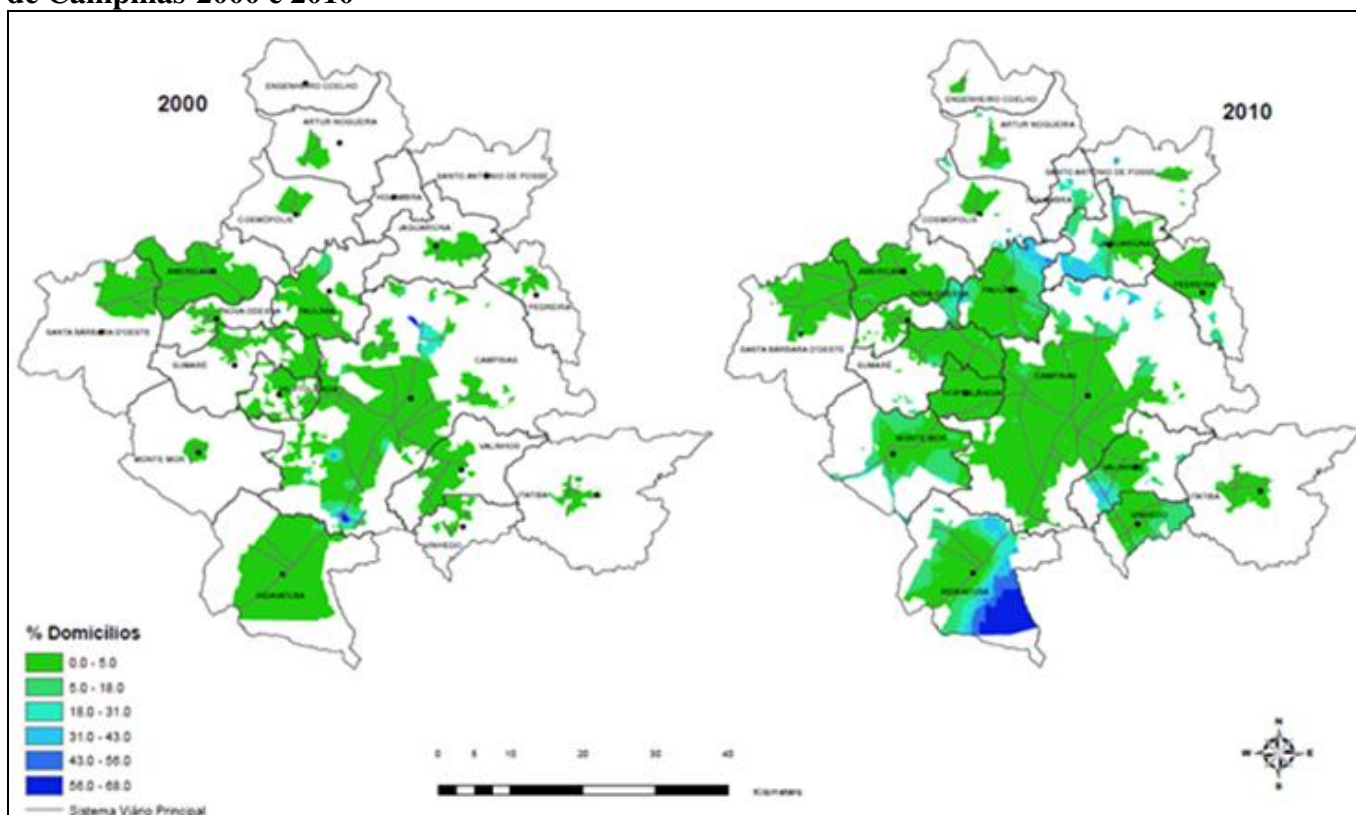
Ou ainda que a verticalização seja mais do que apenas um novo arranjo espacial. Ela de certa forma representa as relações sociais presentes em determinada sociedade, e também, não só representa como estabelece novas relações. Nesse contexto, o processo de desenvolvimento da verticalização é a manifestação espacial do processo social. O processo de verticalização, além de reproduzir o solo e o capital, mediante as inovações tecnológicas (aço, energia elétrica, concreto armado e elevador especialmente), além de alterar a paisagem urbana, transforma também o espaço urbano, criando novas espacialidades e urbanidades (TOWS e MENDES, 2011).

3.1.5 Infraestrutura Urbana : Algumas variáveis

Considerando a infraestrutura urbana, o acesso à rede de abastecimento de água (Mapa 10) aparece bem distribuído na RMC em 2000 e 2010, sendo que as porções em verde escuro representam 5% dos domicílios. Apesar da significativa ampliação da cobertura da rede de água nos anos 2000, ainda existem alguns pontos que concentram domicílios sem rede de água.

Em 2000, o município sede, Campinas, ainda apresentava alguns destes pontos. Em 2010, trata-se, em geral, de áreas incorporadas à mancha urbana metropolitana em período recente e que podem significar áreas com baixa densidade demográfica ou mesmo áreas onde se localizam aglomerados subnormais.

Mapa 10 - Porcentagem de domicílios sem rede de água encanada – Região Metropolitana de Campinas-2000 e 2010



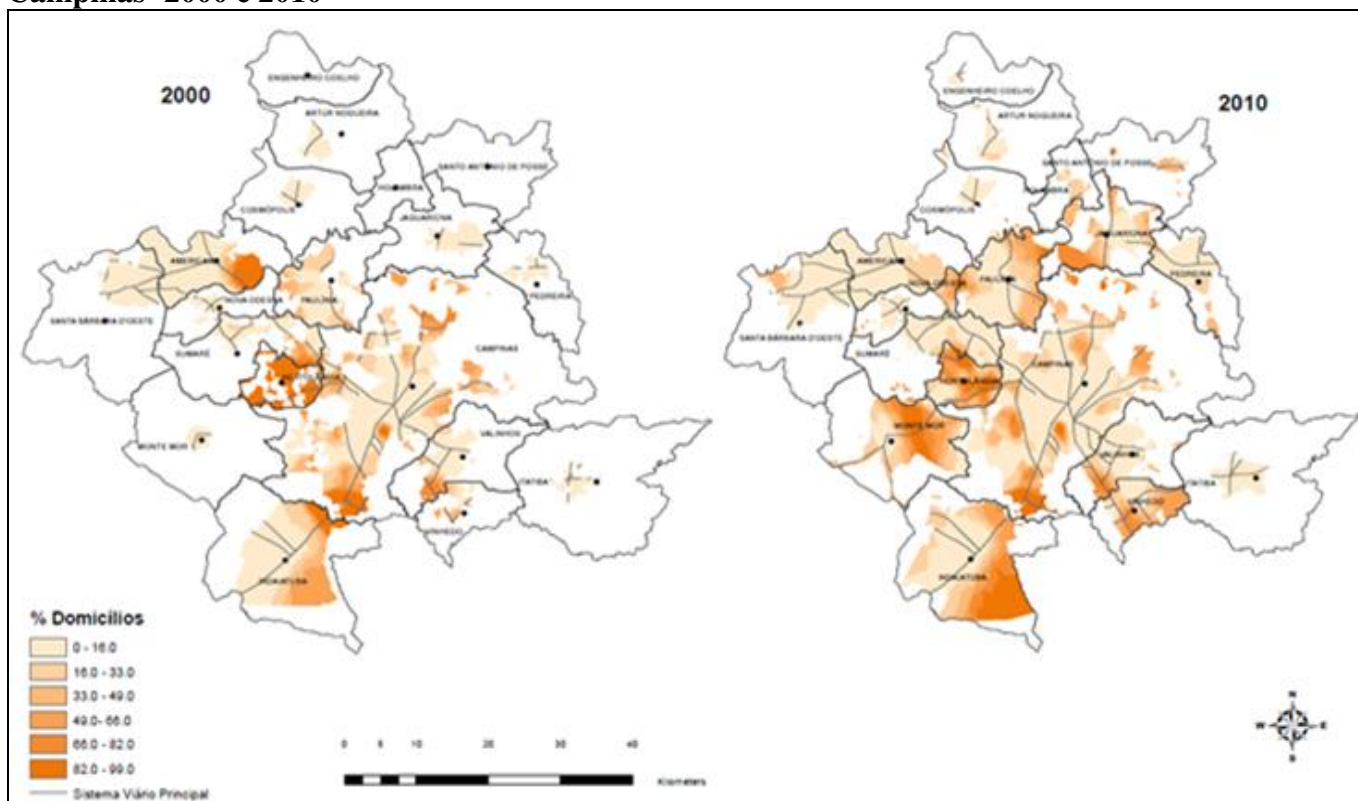
Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Em relação à infraestrutura de rede de esgotamento sanitário (Mapa 11), considerando a ampliação da mancha urbana no período entre 2000 e 2010, é possível delinear alguns eixos em relação ao pouco acesso deste serviço. Os eixos são observados, nos municípios de Hortolândia e Monte Mor na porção sul de Campinas e em Indaiatuba. Mais a noroeste é observado um eixo entre Paulínia e Jaguariúna. Negreiros e Teixeira (2002), que analisaram o município de Hortolândia, consideram que neste município, a questão emergencial está centrada no esgotamento sanitário, que contribui para a degradação ambiental, além de causar prejuízos à saúde da população.

A estrutura urbana também é uma das principais questões a serem enfrentadas pelo município, que é constituído sob uma estrutura polinucleada, desarticulada internamente, formada por núcleos urbanos autônomos entre si e vários bairros dispersos, que se relacionam diretamente com Campinas e em parte com Sumaré (NEGREIROS e TEIXEIRA, 2002).

Em Monte Mor, em análise realizada por Caiado (2002), os problemas de saneamento básico estão relacionados às dificuldades de captação e aos elevados custos de tratamento da água, em função do grau de poluição gerado, principalmente, pelos despejos de municípios localizados a montante de seu território.

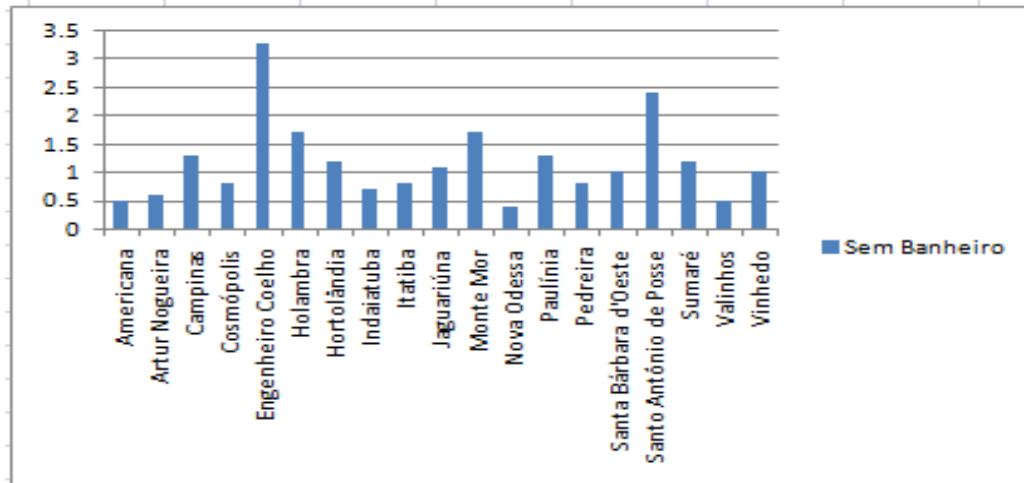
Mapa 11 - Porcentagem de domicílios sem rede de esgoto – Região Metropolitana de Campinas- 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

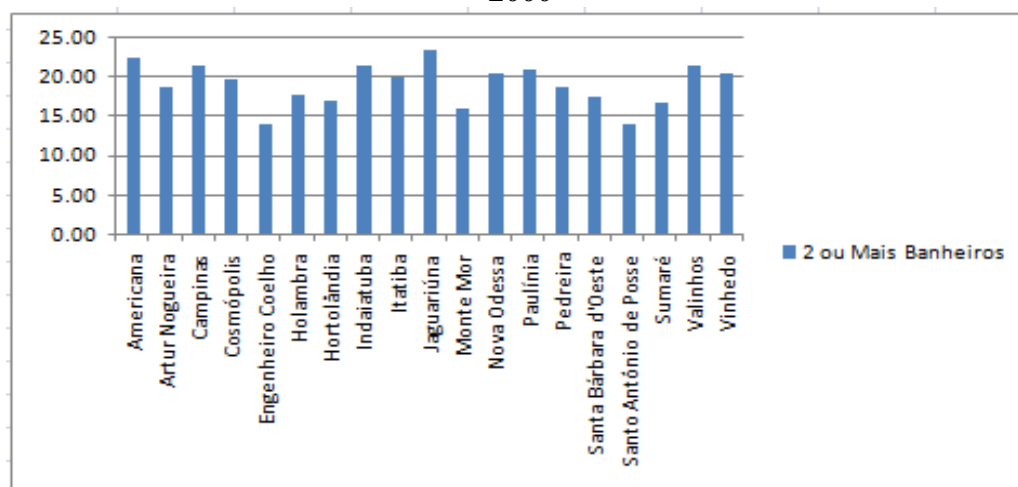
De acordo com Cunha et al (2006), uma das variáveis que melhor demonstram as diferenças espaciais em termos da infraestrutura domiciliar refere-se ao número de banheiros por domicílio. Nos gráficos abaixo (gráficos 6, 7, 8 e 9) apresentamos, em termos de recorte municipal, a variação da disposição desta infraestrutura habitacional na Região Metropolitana de Campinas nos períodos de 2000 e 2010.

Gráfico 6 - Porcentagem de domicílios sem banheiro - Municípios da RMC - 2000



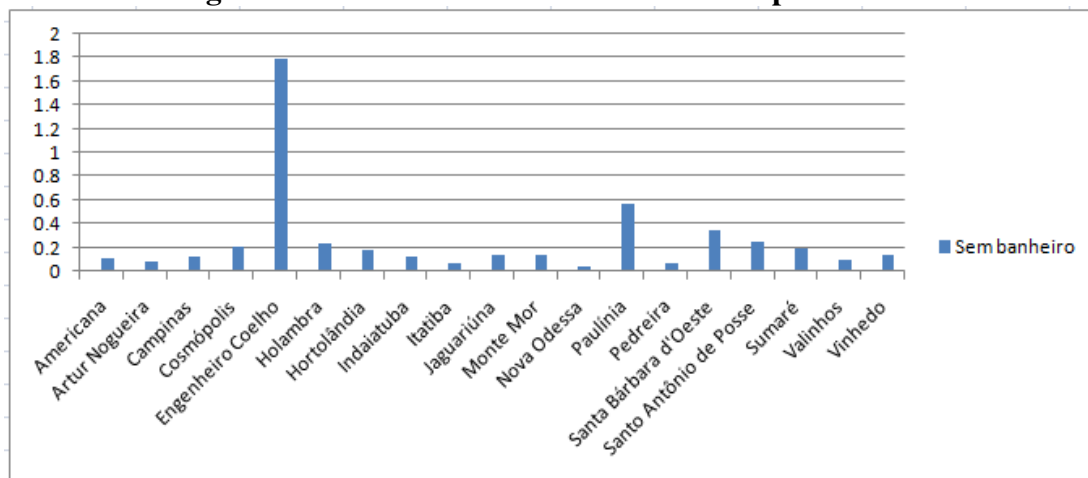
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 7 - Porcentagem de domicílios com 2 ou mais banheiros – Municípios da RMC - 2000



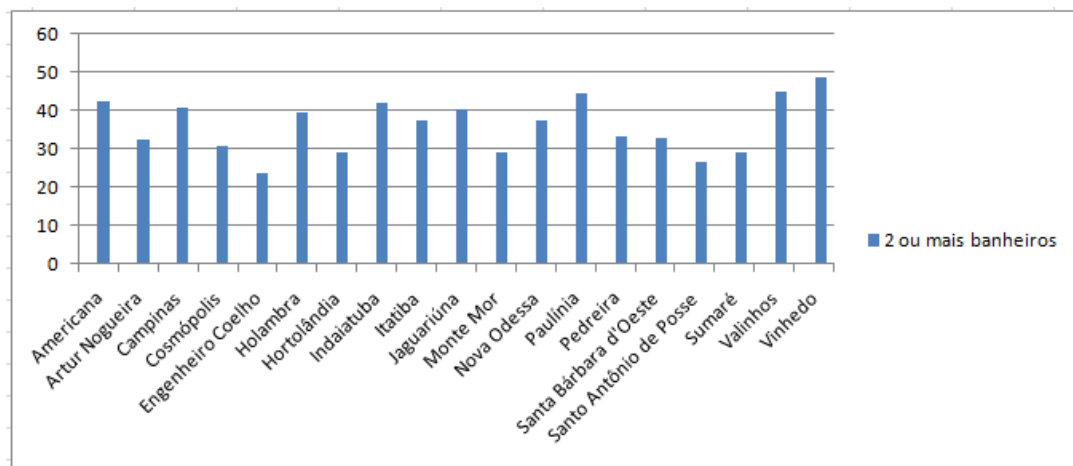
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 8 - Porcentagem de domicílios sem banheiro – Municípios da RMC - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 9 - Porcentagem de domicílios com 2 ou mais banheiros – Municípios da RMC - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Os municípios de Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse e Monte Mor destacam-se na região metropolitana em 2000 com as maiores porcentagens de domicílios sem banheiro. Cabe ressaltar que embora estes municípios apareçam com maiores valores, em média as porcentagens da não existência deste tipo de infraestrutura são baixas chegando a 3,5% em 2000 no município de Engenheiro Coelho.

Segundo Fernandes e Ventura (2002), o município de Engenheiro Coelho é um município pequeno que tem sofrido forte impacto do processo de metropolização de Campinas. Durante a

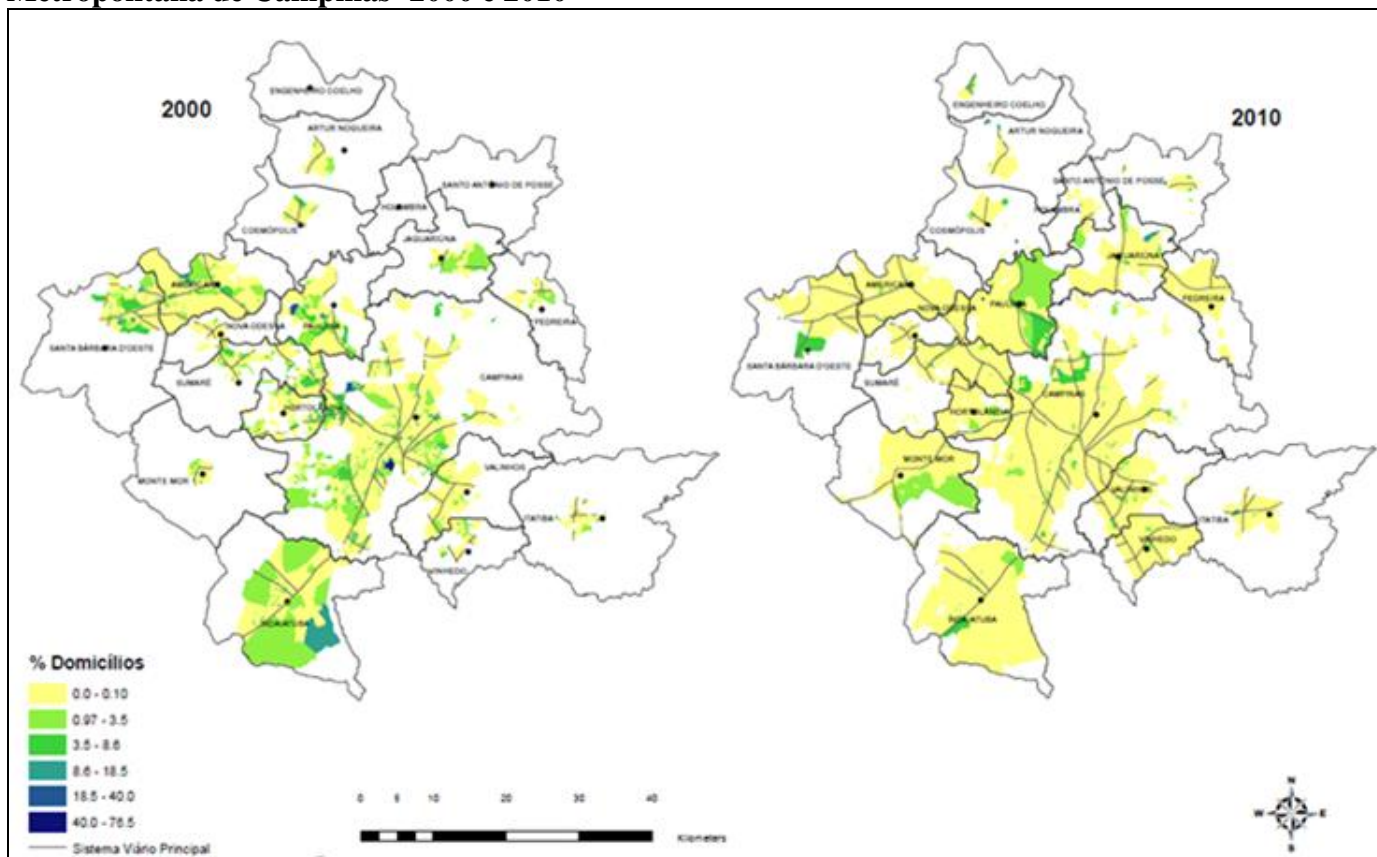
década de 1990, experimentou crescimento industrial e queda em termos da agricultura. Com o forte crescimento populacional, amplia-se o nível de urbanização. Para os autores, o município ainda enfrenta um quadro preocupante com relação à evolução de uma situação de desemprego, sem que os setores de comércio e prestação de serviços sejam capazes de absorver a mão-de-obra descartada pela indústria ou pelo setor agrícola (FERNANDES e VENTURA, 2002). Neste sentido, com tais dificuldades econômicas e produtivas é possível que tenha ocorrido certa interferência no padrão construtivo das moradias.

Em 2010, (em relação a não existência de banheiro), no entanto, estes percentuais reduzem-se ainda mais, com valores que atingem menos de 2%, com destaque para os domicílios do município de Engenheiro Coelho 1,8% e Paulínia (cerca de 0,6%), o que significa que em relação a este indicador houve melhora neste período de uma década, indicando que o nível construtivo dos domicílios elevou-se.

Considerando o recorte por setores censitários, observa-se que as concentrações de maior precariedade em 2000 encontram-se nos setores situados no eixo composto entre a porção sul do município de Campinas e o município de Indaiatuba, ainda assim representam menos de 10% (Mapa 14).

Em 2010, segundo o Mapa 12, verifica-se mais ênfase em relação a domicílios sem banheiro, em alguns pontos isolados como Monte Mor, Paulínia, Engenheiro Coelho e Santa Barbara d'Oeste.

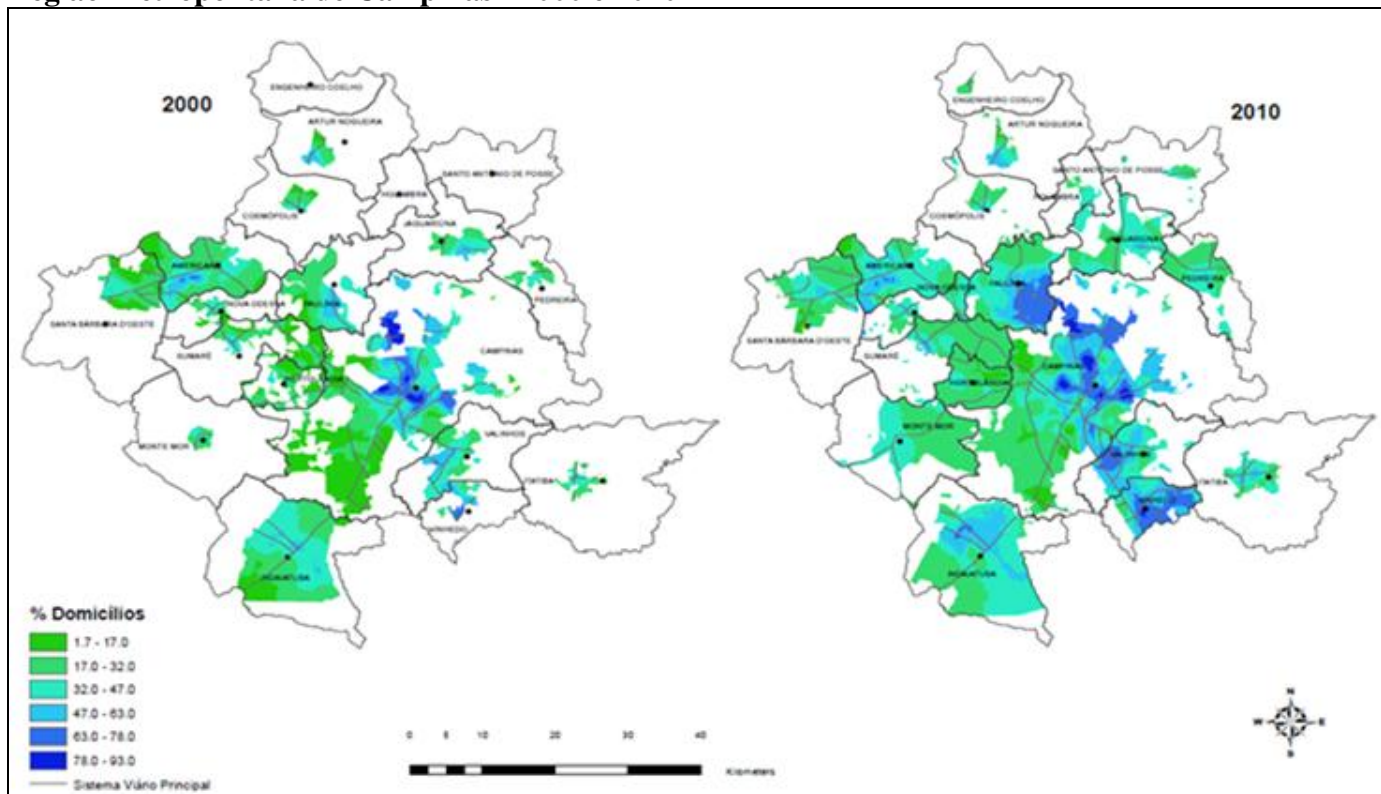
Mapa 12 - Porcentagem de Domicílios sem Banheiro –Setores Censitários da Região Metropolitana de Campinas- 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Em relação aos domicílios com dois ou mais banheiros (Mapa 13), embora se perceba uma ampliação na mancha urbana metropolitana, bem como o próprio crescimento da mancha urbana, fica muito mais evidente a heterogeneidade da região. O que já era uma evidência em 2000 é amplificado para 2010. A configuração do eixo da riqueza contemplando as porções da mancha pertencentes ao município de Paulínia, Vinhedo, Valinhos e nordeste de Campinas (região central, bairro Taquaral, Nova Campinas, os distritos de Barão Geraldo, Sousas entre outros).

Mapa 13 - Porcentagem de Domicílios com Dois ou mais Banheiro - Setores Censitários Região Metropolitana de Campinas - 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Os indicadores de infraestrutura habitacional nos revelam os principais eixos ou localidades que apresentam deficiência ou são mais assistidos em relação à existência de elementos estruturantes. Nota-se, a partir dos cartogramas elaborados, uma espécie de delineamento de eixos mais precários representados pela porção sudoeste do município de Campinas, e alguns municípios adjacentes a estes setores. Embora possa se observar estas peculiaridades, de uma forma geral temos uma ampliação da cobertura destes serviços pelos setores urbanos da RMC.

3.2 Entorno dos Domicílios - Censo 2010.

Uma novidade no Censo Demográfico de 2010 foi a incorporação das características de entorno dos domicílios, que foram selecionadas para descrever o ambiente intraurbano onde, em 2010, se localizava 84,4% da população do Brasil. As características investigadas em seu

conjunto refletem as condições de circulação nas vias públicas, a infraestrutura urbana disponível e o ambiente onde vivia esta população (IBGE, 2010). Elas permitem observar a existência de identificação do logradouro (existência de elemento visível com o nome do logradouro, como placa oficial ou outra forma de identificação); iluminação pública (existência de pelo menos um ponto fixo (poste) de iluminação pública; pavimentação, (existência de pavimentação, ou seja, cobertura da via pública com asfalto, cimento, paralelepípedos, pedras etc.); arborização na face, (existência de arborização, ou seja, se existia árvore ao longo do calçada/passeio e/ou em canteiro que divida pistas de um mesmo logradouro, mesmo que apenas em parte.

Considerou-se também a arborização quando existente em logradouros sem pavimentação e/ou sem calçada/passeio; Bueiro/boca de lobo, (existência de bueiro ou boca de lobo, ou seja, abertura que dá acesso a caixas subterrâneas, por onde escoam a água proveniente de chuvas, as regas etc. Bueiro/boca de lobo não se confunde com tampões para acesso a galerias subterrâneas) e lixo acumulado nos logradouros (existência de locais de depósito e acúmulo de lixo).

A existência de caçamba de serviço de limpeza não foi considerada como lixo acumulado em via pública; esgoto a céu aberto (existência de vala, córrego ou corpo d'água onde habitualmente ocorria lançamento de esgoto doméstico; ou valeta, por onde escorria, na superfície, o esgoto doméstico a céu aberto); meio-fio/guia, (existência de borda ao longo do logradouro); calçada (caminho calçado ou pavimentado, destinado à circulação de pedestres, quase sempre mais alto que a parte do logradouro em que trafegam os veículos); rampa para cadeirante (rebaixamento da calçada ou meio-fio/guia, geralmente nas proximidades das esquinas, destinado especificamente para dar acesso a pessoas que utilizam cadeira de rodas). Não foram consideradas rampas para acesso de veículos (IBGE, 2010).

Em nosso estudo selecionamos quatro características, as quais foram consideradas pertinentes para ilustrar o espaço intraurbano da Região Metropolitana de Campinas. As características escolhidas são: entorno de domicílios sem pavimentação; entorno de domicílios sem iluminação pública; entorno de domicílios com lixo acumulado; entorno de domicílios com esgoto a céu aberto.

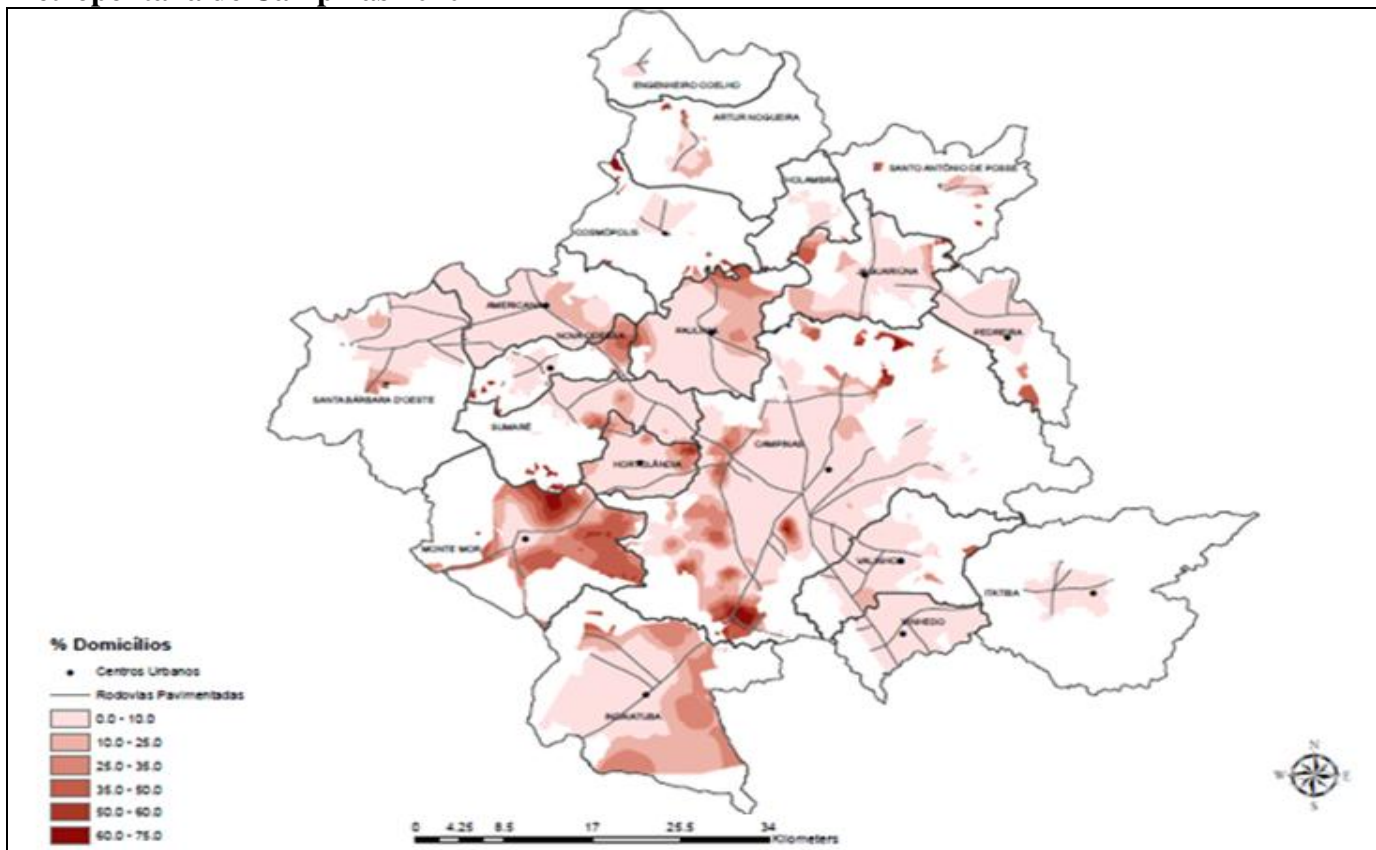
No eixo sul do município de Campinas juntamente com Indaiatuba evidencia-se uma regularidade em relação a não existência de pavimentação (Mapa 14). Outro eixo pode ser observado nos municípios de Hortolândia e Monte Mor.



Figura 8- Fotos – Área segregada de baixa renda
 Fonte: Camila Mello

As áreas mais fortes mostram os eixos e localidades onde o entorno domiciliar não apresenta pavimentação sobretudo na parte sul e sudoeste de Campinas, nos municípios de Hortolândia e Monte Mor. Em termos gerais, este é um tipo de infraestrutura no qual as áreas periféricas (de baixa renda) dos municípios são menos assistidos pois a estruturação dos centros ocorre de forma mais rápida emergente no processo de consolidação das cidades.

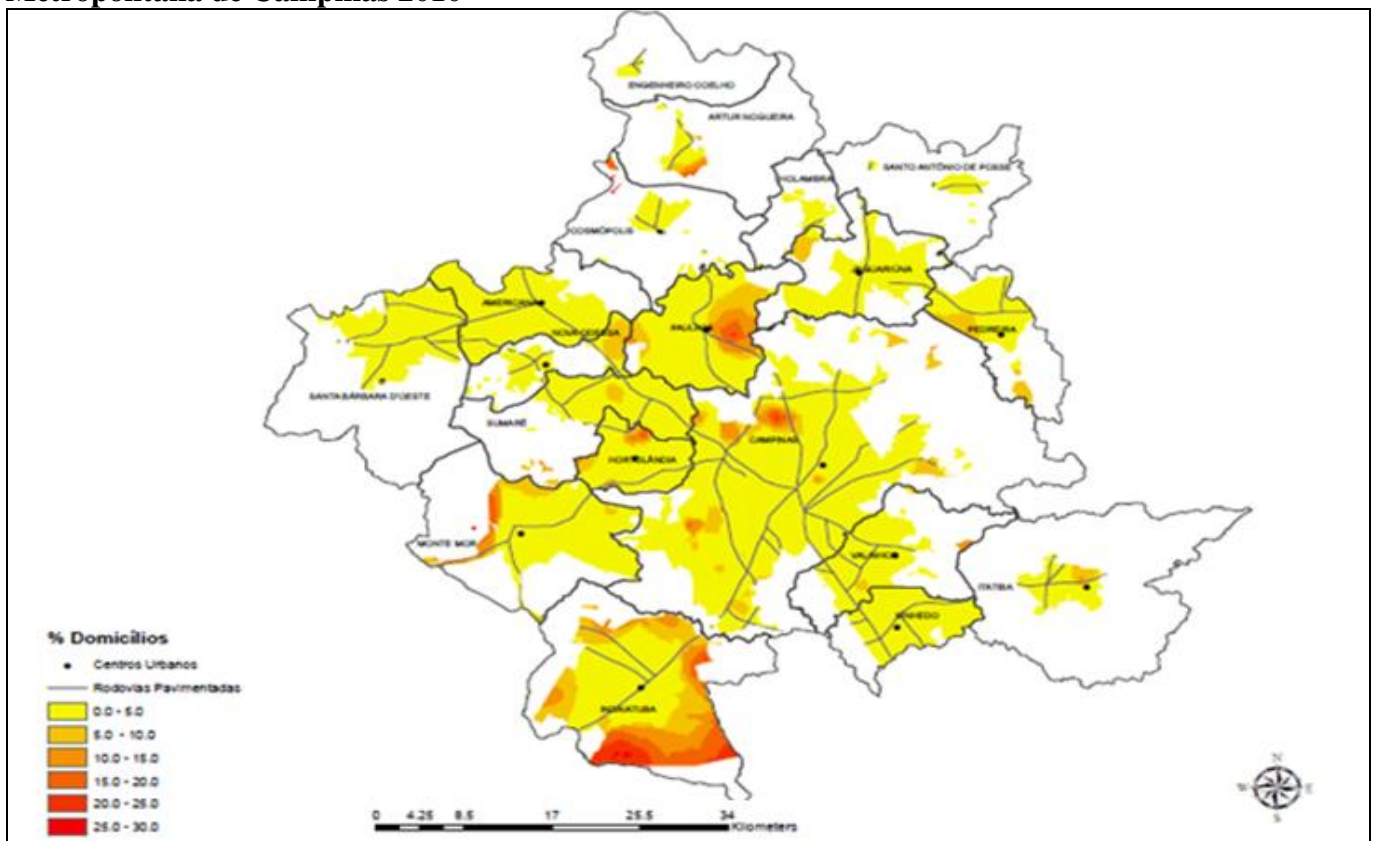
Mapa 14 - Porcentagem de domicílios sem Pavimentação no entorno – Região Metropolitana de Campinas 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Considerando a cobertura por iluminação pública nos setores censitários urbanos em 2010, verifica-se que alguns setores censitários possuem até 25% de seus domicílios sem iluminação pública em Campinas, Hortolândia, Paulínia e Monte Mor (Mapa 15). Em Indaiatuba, evidenciam-se as maiores áreas sem iluminação pública. Ao estudar isoladamente este município, Alves (2002) considerou que o crescimento da cidade tem se manifestado pela criação de espaços urbanos bastante diferenciados (segregação espacial). De um lado observa-se a presença de bairros populares com moradias muito modestas e, de outro, a proliferação de chácaras de alto padrão, localizadas em condomínios fechados, afastadas da região central da cidade.

Mapa 15 - Porcentagem de domicílios sem iluminação pública no entorno – Região Metropolitana de Campinas 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Em relação ao entorno de domicílios com presença de lixo acumulado (Mapa 16), são baixas as porcentagens deste indicador. Alguns pontos isolados são verificados nos municípios de Campinas, Sumaré, Paulínia e Jaguariúna.



Figura 9 – Fotos - Lixo Acumulado em Campinas
Fonte: Camila Mello

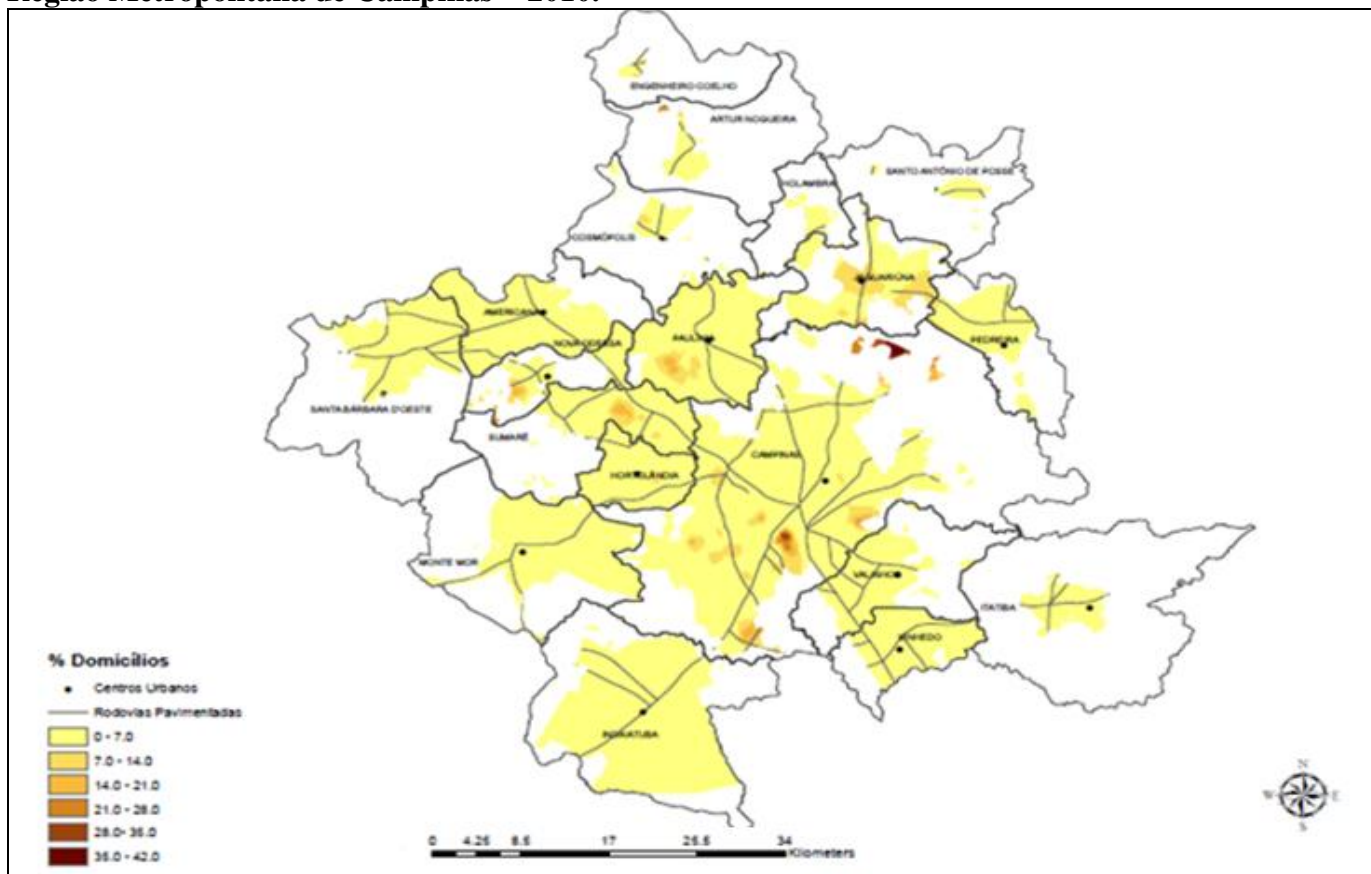
Em Sumaré, este problema apresenta-se com um agravante como podemos observar em notícia veiculada:

Sumaré tem 60 mil toneladas de entulho espalhadas pelas ruas e calçadas. Segundo informações da administração municipal, o material foi descartado irregularmente, tanto em áreas públicas como particulares. A Prefeitura admite que ficou dez meses sem realizar a coleta porque não tinha autorização da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) para destinar esse lixo em um aterro.

Um dos bairros mais afetados é o Jardim São Domingos, onde os moradores convivem com móveis, roupas, colchões e tijolos espalhados pela calçada. "Isso é um absurdo, todo mundo joga lixo na rua, ninguém recolhe, está todo mundo errado, quem joga, e a Prefeitura que não recolhe", disse a dona de casa Rita de Cássia. A quantidade de lixo acumulado em Sumaré seria capaz de encher 24 piscinas olímpicas e precisaria ser transportada em três mil caminhões.

Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/04/sumare-tem-60-mil-toneladas-de-entulho-espalhadas-pela-cidade.html> <acesso em 13 de setembro de 2013>

Mapa 16 - Porcentagem de domicílios que possuem lixo acumulado em seu entorno – Região Metropolitana de Campinas - 2010.



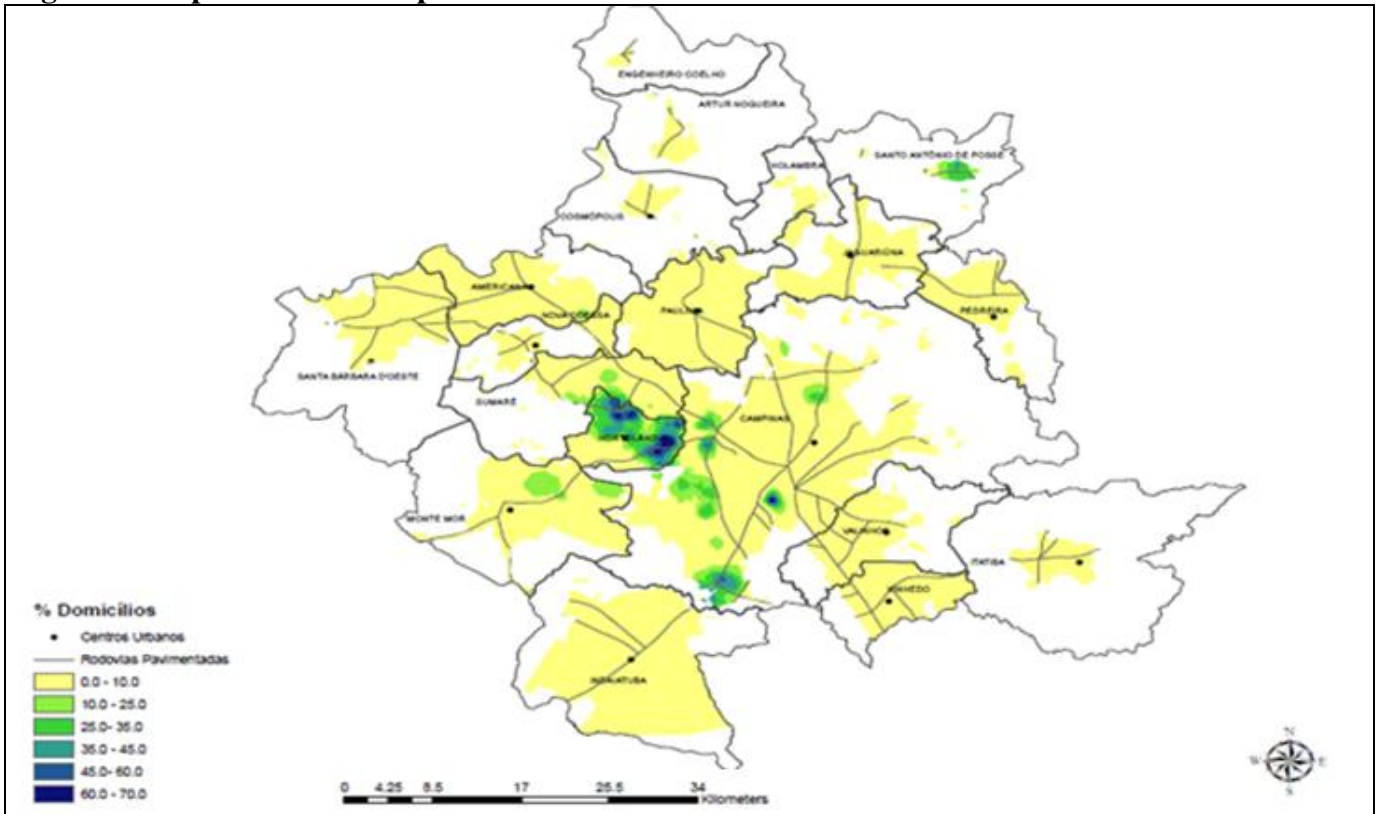
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Em relação à presença de esgoto a céu aberto no entorno de domicílios (Mapa 17), observam-se os pontos mais fortes nos municípios de Hortolândia e na parte sul do município de Campinas. Em Hortolândia, podemos identificar que este indicador ainda demonstra que os problemas de saneamento persistem além da já comentada deficiência na prestação de serviços de esgotos, verifica-se também a presença de esgoto a céu aberto.



Figura 10 – Fotos - Esgoto a céu aberto em Campinas
 Fonte: <http://www.portalcbn Campinas.com.br/?p=8731>

Mapa 17 - Porcentagem de domicílios que possuem esgoto a céu aberto em seu entorno – Região Metropolitana de Campinas -2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A análise das informações disponibilizadas deve levar em consideração que a maioria das características do entorno dos domicílios levantadas são desejáveis e, portanto, quanto mais alta a incidência, melhor a estrutura urbana disponível. Não é esse o caso da existência de esgoto a céu

aberto e lixo acumulado nas vias públicas, quando a baixa ocorrência significa melhor qualidade de vida urbana (IBGE, 2010).

As características de entorno permitiram identificar áreas que apresentam deficiência, ou são menos assistidas em relação à pavimentação e iluminação pública, o que revelou que setores de Campinas, Hortolândia, Paulínia e Monte Mor aparecem mais expressivos em relação a não existência de tais elementos de infraestrutura urbana. Considerando, a presença de lixo acumulado e esgoto a céu aberto no entorno de domicílios, nota-se pouca ocorrência para o primeiro e forte concentração para o segundo, sobretudo no município de Paulínia e porções de Campinas.

3.2.1 Condições Socioeconômicas.

A abordagem por rendimentos na Região Metropolitana de Campinas nestes dois períodos configura-se como elemento importante para a procura por uma caracterização da segregação socioespacial por grandes regiões. Abrangendo variadas faixas salariais dos responsáveis é possível observar a movimentação no período elencado.

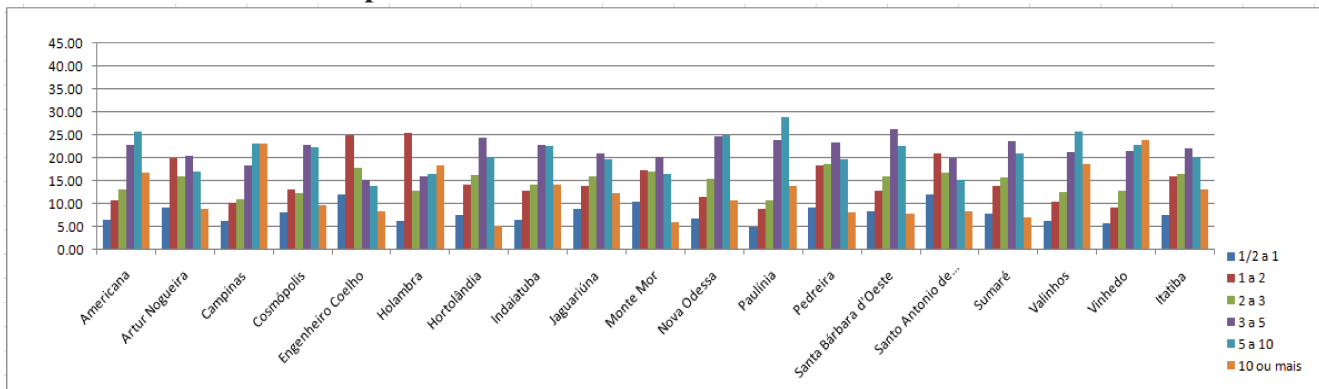
Segundo comunicado do IPEA, no período 2004-2009:

A desigualdade na distribuição de renda entre os brasileiros diminuiu 5,6% e a renda média real subiu 28%. Essa evolução na distribuição de renda foi, em grande parte, motivada pelo crescimento econômico e a geração de empregos. Também contribuíram as mudanças demográficas e o lento aumento da escolaridade da população adulta. Mas a grande novidade foi a transformação da política social em protagonista dos processos de mudança, por meio dos aumentos reais do salário mínimo, e da expansão das transferências focalizadas de renda. Nesse intervalo de tempo, a parcela da população brasileira vivendo em famílias com renda mensal igual ou maior do que um salário mínimo *per capita* subiu de 29% para 42%, passando de 51,3 a 77,9 milhões de pessoas (IPEA, 2011, p. 3).

Em relação aos rendimentos dos responsáveis por domicílios dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, pode-se observar pelos gráficos 11 e 12 que, de uma forma geral, a faixa de 1/2 a 1 e de 1 a 2 salários mínimos apresentou elevação no período de uma década em todos os municípios da RMC e os rendimentos de 10 ou mais salários diminuíram no período 2000-2010*.

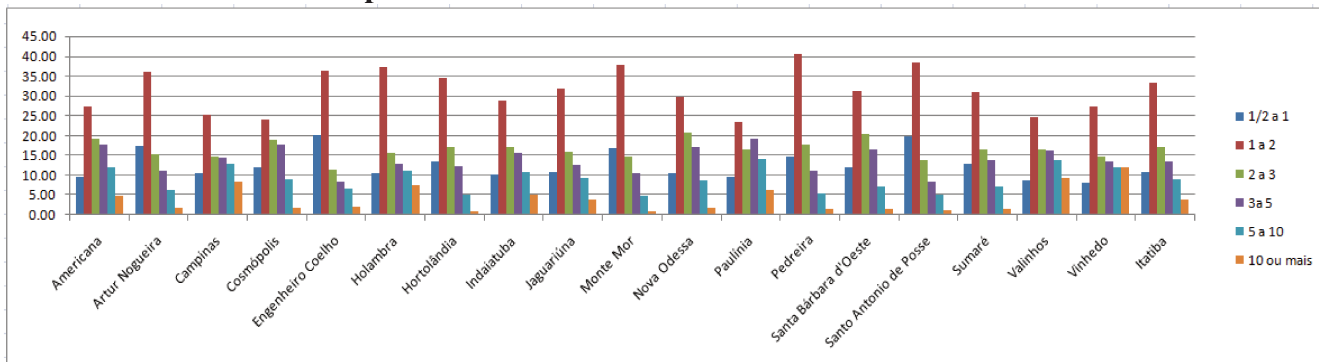
* Estas análises relativas à condição socioeconômica dos responsáveis referem-se a salários mínimos do momento dos censos demográficos, de 2000 e 2010.

Gráfico 10 - Porcentagem de responsáveis por domicílios segundo faixas de rendimentos em salários mínimos – Municípios da RMC – 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 11 - Porcentagem de responsáveis por domicílios segundo faixas de rendimentos em salários mínimos – Municípios da RMC – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

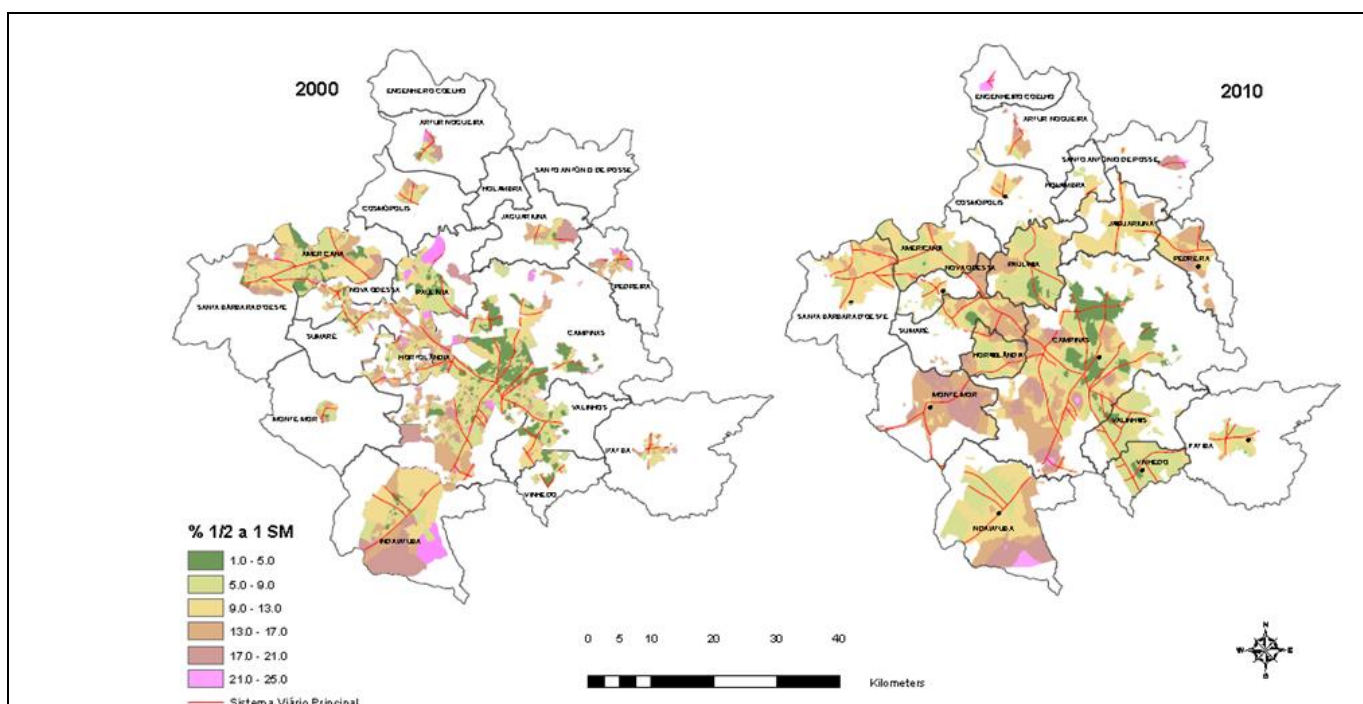
Em termos de distribuição de rendimentos por setores censitários urbanos* (Mapa 18), em 2000 para a faixa de renda de $\frac{1}{2}$ até um salário mínimo, os maiores percentuais estavam distribuídos em poucos pontos entre os municípios, com destaque para porção sul de Campinas, os municípios de Santa Bárbara d'Oeste, Hortolândia, Jaguariúna, Pedreira.

Em 2010, temos uma evolução desta faixa salarial, na maior parte dos setores urbanos da Região Metropolitana de Campinas com elevação dos percentuais. Observa-se as áreas ao sul da

* Os valores das categorias de rendimento em 2000 foram multiplicados pela inflação do período 2000-2010 (de 96,46% ou 1,9646 segundo dados mensais obtidos no IBGE) para serem comparáveis com os valores reais em 2010. Como os dados de renda em nível de setores censitários estão agregados em categorias pré-determinadas de salários mínimos pelo IBGE tanto em 2000 quanto em 2010, estas categorias de salários mínimos foram transformadas em reais. Dessa forma foi aplicado o índice (de inflação) nos valores reais de 2000 para se tornarem comparáveis com valores de 2010. Assim foram criadas as categorias de renda em salário mínimo de 2000 comparáveis com 2010.

região nos eixos Campinas, Indaiatuba, Campinas, Hortolândia e Monte Mor com setores que tinham até 25% de responsáveis inclusos nesta categoria de renda. Os eixos representados por Campinas, Valinhos e Vinhedo aparecem com os percentuais mais baixos de responsáveis nesta categoria.

Mapa 18 - Porcentagem de responsáveis por domicílios com rendimentos de ½ até 1 Salário Mínimo – RMC -2000 e 2010.



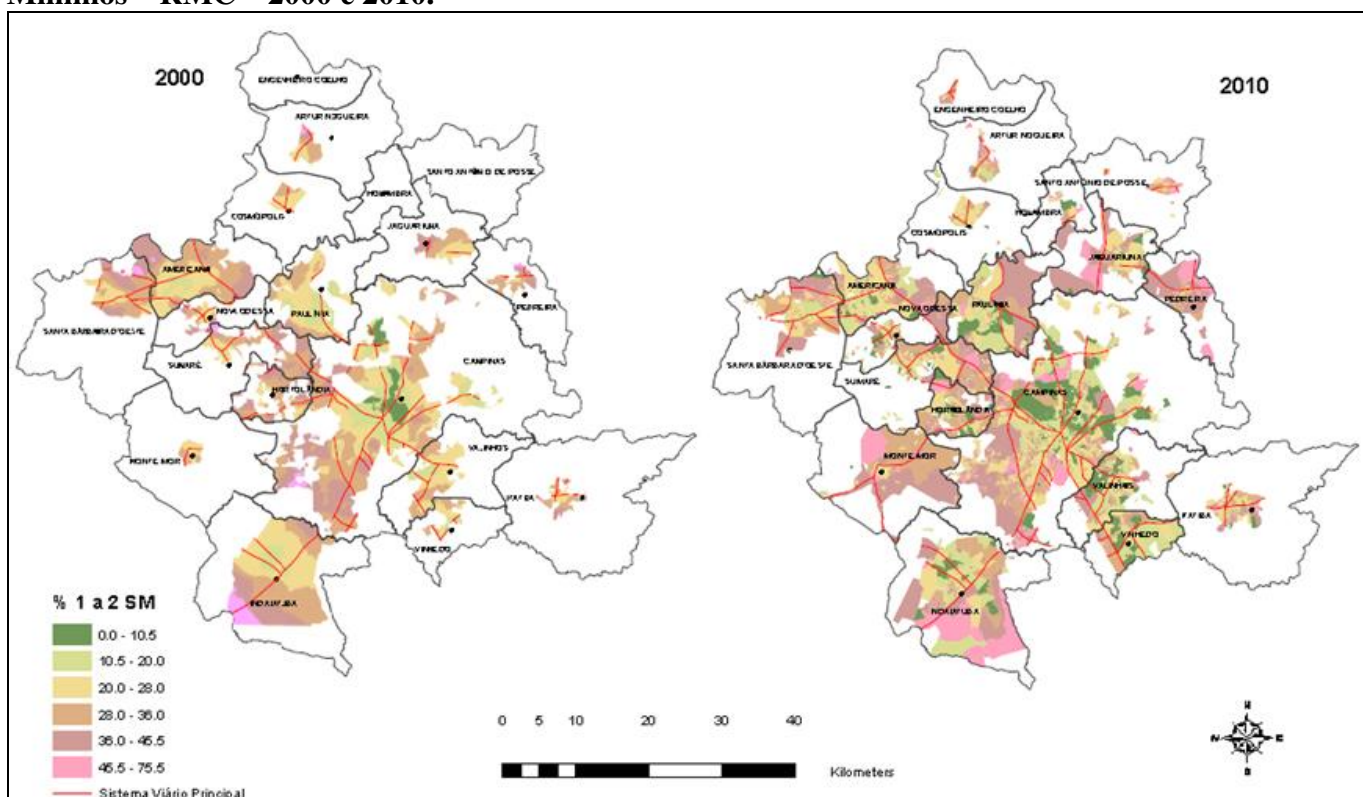
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Para a faixa salarial de 1 até 2 salários mínimos, observa-se (Mapa 19) uma expressiva ampliação de responsáveis nesta categoria no período 2000-2010. Em 2000, as áreas que apresentavam os maiores percentuais de responsáveis inclusos nesta categoria de renda estavam situados mais a oeste da região metropolitana, sobretudo nas partes sudoeste do município de Campinas, em Hortolândia, e Americana. No eixo formado pelo centro de Campinas, Valinhos e Vinhedo são observados os mais baixos percentuais.

Em 2010, vemos também um aumento na distribuição de responsáveis inclusos na categoria de renda de 1 até 2 salários mínimos, na Região Metropolitana de Campinas inclusive um aumento nos percentuais que atingem até 75 %. Os setores situados no eixo Paulínia,

Jaguariúna e Pedreira estão mais evidentes em relação a esta faixa de rendimentos. Ainda é possível visualizar os eixos Campinas, Valinhos e Vinhedo mantendo os menores percentuais.

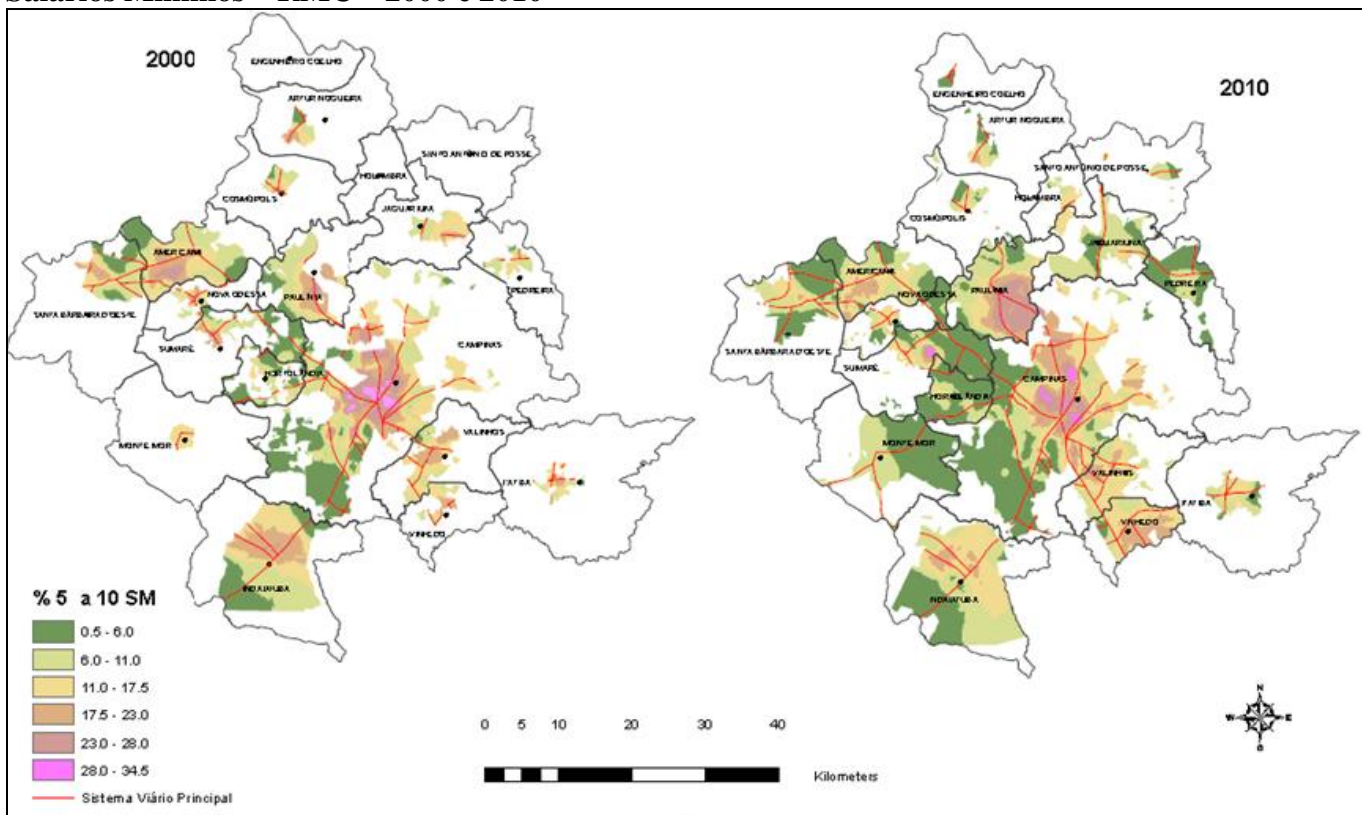
Mapa 19 - Porcentagem de responsáveis por domicílios com rendimentos de 1 até 2 Salários Mínimos – RMC – 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Considerando os percentuais de responsáveis por domicílios com renda de 5 a 10 salários mínimos (Mapa 20), no ano 2000, as maiores concentrações estavam ao centro de Campinas, nos municípios de Valinhos, Vinhedo, Americana e Paulínia. Em 2010, é evidente a formação do eixo Paulínia, Campinas, Valinhos e Vinhedo, e em alguns pontos de Sumaré e Americana. Na parte sul de Campinas e em partes de Indaiatuba, Hortolândia, Monte Mor aparecem os menores percentuais.

Mapa 20- Porcentagem de responsáveis por domicílios com rendimentos de 5 até 10 Salários Mínimos – RMC – 2000 e 2010



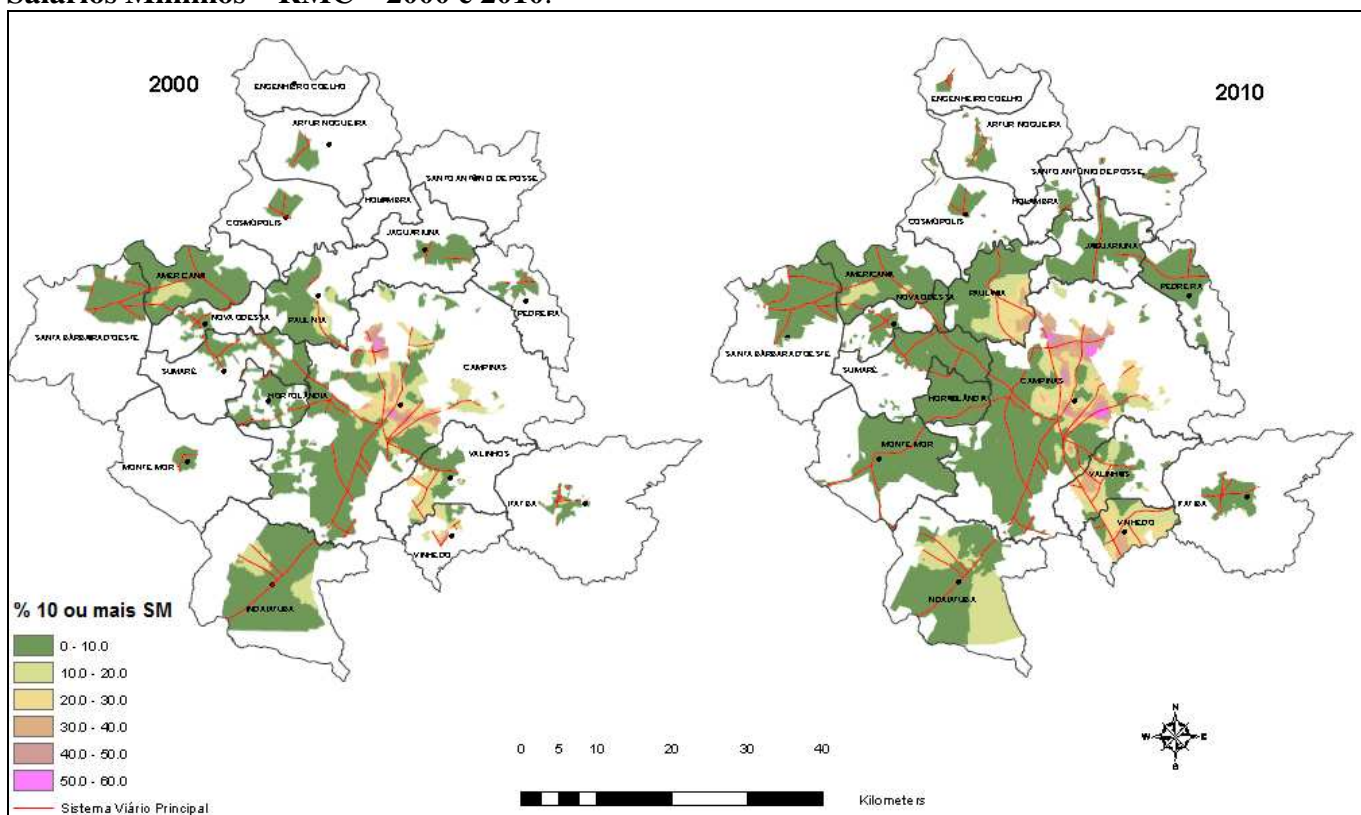
Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Em relação ao percentual de responsáveis por domicílios com rendimentos de 10 ou mais Salários Mínimos (Mapa 21), no ano 2000 foram observados as maiores proporções na região central de Campinas e nos municípios de Americana, Paulínia, Valinhos e Vinhedo, bem como em algumas áreas de Indaiatuba.

Em 2010, para a faixa de 10 ou mais salários, os menores percentuais foram verificados nos eixos sul e sudoeste de Campinas Indaiatuba, Hortolândia e Monte Mor, Americana, Nova Odessa e partes de Paulínia, Jaguariúna e Pedreira.

Os maiores percentuais de responsáveis por domicílios com rendimentos de 10 ou mais salários mínimos são mais evidentes nos eixos Paulínia, Campinas, Valinhos e Vinhedo em 2010, atingindo valores de até 60%. Já é bem evidente em 2010 a formação do eixo Paulínia, Campinas e Valinhos concentrando os maiores percentuais. Em 2000, já era delineada esta tendência espacial de localização desta faixa embora aparecessem também áreas isoladas no município de Americana.

Mapa 21 - Porcentagem de responsáveis por domicílios com rendimentos de 10 ou mais Salários Mínimos – RMC – 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

A observação dos mapas de renda revela uma movimentação espacial em relação ao rendimento dos responsáveis de acordo com a ampliação das faixas salariais. Nas faixas salariais de $\frac{1}{2}$ a 1 e de 1 a 2 salários mínimos temos uma distribuição mais homogênea na região metropolitana como um todo, sendo caracterizada pela expansão entre 2000 e 2010, pouco evidente no eixo formado pela área central de Campinas e os municípios de Valinhos e Vinhedo. Já para as faixas de mais de 05 a 10 e mais de 10 salários mínimos também temos uma distribuição semelhante, com evidencia de maiores percentuais nos eixos sudeste de Campinas, formado pelos municípios de Paulínia, região central de Campinas, os municípios de Valinhos e Vinhedo, configurando o que foi nomeado em trabalhos sobre a região de “cordilheira da riqueza” (CUNHA et al, 2004).

3.2.3 Índice de Dissimilaridade

Em relação as cinco dimensões de segregação, classificando os diferentes índices em relação à homogeneidade, exposição, concentração, centralização e agrupamento distinguidas por Massey e Denton (1988) será considerada apenas a dimensão homogeneidade mensurada a partir do índice de dissimilaridade. Em relação aos índices globais para a Região Metropolitana de Campinas.

Para o cálculo dos índices de dissimilaridade global, que mede a relação existente entre a composição populacional das unidades de área (no caso, foram usados os setores censitários) e a composição populacional de toda área de estudo (RMC), foi usada a seguinte fórmula:

Índice de Dissimilaridade de Ducan

$$D = \frac{1}{2} \sum_{j=1}^J \left| \frac{N_{jm}}{N_m} - \frac{N_{jn}}{N_n} \right|$$

onde N_{jm} e N_{jn} são, respectivamente, a população dos grupos m e n na unidade de área j , enquanto N_m e N_n representam a população total dos grupos m e n na área de estudo. Ou seja, esse índice mede o quão equilibrado é a distribuição dos distintos grupos populacionais no espaço urbano. Variando de 0 (integração perfeita) a 1 (segregação total), o resultado obtido corresponde à proporção de famílias de um determinado grupo social que deveria mudar de local de residência, de áreas onde está super representado para outras onde está sub-representado, ou então trocar os membros de um grupo pelo outro, para que sua presença em cada subáreas da cidade fosse uniforme. Um índice D com valores entre 0 e 0,3 indica uma segregação suave, de 0,3 a 0,6 indica uma segregação moderada, e acima de 0,6 revela uma segregação severa.

Tabela 2 - Índice de dissimilaridade, segundo estratos de renda - RMC, 2000.

RMC	1/2 a 1 / 1 a 2 SM	1 a 2 / 5 a 10 SM	1/2 a 1/ 5a 10 SM	1/2 a 1/10 SM	1a2/10mais SM
2000	0.18	0.51	0.25	0.70	0.68
2010	0.19	0.51	0.56	0.73	0.71

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

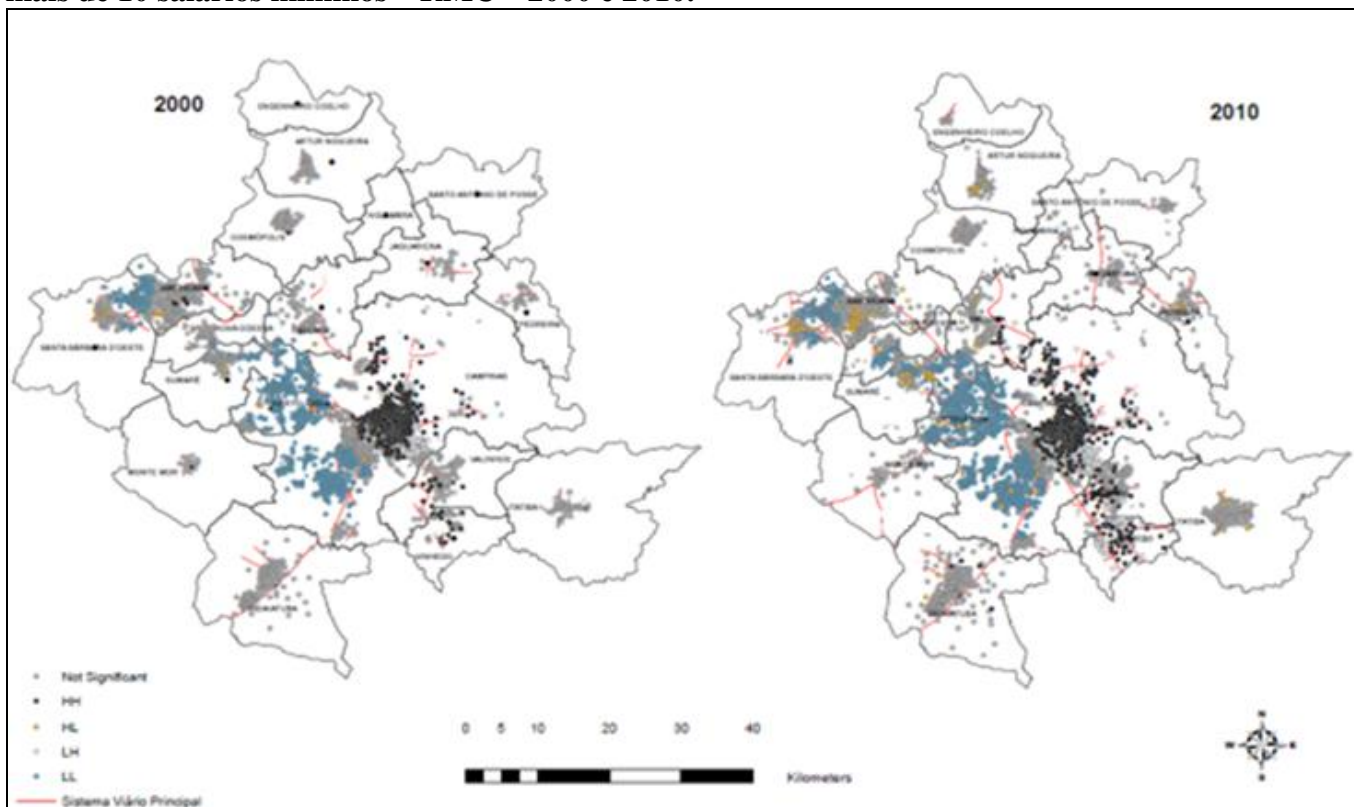
Pode-se observar através destes índices que no período entre 2000 e 2010 houve uma intensificação da segregação para a Região Metropolitana, sobretudo na comparação entre os grupos de menores rendimentos e os grupos com rendimentos maiores que 10 salários mínimos apresentando uma segregação acima de 0,6 que é considerada como severa.

Para o ano de 2000, Cunha, Jakob, Jiménez, Trad, 2006; identificaram que na parte norte da via Anhangüera havia uma maior homogeneidade indicando uma maior segregação. Na parte sul (na área que abriga a “cordilheira da riqueza”) foi observado também um alto nível de heterogeneidade na ocupação do espaço no aspecto socioeconômico. Concluíram que na RMC o espaço que o espaço ocupado pela “cordilheira da riqueza” é extremamente mais heterogêneo do que o espaço em que se localiza a “cordilheira da pobreza”.

3.2.4 Índice de Moran Local

A partir do Mapa 22, percebe-se que os agrupamentos que configuram os pontos na cor preta revelam os maiores agrupamentos dos responsáveis por domicílios com rendimentos de mais de 10 salários mínimos que formam o eixo Paulínia, Campinas, Valinhos e Vinhedo. Os agrupamentos em azul referem-se às áreas onde os agrupamentos de responsáveis por domicílios que possuem rendimentos de mais de 10 salários são mais baixos, o que ocorre em 2010 mais fortemente a sudoeste de Campinas, grandes porções de Hortolândia, nos municípios de Sumaré, Americana e Santa Bárbara d'Oeste.

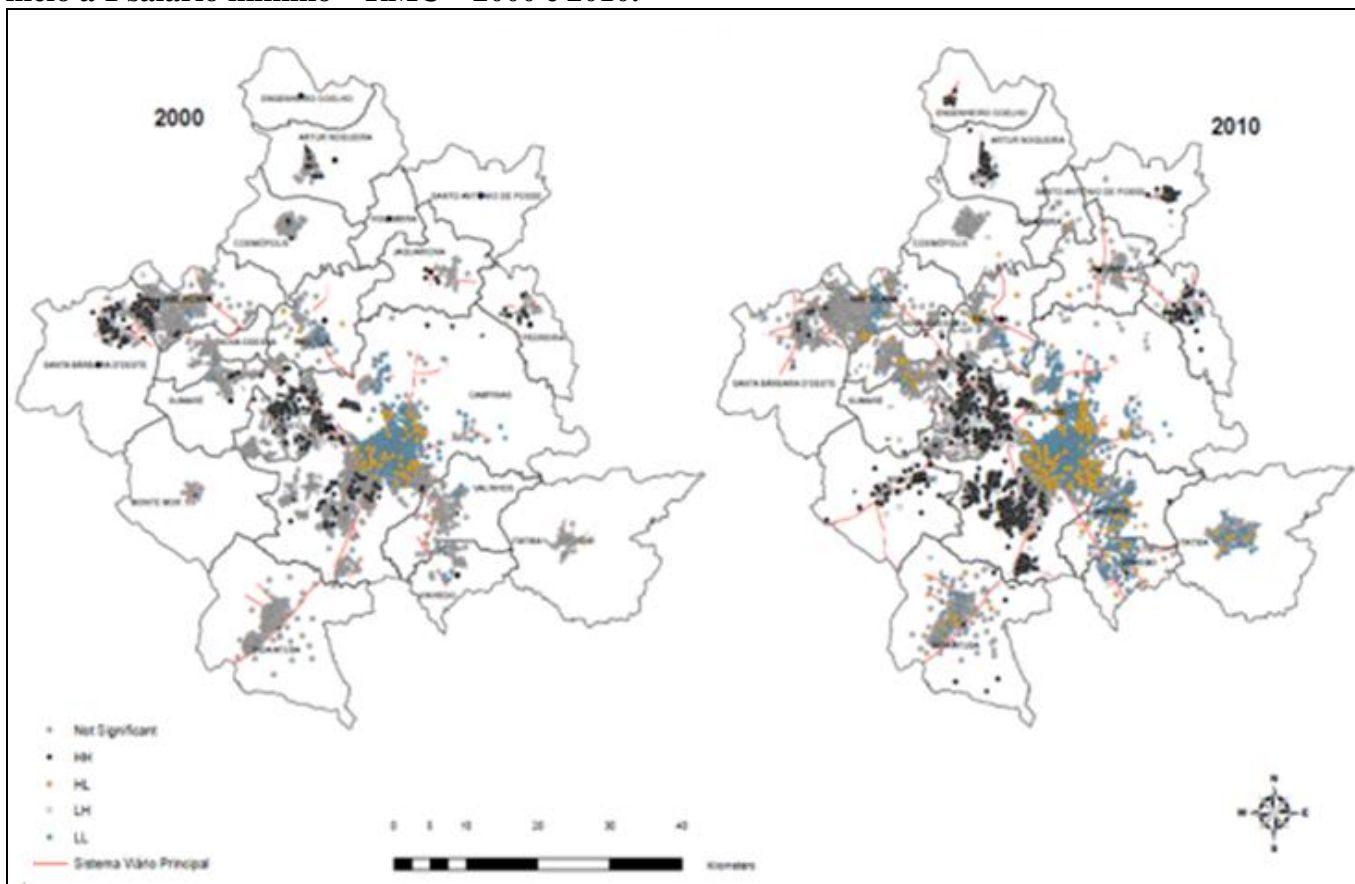
Mapa 22 - Índice de Moran local para responsáveis por domicílios com rendimentos de mais de 10 salários mínimos – RMC – 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010 (Agregados por Setores).

Em relação aos responsáveis por domicílios com rendimentos de meio a 1 salário mínimo, é possível ver no mapa 23 que os agrupamentos pontilhados em preto estão nas áreas sul de Campinas, em Hortolândia e Monte Mor. Em 2000, apareciam também em Santa Bárbara d'Oeste e Americana. Já em 2010, aparecem em Pedreira, Santo Antônio de Posse e também no município de Artur Nogueira.

Mapa 23 - Índice de Moran Local para responsáveis por domicílios com rendimentos de meio a 1 salário mínimo – RMC – 2000 e 2010.

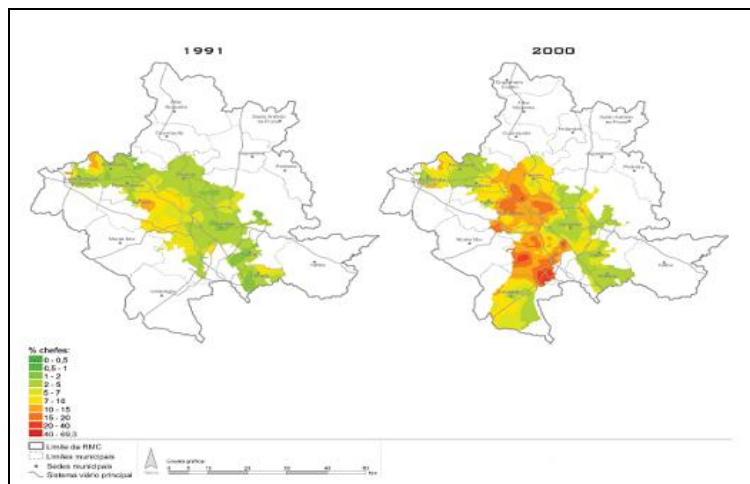


Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010 (Agregados por Setores).

Na década de 1990 amplia-se a área de concentração de chefes com renda superior a 10 Salários mínimos, bastante evidente na região centro leste e norte de Campinas. Em 2000, além da grande expansão em Campinas, ocorre uma concentração expressiva dessa categoria de renda especialmente em Valinhos e Vinhedo, começando a delinear na RMC uma “cordilheira” da riqueza, contrapondo-se a uma “cordilheira da pobreza” Cunha (2004).

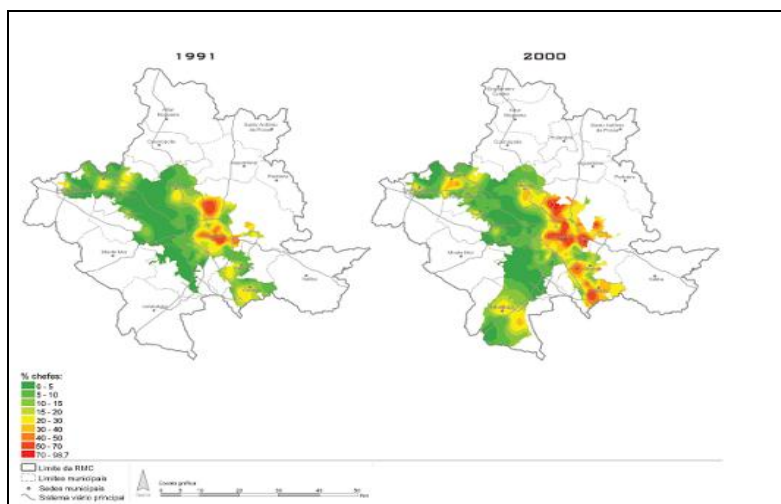
Em trabalho como o de Cunha (2004) foi possível evidenciado a formação da “cordilheira da pobreza” e “cordilheira da riqueza”. O mapa 24 mostra a formação da “cordilheira da pobreza” a partir de informações sobre os responsáveis por domicílios sem rendimento no período entre 1991 e 2000. O mapa 25 “cordilheira da riqueza” apresenta responsáveis por domicílios com rendimentos maiores que 10 salários mínimos na Região Metropolitana em 1991 e 2000.

Mapa 24- Responsáveis por domicílios sem rendimentos na Região Metropolitana em 1991 e 2000.



Fonte: Extraído de: Cunha 2006. Atlas da Região Metropolitana de Campinas

Mapa 25 - Responsáveis por domicílios com rendimentos maiores que 10 salários mínimos na Região Metropolitana em 1991 e 2000.

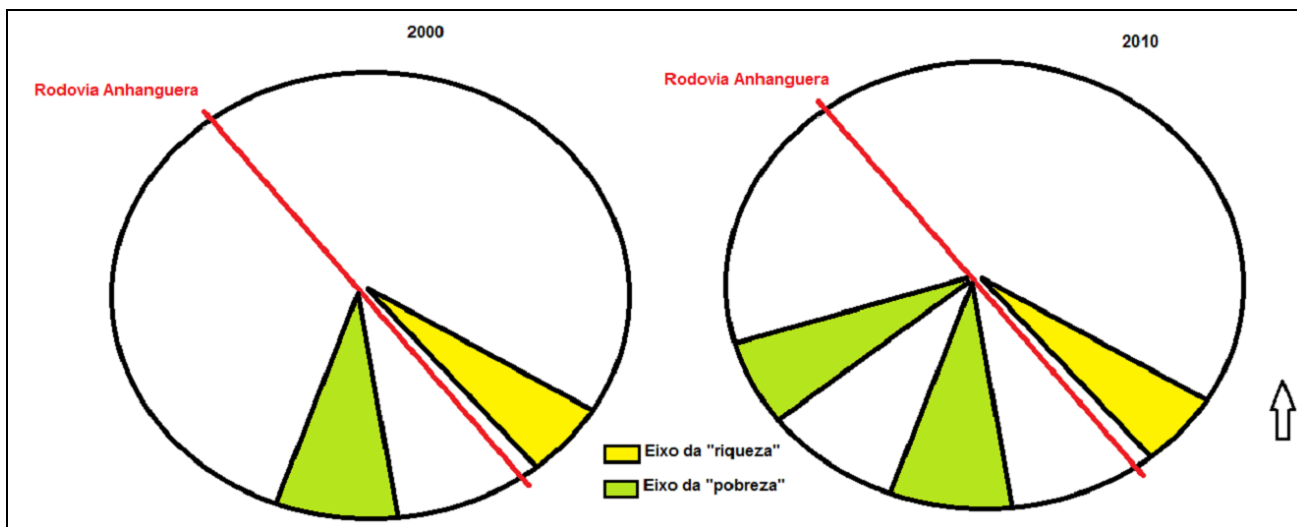


Fonte: Extraído de: Cunha 2006. Atlas da Região Metropolitana de Campinas

As direções da segregação a partir da metodologia aplicada possibilitaram visualizar para o período 2000 e 2010 pelo menos três grandes eixos representados de grupos de distintos perfis socioeconômicos, sendo que em 2010 observou-se a formação de mais um eixo de baixa renda.

Abaixo consta um esboço de um modelo sintético (gráfico, 13) do padrão de segregação na Região Metropolitana de Campinas:

Gráfico 12 - Esboço sintético socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas



Retomando as considerações elencadas por Villaça (2001, p.317 e 318) em relação à ocupação intraurbana pelos extratos de alta renda, os itens evidenciados pelo autor referem-se a tendência que a camada de alta renda tem de *“prosseguir a partir de um dado ponto de origem ao longo de determinadas vias, ou em direção a outro núcleo existente de edificações, ou centros comerciais; A crescer ao longo das linhas mais rápidas de transportes”*. Na RMC esta tendência é evidente considerando-se, sobretudo em relação à expansão do urbano em torno das principais rodovias configurando eixos de crescimento conforme apresentado no capítulo 2. A Rodovia Anhanguera insere-se como um importante divisor entre os diferenciados tipos de ocupação intraurbanos, sendo que a conformação das chamadas “cordilheiras da riqueza e da pobreza” está associada a esta rodovia.

Na direção norte do município de Campinas os bairros do entorno como o Cambuí, até o contorno viário do Shopping D. Pedro e os distritos de Barão Geraldo, Sousas e Joaquim Egídio, com sentido aos municípios de Paulínia Valinhos e Vinhedo são os concentram o maior poder aquisitivo da região como um todo, e não apenas de Campinas. No sentido nordeste do município de Campinas, rumo aos distritos de Barão Geraldo, Sousas e Joaquim Egídio, Jaguariúna e Itatiba, articuladas pela rodovia Dom Pedro I, com predomínio de habitações das camadas de

média e alta renda e a localização de grandes centros de consumo (shopping centers, hipermercados, casas noturnas, entre outros).

Ao sudoeste, em direção a Indaiatuba, acompanhando o eixo da Rodovia Santos Dumont, onde se localiza o aeroporto de Viracopos predomina o padrão de loteamentos precários e de favelas. O processo de urbanização vem se estendendo em direção a Monte Mor, passando por Hortolândia e Sumaré configurando um eixo de população de baixa renda. Segundo Nascimento (2013, p.01)

Esses dois municípios, apesar de industrializados e do PIB elevado, possuem basicamente moradores de baixa renda, que se inserem nos serviços, no comércio e na clandestinidade em Campinas; é o alto escalão daquelas indústrias que reside na metrópole. Cabe ressaltar que Campinas se mantém como polo regional da desigualdade social e da segregação: concentra a maioria das localidades em situação de elevada inclusão social e, em contrapartida, abriga no território espacialidades profundamente excludentes. E a Anhanguera serve como um verdadeiro divisor entre padrões de ocupação urbana muito diferente e de camadas sociais também muito diferentes.

Em relação ao item que considera que as camadas de alta renda tendem “*A progredir em direção a terrenos altos, livres de riscos de inundações e a se espalhar ao longo das bordas dos lagos, baías, rios ou oceanos, nos locais onde tais bordas não são ocupadas por indústrias*” o que corresponde as áreas de maiores amenidades ambientais. Na Região Metropolitana de Campinas inclusive no município sede (Campinas) a ocupação pela camada de alta relaciona-se com as “amenidades” naturais, sobretudo no período de ocupação do município . De acordo com Perez Filho e Cesar, 2009 p. 13):

De maneira geral, na porção norte, com predomínio de solos de textura argilosa ou muito argilosa, propiciou-se atividades de alta rentabilidade, dando origem a grandes propriedades, aumentando o valor da terra e culminando na presença de condomínios de alto padrão e de grandes propriedades ainda usadas para a atividade agrícola. A leste foi criada área de proteção ambiental, mantendo parte da vegetação natural e alguns traços rurais, o que estimulou a propagação de loteamentos fechados que se mostram como boa opção de fuga das grandes concentrações demasiadamente urbanizadas. Enquanto que as regiões sul e sudoeste (com porções de vegetação rala e esparsa e com solo de textura média infértil para agricultura) se mostraram desinteressantes para as classes sociais altas, predominando residências populares destinadas à população de baixa renda.

Em relação ao item apontado por Villaça (2001, p.317 e 318) “*O crescimento das áreas residenciais de alta renda permanece numa mesma direção, por um longo período de tempo*” podemos considerar em certa medida para a Região Metropolitana de Campinas, tendo em vista que esta abordagem refere-se ao período de uma década, porém baseado em estudos anteriores

como os de Cunha et al (2006), Caiado (1998), (2006), (2007) Cunha, Jakob, Jimenez, Trad, (2006), verifica-se uma certa tendência a manutenção deste direcionamento.

Considerações finais

A Região Metropolitana de Campinas apresenta uma forma de segregação numa configuração setorial seguindo as principais rodovias. Sua expansão também é direcionada a partir dos eixos rodoviários.

Dessa forma, as direções da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Campinas tendem seguir um padrão em certa medida, característico do modelo centro- periferia e de setores de círculo com predominância para este último, conforme apontado por Villaça (2001). Observaram-se características distintas em termos de ocupação ao redor dos eixos de expansão, ficando evidente uma conformação de setores ou eixos com população de baixa renda e menos assistida em termos infraestruturais e setores com população mais abastada.

O eixo formado pela parte norte da rodovia Anhanguera (regiões nordeste e sudeste) sobretudo o norte Campinas junto a Paulínia, Valinhos e vinhedo caracteriza-se por abarcar uma população de maiores rendimentos conforme foi evidenciado nos cartogramas de renda.

Se em 2000, a RMC apresentava um setor ao sul da região (regiões sudoeste, oeste e noroeste) com características de população de baixa renda, em 2010 evidencia-se a conformação de mais um setor caracterizado por população de baixa renda, sobretudo conformado pelos municípios de Hortolândia, Monte Mor e Sumaré.

Na RMC que o centro ou sede metropolitana cresce menos que as áreas arredores, bem como a tendência à dualização ou segregação socioespacial na região, evidenciando alterações na estrutura urbana o que não configura ainda uma reestruturação urbana.

Entendendo por dominação por meio do espaço urbano o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano, podemos dizer que dentre as vantagens, a mais decisiva é a otimização dos gastos de tempo no deslocamento populacional (Villaça, 2001). Assim, através dos dados da pesquisa Origem e Destino, foi possível identificar que as camadas mais abastadas e escolarizadas produzem para si um espaço urbano que facilita suas condições de deslocamento.

Em relação ao índice de dissimilaridade, pode-se observar uma intensificação da segregação no qual ambas as partes (norte e sul) da Rodovia Anhanguera estão mais segregadas.

O debate sobre o tema da segregação e sua importância tem sido realizado a partir de variadas perspectivas, seja para mensurá-lo, elucidar suas causas apontar as direções ou padrões entre outros e podem trazer ganhos para o planejamento urbano no sentido de diminuir as mazelas de quem está segregado, sobretudo os extratos de baixa renda que tem dificultados os acessos a cidade e ao urbano. Nas palavras de Kehl (2013, s/n):

A cidade é uma das invenções mais geniais da humanidade. O que destoa é a desigualdade. O problema é que a cidade onde mora a moça que faz a faxina não é a mesma em que eu moro, embora seja o mesmo município. A cidade em que ela mora quase não tem calçamento e quando tem é de péssima qualidade. Se o lugar é muito maltratado, as pessoas se sentem mal também. Às vezes o bairro nem é perigoso, mas não tem onde brincar, não tem árvore, não tem sombra e não tem beleza. Cidade com desigualdade é um inferno. Um sentimento de permanente desencanto, em termos de uma patologia social. Esse sentimento deixa as pessoas sensíveis à injustiça. Não dá para dizer que basta me preocupar com meu umbigo. A cidade é um espaço de sociabilidade.

Aponta-se a partir desta breve abordagem que o processo de urbanização que cada vez mais se amplia acentua desigualdades econômicas e espaciais denota que um dos grandes desafios do mundo neste novo milênio está centrado na promoção de um direito universal ainda não atingido plenamente: os meios de construção de cidades socialmente e territorialmente mais justas.

Bibliografia

AGEMCAMP, Agência Metropolitana de Campinas. **Região Metropolitana de Campinas**. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br>

BOGUS L.M.M., PASTERNAK S. **Continuidades e discontinuidades na cidade dos anéis** – Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/amb_pasternak.pdf

BRAGA, R.; CARVALHO, P. Cidade: espaço da Cidadania- In: Gianetti & Braga (org) **Pedagogia Cidadã** – São Paulo: Unesp Propp, 2004.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) **Cidades** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.

CAIADO, M.C.S. O padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população na Região de Campinas: o papel dos instrumentos de gestão urbana. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambú, 1998. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998.

CAIADO, M.C.S.; PIRES, M.C.S. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros – in CUNHA, J. M. P. (Org.) **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/ Unicamp, 2006.

CAIADO, M.C.S. **Morar na metrópole: Expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em Ciências, na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial. Campinas. 2007.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**: Edusp, 2000.

CANO, W.; BRANDÃO, C. A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CASTELLS, M. **La Cuestion Urbana**. Madrid: SigloVeintiuno. 1983.

CORREA, R.L. **O Espaço Urbano**, São Paulo: Ática, 2000.

CORREA, R.L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In Vasconcelos P. A. (et al). (Orgs). **A cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. – São Paulo: Contexto, 2013.

CUNHA, J.M.P. Um Sentido para a Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles Paulistas **Revista Brasileira de Estudos Da População**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 343-347, jul./dez. 2004.

_____. (Org.) **Novas Metr6poles Paulistas: popula73o, vulnerabilidade e segregac3o**. Campinas: N6cleo de Estudos de Popula73o - Nepo/ Unicamp, 2006.

CUNHA, J.M.P.; BAENINGER R.; **Las migraciones internas em el Brasil contempor3neo**. Notas de Poblacion n6mero 82 CEPAL, 2005.

CUNHA, J.M.P.; JAKOB, A.A.E.; JIM6NEZ, M.A.; TRAD, I.L. Expans3o metropolitana, mobilidade espacial e segregac3o nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas Metr6poles Paulistas. Popula73o, vulnerabilidade e segregac3o**. Campinas: N6cleo de Estudos de Popula73o - NEPO/UNICAMP, 2006.

CUNHA et al. **O fen6meno da mobilidade pendular na Macrometr6pole do Estado de S3o Paulo: uma vis3o a partir das quatro Regi6es Metropolitanas Oficiais**. Campinas 2013

DUARTE, S. **Bairros mais ricos de SP t6m at6 quatro vezes mais investimento que os mais pobres, diz estudo**. 2008. Dispon6vel em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/.jhtm>> Acesso em 24 de abril de 2008.

FALC3O C. A. **Diversidade e Segregac3o Socioespacial na Regi6o Metropolitana de Campinas 2013**. (Relat6rio de Inicia73o Cient6fica – Pibic).

FARIA, V.E. **Cinquenta anos de urbaniza73o no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, n. 29, p.98-119, mar./1991.

FEITOSA, F. F.; MONTEIRO, A.M.V; CAMARA, G. De Conceitos a Medidas Territoriais: A constru73o de 6ndices Espaciais de Segregac3o Urbana. In: Almeida, C.; C3mara, G; Monteiro, A.M.V. (Org). **Geoinforma73o em Urbanismo: Cidade real VS. Cidade Virtual**. S3o Paulo: Oficina de Textos, 2007.

FERNANDES, A.C.A.; CANO, W.; BRAND3O, C.A. Regi6o Metropolitana de Campinas: an3lise integrada. In: CANO, W.; BRAND3O, C.A. (Coords.). **A Regi6ometropolitana de Campinas: urbaniza73o, economia, finan73as e meio ambiente**. Campinas: UNICAMP, 2002.

FLORES, C. Consequ6ncias da segregac3o residencial: teoria e m6todos. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metr6poles Paulistas: popula73o, vulnerabilidade e segregac3o**, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

FREITAS, R. Regi6es Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Humanae**, v.1, n.3, p. 44-53, Dez. 2009.

FUNDA73O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTAT6STICA – IBGE. Censo demogr3fico. Rio de Janeiro. IBGE, v3rios anos.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro. IBGE, 1952.

GOTTIDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Ed. da USP, 1997.

GROSTEIN, M. Metrópole e expansão urbana: A Persistência de processos “insustentáveis” **São Paulo em Perspectiva**, 13-19 São Paulo, 2001.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade** São Paulo: Hucitec, 1980.

JAKOB A.A.E **Análise Sócio-Demográfica da Constituição do Espaço Urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa De Doutorado em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

JAKOB A.A.E., CUNHA J.M.P.; YOUNG A.F.; Riqueza à beira-mar, pobreza longe da maresia: um retrato da segregação social na Região Metropolitana da Baixada Santista, nos anos 1990 - In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas. População, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, 2006.

JAKOB A.A.E., YOUNG A.F. **O uso de métodos de interpolação espacial de dados nas análises sociodemográficas**. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu – MG, 2006.

KEHL M. R. **Cidade com desigualdade é um inferno**. Brasil de Fato, Brasil 04 out. 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/26116>. Acesso em 10 nov. 2013.

LAGO L.C., A dinâmica espacial em curso nas metrópoles brasileiras: algumas questões para discussão- In – **Novas Periferias Metropolitanas - A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul**. Belo Horizonte. Arte, 2006.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos 1969.

_____. **A Produção do Espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIPIETZ, A. **Fordismo, fordismo periférico e metropolização**. Ensaio FEE. Porto Alegre, 10 (2), p.303-335, 1989.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARICATO, E.A **Produção Capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega 1982.

_____. *Metrópole, Legislação e Desigualdade*. IEA **Instituto de Estudos Avançados** n° 17, 2003.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo** São Paulo: Hucitec, 1996.

MARQUES, E., BICHIR, R. Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo n. 42, pp. 9-30. 2002

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MARQUES, E.; BICHIR, R.; PAVEZ T.; ZOPPI M.; MOYA M.E.; PANTOJA I. **Redes pessoais e pobreza em São Paulo**. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/MARQUES%20et%20al_Redetes%20Pessoais%20e%20Pobreza.pdf. Acesso em 2012.

MASSEY, D.; DENTON, N.A. **The Dimensions of residential segregation**. Social Forces 1988.

MIRA. **A evolução do espaço geográfico campineiro e como as sociedades pensaram a cidade: dominação e segregação socioespacial**. Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia. Campinas, 2006.

NASCIMENTO E. **As desigualdades socioespaciais urbanas numa metrópole interiorana: uma análise da Região Metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de exclusão/inclusão social** Tese de doutorado apresentada ao departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2013.

NEGREIROS R.; TEIXEIRA, M.P. Município de Sumaré - In **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: UNICAMP, 2002.

NEGRI, S.M. Segregação socioespacial: alguns conceitos e análises. *Coletâneas do Nosso Tempo* – Ano VII V.8 p. 129-153. 2008.

NEPO/ NESUR **Campinas Metropolitana: Diversidades Sócio-Espaciais**. Núcleo de Estudos da População NEPO – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional – NESUR – IE Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2004.

OJIMA, R. **Análise Comparativa da Dispersão Urbana nas Aglomerações Urbanas Brasileiras: Elementos Teóricos e Metodológicos para o Planejamento Urbano e Ambiental**. Tese de doutorado apresentada ao departamento de demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2007.

PEREZ FILHO, A.; CEZAR, P.C.; **Organizações Espaciais Urbanas Relacionadas a Geossistemas no Município de Campinas – SP- Brasil.** In – Anais do 12 Encontro de geógrafos da América Latina – Montevideu – Uruguaí – 2009.

PRÉTECEILLE, E. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. **Espaço & Debates Revista de Estudos Regionais e Urbanos.** V. 45. Ano 2004.

PUPO, C.M.M. **Campinas, seu berço e juventude.** Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, n 20, 1969.

RIBEIRO, L.C.Q.; RIBEIRO, M.G. **Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos / Luiz César de Queiroz Ribeiro, Marcelo Gomes Ribeiro - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013**

ROCHA, S. As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio. **Econômica**, no 4, vol. II, p. 5-24, dez./2000.

SABATINI, F.; SIERRALTA, C. **Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana – in CUNHA, J.M.P. (Org.) Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/ Unicamp, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Plano Diretor 1995.** Campinas, 1995.

SILVA. **Estrutura Urbana e Mobilidade Espacial nas metrópoles.** Tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional- Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, A.C. **Campinas, das origens ao futuro.** Campinas. Editora da Unicamp, 2002.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira – Edusp .2005**

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) **Educação-Municípios.** São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento Governo do Estado de São Paulo, 2008.

SEMEGHINI, U.C. **Gestão metropolitana, possibilidades e limites: a experiência de Campinas.** Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SPÓSITO M. E. B. **Reestruturação urbana e segregação sociespacial no interior paulista. IX Coloquio Internacional de Geocrítica.** Los Problemas Del mundo actual soluciones y alternativas desde La geografia y lãsciências sociales. Porto alegre – 2007.

TORRES, H. G.; MARQUES, E. C.; BICHIR, R. M. “Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial”. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metr6poles Paulistas: populaç6o, vulnerabilidade e segregaç6o**, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

TORRES, H.G.; MARQUES, E.; FERREIRA, P. e BITAR, S.; Pobreza e espaço: padr6es de segregaç6o em S6o Paulo. **Estudos Avançados**, S6o Paulo, v.17, n.47, jan. /abr. 2003.

TOWS, R.L.; MENDES C.M.; **O estudo da verticalizaç6o urbana como objeto da geografia: enfoques e perspectivas metodol6gicas.** I Simp6sio de Estudos Urbanos – Desenvolvimento Regional e Din6mica Ambiental. Paran6 - 2011.

VIGNOLI, J. (2001). **Vulnerabilidad demogr6fica en Am6rica Latina y el Caribe: ¿qu6 hay de nuevo?** Semin6rio Internacional sobre as diferentes express6es da vulnerabilidade Social na Am6rica Latina e no Caribe. CEPAL/CELADE. Santiago do Chile. 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** S6o Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

_____ A Segregaç6o Urbana: Ou a Justiça no injusto espaço urbano **Revista Brasileira de Ci6ncias Criminais** ano 11, n6 44, julho/setembro 2003.

_____ A pesquisa sobre segregaç6o: conceitos, m6todos e mediç6es. In **Espaço & Debates Revista de Estudos Regionais e Urbanos.** V. 45. Ano 2004.

_____ S6o Paulo: Segregaç6o Urbana e desigualdade. **Revista Brasileira de Estudos Avançados** ano 25, n6 71, 2011.

VITTE, C. Cidadania, qualidade de vida e produç6o do Espaço urbano: desafios para a gest6o urbana e para o enfrentamento da quest6o social. In: **Populaç6o e Cidades.** Campinas: N6cleo de Estudos de Populaç6o-Nepo/Unicamp, 2010.

ZARATE, A. **El Mosaico Urbano: Organizacion Interna y Vida em las Ciudades.** Madrid: CINCEL, 1984.